



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL PPG/MDR

ALEX MAIA XAVIER

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO DE CALÇOENE DE 2001 A 2015

MACAPÁ – AP
2016

ALEX MAIA XAVIER

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO DE CALÇOENE DE 2001 A 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Tostes

Coorientador: Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira.

MACAPÁ – AP

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

711.4

X3a Xavier, Alex Maia.

Análise do planejamento urbano de Calçoene de 2001 a 2015 / Alex Maia Xavier; orientador, José Alberto Tostes; co-orientador, José Francisco de Carvalho Ferreira. – Macapá, 2016.
173 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Planejamento urbano. 2. Plano. 3. Ações. I. Tostes, José Alberto, orientador. II. Ferreira, José Francisco de Carvalho, co-orientador. III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

ALEX MAIA XAVIER

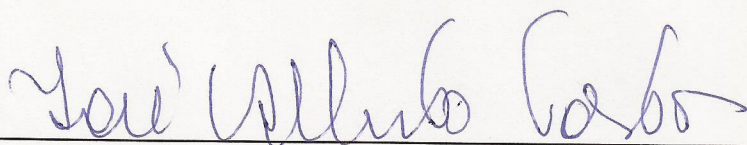
ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO DE CALÇOENE DE 2001 A 2015.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e planejamento socioeconômico.

Banca Examinadora:

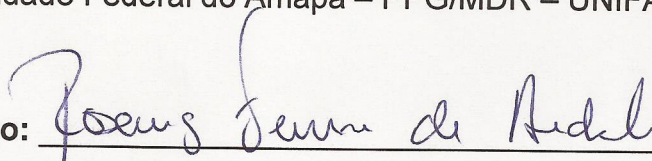
Presidente/orientador: _____



Prof. Dr. José Alberto Tostes

Instituição: Universidade Federal do Amapá – PPG/MDR – UNIFAP.

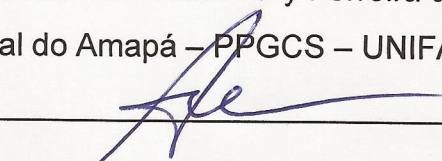
Examinador Externo: _____



Prof.^a Dr.^a Rosemary Ferreira de Andrade

Instituição: Universidade Federal do Amapá – PPGCS – UNIFAP.

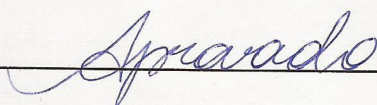
Examinador Interno: _____



Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Instituição: Universidade Federal do Amapá – PPG/MDR - UNIFAP

Resultado: _____



Macapá-AP, agosto de 2016.

**Dedico aos meus pais, irmãos, irmãs e à amada de
minh'alma, Samara, minha querida esposa.**

O coração do homem pode fazer planos, mas a resposta certa dos lábios vem do Senhor. Todos os caminhos do homem são puros aos seus olhos, mas o Senhor pesa o espírito. Confia ao Senhor as tuas obras, e os teus desígnios serão estabelecidos.

(Provérbios 16: 1-3)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha salvação, em Cristo Jesus, a Ele toda honra, glória e louvor, por inúmeras bênçãos que tem me proporcionado, muito mais do que peço ou mereço. Por sua benevolência e graça que tem me concedido, meu sincero e humilde agradecimento por mais este presente, que veio com muita luta e esforço, embalsamado com muito conforto frente às adversidades. Em meio à providência divina, Deus usa pessoas e ocasiões, então, agradeço às pessoas que contribuíram para esse momento, pois foram instrumentos de Deus na minha vida.

Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional minha gratidão, no nome do meu orientador Dr. José Alberto Tostes e do prof. Dr. Jadson Luís Rebelo Porto, que foram meus professores desde a graduação em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal do Amapá.

O meu agradecimento às instituições que contribuíram com os dados e informações para esta pesquisa, em especial a Prefeitura Municipal de Calçoene, no nome da prefeita Maria Lucimar da Silva Lima.

Aos meus amigos de turma, MDR 2014, no nome do Marco Leal e Antônio Nascimento que me apoiaram num momento crucial, demonstrando amizade e companheirismo, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Rafael Almeida Xavier e Maria Ivanildes Maia Xavier, pelo empenho e incentivo em toda a minha formação acadêmica. À minha irmã, futura arquiteta e urbanista, Karina Barbosa Xavier pelo apoio à pesquisa de campo.

À minha família em Cristo da Congregação da Igreja Presbiteriana Central do Pará, que contribuiu com suas orações em meu favor, meu muito obrigado.

Ao meu coorientador, Francisco, que desempenhou um papel fundamental no auxílio desta pesquisa e não mediu esforços para me ajudar, demonstrando seu alto grau de generosidade e filantropia, meu muito obrigado.

À amada de minh'alma, Samara, pelo apoio, suporte e compreensão nas horas difíceis em todos os dias durante o curso.

RESUMO

O planejamento urbano de Calçoene foi analisado, no período de 2001 a 2015, e teve como foco a cidade sede do município. Os documentos que subsidiaram a pesquisa foram o levantamento das potencialidades, vocações e vantagens comparativas do município e o plano decorrente deste que tinha caráter emergencial. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com o caráter exploratório quanto aos objetivos, qualitativa e quantitativa quanto à forma de abordagem, utilizando o método dialético. Partiu-se da hipótese de que os pequenos municípios do Estado do Amapá, como Calçoene, não têm eficácia de planejamento urbano que norteie, de fato, as ações realizadas na cidade, embora elas aconteçam para atender as demandas locais, pontuais e imediatistas, sem estarem previstas num plano macro, onde haja continuidade de ações cumprindo metas a curto, médio e longo prazo. Os resultados mostram que houve o atendimento de ações sugeridas pelo plano, ações norteadas, e também ações sem caráter imediatista e pontual que não foram nem sugeridas e/ou norteadas pelo plano. As ações com status favorável, no período proposto, quando categorizadas por grandes áreas, mostraram que a categoria de infraestrutura foi a que obteve o maior índice, no total 20, representando 33,90%, prioridade já destacada no plano emergencial. Desse modo, pode-se afirmar que houve a contradição da hipótese.

Palavras – chave: Planejamento urbano. Plano. Ações.

ABSTRACT

The Urban planning of Calçoene was analyzed in the period 2001-2015, and focused on the city council headquarters. The documents that supported the research were raising the potential, talent and comparative advantages of the municipality and the plan arising from this, which had an emergency. It is an applied research, with the exploratory nature of the aims, qualitative and quantitative how to approach, using the dialectical method. We started from the hypothesis that the small municipalities in the State of Amapa, as Calçoene, has no effectiveness urban planning that guides, in fact, the actions carried out in the city, although they happen to answer the local, punctual and shortsighted demands without being provided by a macroplan, where there is continuity of actions fulfilling goals short, medium and long term. The results show that there was the fulfillment of actions suggested by the plan, guided actions, and also shares with no immediate results and timely character were neither suggested and / or guided by the plan. Actions with favorable status, in the proposed period, when categorized by large areas, showed that the infrastructure category was the one with the highest rate, in total 20, representing 33.90%, priority already highlighted in the emergency plan. Thus, it can be said that there was a contradiction of the hypothesis.

Key-words: Urban Planning. Plan. Actions.

LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo produtivo local

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAUC – Serviço Auxiliar de informações para Transferências voluntárias

CBD – Convenção da Diversidade Biológica

CEF – Caixa Econômica Federal

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONCIDADES – Conselho das Cidades

CONTERPA – Construção Terraplanagem e Pavimentação Ltda.

CONVIVER – Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido

COOGAL – Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço

COSIPLAN – Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento

CPUAT – Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

EID – Eixos de Integração e Desenvolvimento

FLOTA – Floresta Estadual do Amapá.

FMP – Fundo de Participação do Município

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNDAÇÃO PROZEE – Fundação De Amparo À Pesquisa De Recursos Vivos Na Zona Econômica Exclusiva.

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEA – Governo do Estado do Amapá

GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade

IDH – índice de desenvolvimento humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

IMAP - Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá

INCRA - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPS – índice de Progressão social

MEC – Ministério da educação

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MD – Ministério da Defesa

MIN – Ministério da Integração Nacional

MNA – Mineração Novo Astro

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MS – Ministério da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAE – Plano Estratégico de Ação

PARNA – Parque Nacional.

PCC – Países Capitalistas Centrais

PCN – Programa Calha Norte

PDFF – Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEMC – Plano Emergencial para o Município de Calçoene

PESCAP – Agência de Pesca

PIB – Produto Interno Bruto

PMC – Prefeitura Municipal de Calçoene

PNCO – Parque nacional do Cabo Orange

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PPC – Países Periféricos do Mundo Capitalista

PPE – Planos Preliminares Estruturais

PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PROMESO – Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais

RRE – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEINF – Secretaria de Estado da Infraestrutura

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCA – Tostes Companhia Ltda.

TFAP – Território Federal do Amapá

UC – Unidade de Conservação.

UBS – Unidade Básica de Saúde

UMS – Unidade Mista de Saúde

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Localização dos projetos do G4.....	47
Figura 02 – Pirâmide Etária de Calçoene em 2000.....	51
Figura 03 – Pirâmide Etária de Calçoene em 2010.....	51
Figura 04 – Estrutura Urbana da Cidade de Calçoene (1997.....	96
Figura 05 – Núcleo Urbano do Município de Calçoene em 2002	100
Figura 06 – Imagem aerofotogramétrica da Cidade sede de Calçoene.....	131
Figura 07 – Representação gráfica atual da pavimentação asfáltica da cidade de Calçoene.....	132
Figura 08 – Traçado urbano atual de Calçoene.....	134
Figura 09 – Traçado urbano Bairro “Parque dos Buritis” no projeto.....	135

FOTOS

Foto 01 – Perspectiva da Biblioteca Pública de Calçoene.....	129
Foto 02 – Placa de entrega da Biblioteca Pública de Calçoene.....	130
Foto 03 – Pracinha da Amizade.....	138
Foto 04 – Pracinha da Amizade e a rodovia.....	138
Foto 05 – Local de implantação do projeto <i>Minha Casa Minha Vida</i>	139
Foto 06 – Local da implantação do projeto <i>Minha Casa Minha Vida</i> abandonado.....	139
Foto 07 – Centro Multiuso em Turismo no município de Calçoene – AP.....	139
Foto 08 – Perspectiva externa do Mercado Central.....	140
Foto 09 – Ala esquerda interna.....	140
Foto 10 – Ala direita interna.....	140

GRÁFICOS

Gráfico 01 – População Urbana e Rural de Calçoene 1970 – 2010	50
Gráfico 02 – Evolução do IDHM e suas dimensões em Calçoene (2000-2010)..	54
Gráfico 03 – Composição percentual do PIB de Calçoene entre 2000 e 2012...	58
Gráfico 04 – Percentual de municípios, total, com até 20.000 e com mais de 20.000 habitantes, por situação do Plano Diretor – Brasil – 2005/2015.....	81
Gráfico 05 – Status dos Convênios Federais para Calçoene.....	127

MAPAS

Mapa 01 – Localização de Calçoene.....	24
Mapa 02 – Delimitação do PARNA do Cabo Orange.....	33
Mapa 03 – Delimitação do PARNA Montanhas do Tumucumaque no estado do Amapá.....	34
Mapa 04 – Divisão da FLOTA por Módulos.....	36
Mapa 05 – Áreas de uso restrito em Calçoene.....	38
Mapa 06 – Diagnóstico Fundiário de Calçoene.....	40
Mapa 07 – Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira.....	43

QUADROS

Quadro 01 – Aspectos gerais dos recursos hídricos.....	26
Quadro 02 - Modalidades do Planejamento e Gestão Urbanos Brasileiro.....	37
Quadro 03 - Períodos de evolução da Estrutura urbana na Amazônia e seus principais condicionantes.....	86
Quadro 04 – Períodos de formação, características gerais da Região Amazônica e dinâmicas de ocupação.....	88
Quadro 05 – Mudanças Estruturais, principais impactos negativos e construções na Amazônia.....	90
Quadro 06 – Ações previstas pela Prefeitura Municipal de Calçoene mencionadas no PEMC (2002)	98
Quadro 07 – Comparativo entre o PDDU de 1977 e de 2002 para Calçoene.....	102

Quadro 08 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2010.	104
Quadro 09 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2011.	104
Quadro 10 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2012.....	105
Quadro 11 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2013 e 2014.....	105
Quadro 12 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2001)	106
Quadro 13 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2002)	106
Quadro 14 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2005)	107
Quadro 15 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2006)	107
Quadro 16 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2007)	108
Quadro 17 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2008)	108
Quadro 18 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2009)	109
Quadro 19 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2011 e 2012)	109
Quadro 20 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2002)	110
Quadro 21 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2007)	110
Quadro 22 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2008)	111
Quadro 23 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2009 - 2010)	111
Quadro 24 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2013-2014)	112

Quadro 25 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2004)	113
Quadro 26 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2005)	113
Quadro 27 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2007)	113
Quadro 28 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2009)	114
Quadro 29 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2011)	115
Quadro 30 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2012)	115
Quadro 31 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2013)	116
Quadro 32 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2014)	116
Quadro 33 – Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2001.....	117
Quadro 34 – Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2005.....	118
Quadro 35 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2006.....	118
Quadro 36 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2007.....	119
Quadro 37 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2008.....	120
Quadro 38 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2009.....	121
Quadro 39 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2010.....	123
Quadro 40 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2011.....	124
Quadro 41 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2012.....	124

Quadro 42 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2013.....	125
Quadro 43 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2014.....	125
Quadro 44 – Status das Ações previstas pela PMC relatadas no PEMC.....	128
Quadro 45 – Status das propostas do PEMC.....	141
Quadro 46 – Classificação das ações previstas e relatadas no PEMC em categorias.....	143

TABELAS

Tabela 01 – Divisão da FLOTA, localização, municípios, área e perímetros.....	37
Tabela 02 – População do Estado do Amapá e Mesorregião Norte (2000-2015)	49
Tabela 03 – População de Calçoene por distrito (2000-2010)	50
Tabela 04 – IDH por UF: Brasil, Amapá e Calçoene.....	53
Tabela 05 – Índice de Progresso Social da Amazônia (Brasil, Amazônia, Amapá e Calçoene.....	55
Tabela 06 – Composição do PIB de Calçoene por setor de atividade entre 2000 e 2006.....	57
Tabela 07 – Composição do PIB de Calçoene por setor de atividade entre 2007 e 2012.....	57
Tabela 08 – Participação de Calçoene no PIB estadual (2001 – 2012)	58
Tabela 09 – População dos Municípios da Amazônia Legal 2010	93
Tabela 10 – Ranking das ações governamentais em Calçoene por categoria....	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
I CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	21
1.1 Antecedentes históricos.....	21
1.2 Localização da Área de Estudo.....	23
1.3 Características físicas.....	24
1.3.1 Meio ambiente, clima e recursos hídricos	24
1.3.2 Recursos pesqueiros, minerais e arqueológicos	27
1.4 Fatores que influenciam o município e a sede de Calçoene	30
1.4.1 BR 156	30
1.4.2 Áreas protegidas com incidência em Calçoene e as consequências sobre o município.....	32
1.4.3 Turismo	40
1.4.4 Condição de Faixa de Fronteira	41
1.4.5 Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA.....	46
1.5 Aspectos Socioeconômicos.....	48
1.5.1 População	49
1.5.2 Índice de Desenvolvimento humano	52
1.5.3 Índice de progresso social da Amazônia Brasileira	54
1.5.4 Produto Interno Bruto	56
2 PLANEJAMENTO URBANO E SEU ALCANCE PARA CALÇOENE	59
2.1 PLANEJAMENTO URBANO NO AMBITO INTERNACIONAL	59
2.2 CONCEPÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL.....	68
2.2.1 Legislação Brasileira e o Planejamento urbano.	78
2.3 PLANEJAMENTO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA.....	83
3 ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE CALÇOENE.....	94
3.1 Planejamento em Calçoene.	94

3.1.1 Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo, da H. J. Cole (1977/1978).....	95
3.1.2 Plano Emergencial para o Município de Calçoene em 2002.....	97
3.1.3 Ações governamentais em Calçoene (2001 – 2015).....	102
3.1.3.1 Ações financiadas e executadas pela Prefeitura Municipal de Calçoene (2001-2015).....	103
3.1.3.2 Ações financiadas pelo Governo Estadual e executadas pelo Município de Calçoene (2001-2015).....	106
3.1.3.4 Ações financiadas pelo Governo Federal e executadas pelo Estado no município de Calçoene.....	112
3.1.3.5 Ações financiadas pelo Governo Federal e executadas pelo município de Calçoene (2001-2015).....	116
3.2 Ações previstas pela Prefeitura Municipal de Calçoene (PMC) relatadas no PEMC.	128
3.3 A Relação do PEMC com as ações Governamentais na cidade de Calçoene..	130
3.3.1 Projetos de Natureza Urbanística sugeridas no PEMC e as ações governamentais na cidade de Calçoene.	131
3.3.2 Projetos de Natureza Arquitetônica e as ações governamentais na cidade de Calçoene.	136
3.4 Análise das ações governamentais quanto à grandes áreas de classificação ..	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXO A	159
ANEXO B.....	165
ANEXO C.....	173

INTRODUÇÃO

Calçoene é um município do estado do Amapá, localizado na Mesorregião Norte, que possui importância histórica para a formação do território brasileiro. Apresenta potencialidades naturais, posição geográfica estratégica, peculiaridades de uma cidade pequena da Amazônia, dentre outras qualidades e particularidades que despertaram o interesse em tê-lo como área de estudo.

O contexto do estado do Amapá, onde apenas quatro dos dezesseis municípios possui população acima de 20.000 hab., enquadrando um estado constituído por pequenas cidades, que não estão obrigadas a elaborar o plano diretor, constitui o motivo desta pesquisa e do aprofundamento do planejamento urbano em uma destas pequenas cidades, no caso, Calçoene. Neste encaixe, tem-se como problema: como o planejamento urbano foi concebido para este município? Partiu-se da hipótese de que os pequenos municípios do Estado do Amapá, como Calçoene, não tem eficácia de planejamento urbano que norteie, de fato, as ações realizadas na cidade, embora elas aconteçam para atender as demandas locais, pontuais e imediatistas, sem estarem previstas num plano macro, onde haja continuidade de ações cumprindo metas a curto, médio e longo prazo.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o planejamento urbano sobre a cidade sede do município de Calçoene no período de 2001 a 2015. Neste sentido, pretende-se, especificamente, fazer uma caracterização geral sobre o município, compreender o planejamento urbano e suas abrangências para Calçoene e relacionar as ações governamentais com o planejamento urbano, por estas apresentarem estreita relação com as particularidades relativas ao objetivo proposto.

O marco temporal escolhido foi devido ao levantamento das potencialidades, vocações e vantagens comparativas, realizado pelo Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2001, que serviu de base à elaboração de um plano para o município, em 2002, e, como marco final, o ano de 2015, por abranger o maior período temporal possível para analisar o planejamento urbano de Calçoene e suas implicações sobre a cidade. O plano, financiado pelo Governo do Estado, foi elaborado pela empresa Tostes Companhia Ltda (TCA) Arquitetura.

A relevância do trabalho está no ineditismo sobre a produção de um estudo de planejamento urbano sobre a cidade de Calçoene. Permite conhecer com detalhes, quais os caminhos a seguir na orientação e perspectivas de construção de políticas públicas sérias e continuadas.

Trata-se de uma pesquisa aplicada (LAKATOS; MARCONI, 2003), com o caráter exploratório quanto aos objetivos. A forma de abordagem, por sua vez, será qualitativa e quantitativa, utilizando o método dialético, por entender a relevância do contexto social na construção do conhecimento sobre o assunto, que se constrói e (des) constrói em face das interações ocorridas.

Como procedimentos metodológicos, no primeiro momento deste trabalho foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental na internet, na Biblioteca da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na biblioteca de dissertações do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, na Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINF, na Secretaria das cidades, Agência de Pesca (PESCAP), SEBRAE-AP e representação da prefeitura municipal de Calçoene em Macapá-AP. No segundo momento, foi realizada uma pesquisa de Campo na cidade de Calçoene com a finalidade de realizar observações sistemáticas sobre a aplicabilidade dos planos, programas e projetos idealizados no período proposto.

O intuito da pesquisa de campo foi conhecer o lugar, observar os equipamentos urbanos, fazer registros fotográficos e buscar informações nas entidades públicas locais. Para aferição, *in loco*, das ações governamentais sobre a cidade de Calçoene, foi realizado uma visita técnica com o acompanhamento do Diretor de Tributos e Terras Urbanas – Jorge S. Palmeirin no núcleo urbano como um todo.

A pesquisa de dados, sobre as ações governamentais, foi realizada no site do portal da transparência, na SEINF, em vários momentos, pois as informações sobre os convênios da União com o Estado para Calçoene estão lotadas no campo da prefeitura de Macapá, dificultando a obtenção das informações pretendidas.

Já nos convênios entre o Estado e a prefeitura de Calçoene (PMC), nas ações realizadas e financiadas pelo Estado com recurso próprio e nas ações realizadas e financiadas pela PMC, a obtenção e confirmação dos dados levou bastante tempo,

sendo concluídas no final do primeiro trimestre de 2016. Por fim, efetivou-se a análise dos dados quantitativos e qualitativos, que permitiu refutar a hipótese.

A análise do planejamento urbano em escala local requer considerar o contexto histórico do lugar, tanto na sua gênese quanto no momento em que este é realizado e o contexto histórico do próprio planejamento urbano. A comparação do que foi planejado com o que foi realizado também se faz necessária para saber se o planejamento norteou ou não as ações governamentais no espaço urbano.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta e caracteriza o município de Calçoene em diversas escalas. Para tanto, consideram-se os antecedentes históricos, com o intuito de situar a história recente de Calçoene. Além da sua localização, serão apresentadas as características físicas do território, os fatores que exercem influência sobre Calçoene e seus aspectos socioeconômicos.

O capítulo 2 apresenta o planejamento urbano à escala internacional, nacional, regional e local. Partindo da compreensão do planejamento urbano no âmbito internacional, entendeu-se que o realizado no Brasil assume as mesmas características do internacional, embora de forma tardia, com interesses diferentes e, muitas vezes descontextualizados, naquilo que Maricato (2000) denomina de ideias fora do lugar. No contexto brasileiro, este capítulo enquadra, ainda, o aspecto legal do planejamento urbano. O capítulo termina, a nível regional e local, apresentando o planejamento urbano no contexto da Amazônia e suas pequenas cidades. Parte da aplicação das políticas nacionais para a Amazônia e as implicações que estas tiveram para a formação das pequenas cidades e seu planejamento.

O capítulo 3 incide particularmente sobre a cidade de Calçoene, fazendo uma leitura dos instrumentos de planejamento que ocorreram desde o final dos anos 1970, para subsidiar o período de análise (2001-2015). Neste contexto, foram levantadas as ações governamentais (União e Estado), para o período em análise, com incidência no município de Calçoene, em particular na cidade sede. Após o levantamento, as informações obtidas foram cruzadas com o Plano Emergencial para o Município de Calçoene, no intuito de entender a relação das ações governamentais com o que foi planejado, bem como as ações executadas sem estarem previstas no plano.

I CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo será apresentado e caracterizado a área de estudo. Neste contexto, são considerados os antecedentes históricos, no sentido de situar Calçoene na história recente, e localizaremos a área de estudo. Será nossa preocupação neste capítulo apresentar as características físicas do território, os fatores que exercem influência sobre Calçoene e os aspectos socioeconômicos. O objetivo é ter uma caracterização global de Calçoene e de sua área de influência que nos permita conhecer suas potencialidades, constrangimentos e possibilidades.

Embora esta pesquisa incida, essencialmente, sobre a cidade sede de Calçoene, este capítulo não incidirá particularmente sobre a mesma. São duas as razões para tal: a primeira pelo fato de as informações serem incipientes, e a segunda porque não se pode olhar para o município sem considerar a cidade sede, do mesmo modo que não se pode descontextualizá-la do seu entorno imediato (município) e regional, que inclui a relação com os municípios vizinhos (mesorregião norte do estado do Amapá), com o estado, sua relação com a fronteira, já que se situa na faixa de fronteira, e no contexto da América do Sul.

1.1 Antecedentes históricos

Calçoene, assim como toda a mesorregião norte do Amapá¹, se insere num contexto histórico de disputa entre Brasil e França durante os séculos XVIII e XIX, período conhecido como Contestado Franco - Brasileiro. Até então, as terras do Cabo Norte despertavam interesse de franceses que reclamavam seus limites até ao rio Araguari, enquanto para o Brasil, o rio Oiapoque era o divisor que fazia fronteira aos limites do território francês (GRANGER, 2012).

¹ A mesorregião norte do Estado do Amapá é uma divisão administrativa do IBGE composta por cinco municípios: Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Amapá e Tartarugalzinho (IBGE, 1991).

O conflito foi marcado por vários tratados, como o Tratado de Paris em 1797, o qual impunha aos portugueses a fronteira no rio Calçoene; depois no rio Araguari em 1801 pelo Tratado de Badajós; Tratado de Paris em 1817, que restituía as terras da Guiana à França e estabelecia claramente o Rio Oiapoque como fronteira com dados geográficos precisos. Entretanto, devido a conflitos brasileiros que ameaçavam o império como a Cabanagem e a Farroupilha, a França construiu fortificações no lado brasileiro em 1840, e, apesar da clareza do Tratado de Paris, o Brasil concordou com a neutralização do território entre Oiapoque e Araguari, preferindo adiar a resolução desse problema territorial (GRANGER, 2012).

A condição de um território politicamente neutro desde o início do século XVII, segundo Paz (2013), facilitou a constituição de um espaço quase inteiramente apartado de normatização oficial, o que propicia o surgimento de quilombos, mocambos e outras comunidades, que desafiavam a autoridade das fronteiras internacionais e as próprias condições de reprodução do sistema econômico vigente.

Em 1886, houve a proclamação da república de “Guyane indépendante” em Cunani, aldeia próxima a Calçoene, e existiu por apenas um ano sendo extinta em dois de setembro de 1887. Entretanto, nesse curto período emitiu selos, moeda e procurou apoios diplomáticos dos Estados Unidos (ROMANI, 2009; SARNEY; COSTA, 2004; GRANGER, 2012).

Após oito anos, em 1894, com a descoberta de jazidas auríferas na região do Calçoene, a área do contestado passou a ser vista como uma área de riquezas e atraiu garimpeiros franceses e brasileiros a Calçoene, especificamente à localidade de Lourenço, e dinamizou o fluxo populacional em busca da exploração aurífera com a formação de garimpos que intensificou os conflitos entre Brasil e França (PAZ, 2013).

Somente em 1900, o litígio foi resolvido com o Tratado de Berna, em que o presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser, atribuiu o território do Contestado ao Brasil, reconhecendo definitivamente o Oiapoque como Fronteira, negociações que tiveram à frente o Barão do Rio Branco (GRANGER, 2012).

A partir de 1900, na área do Cunani, fazendas de búfalos e bois foram implantadas na embocadura dos diferentes rios da região. Houve desenvolvimento da

pesca, surgimento de comércio, ao longo do rio, e o perfil da população nesse período se assemelhou ao das comunidades ribeirinhas com núcleos familiares dispersos, ao longo do rio, reunindo-se por ocasião das festas organizadas na Vila. Entretanto, com a Segunda Guerra mundial, houve novas perturbações para a região com a construção de uma pista de aterrissagem ao lado da vila de Cunani e a transformação do Amapá em Território Federal em 1943 (COULY et al, 2010).

Em 1950, houve a mecanização da produção aurífera na área do Lourenço, com o garimpeiro Joel Ferreira de Jesus, que utilizou tratores, britadores, moinhos e equipamentos para desmonte hidráulico, estabeleceu a empresa Mutum S/A para conseguir o direito de lavra pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (CENTRO, 2014).

A importância de Cunani e Lourenço na região do contestado, apesar de não serem o foco da pesquisa, é relevante para a compreensão da área de estudo, pois influenciaram na formação socioespacial de Calçoene, que, em 1956, pela lei federal nº 3.055, de dezembro de 1956, foi instituído como Município, a partir do desmembramento de áreas pertencente ao município do Amapá. E em 25 de janeiro de 1957, após 34 dias da criação desse ente federativo, foram instalados três distritos: Cunani, Lourenço e Calçoene (INSTITUTO, 2016).

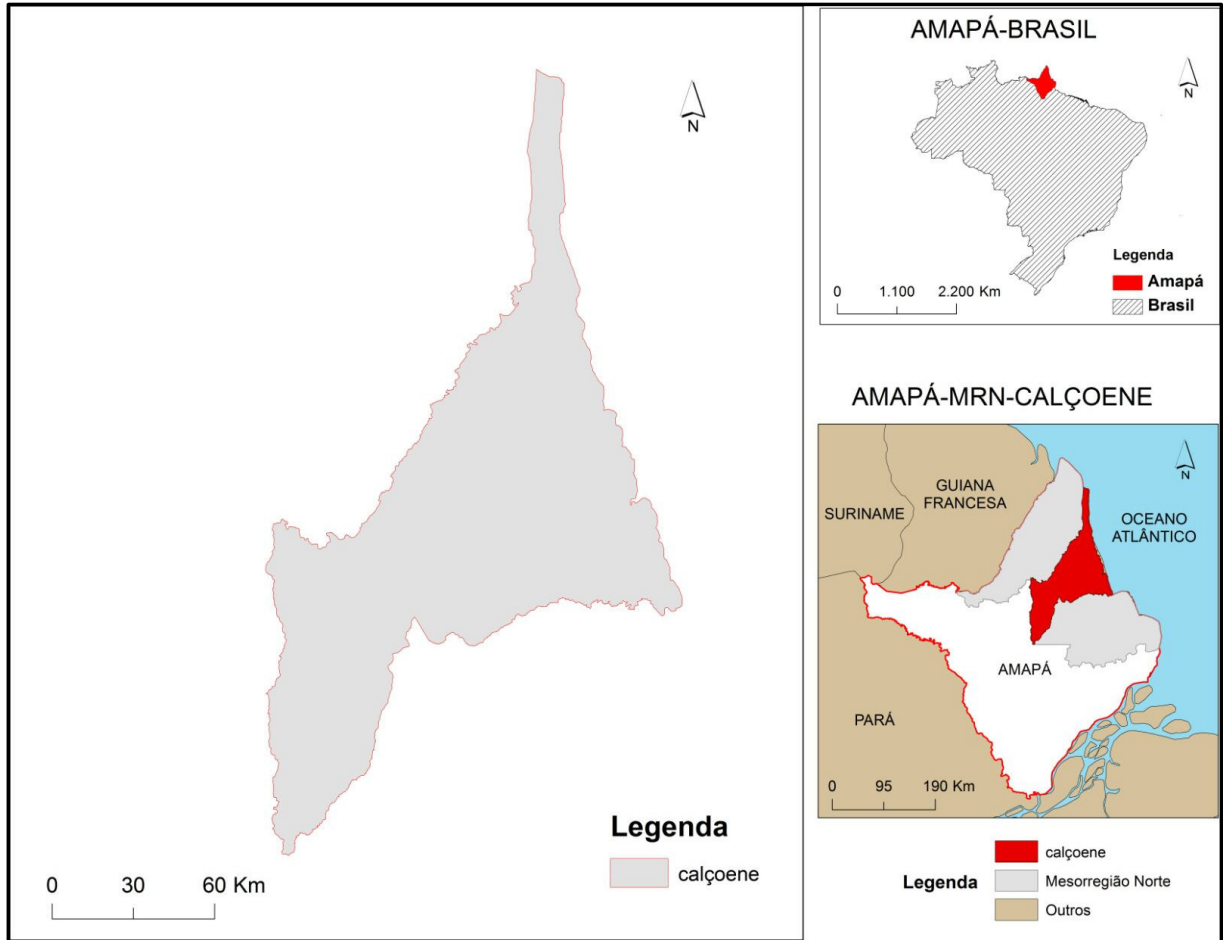
1.2 Localização da Área de Estudo

A cidade de Calçoene, área de estudo da pesquisa, é uma cidade pequena, sede do município que leva o mesmo nome. Faz parte do Amapá, estado situado no norte do Brasil, na área setentrional da Amazônia Brasileira, tendo como fronteiras o Estado do Pará, ao Sul; o Suriname e a Guiana Francesa, ao Norte e, a leste, o Oceano Atlântico.

Calçoene possui área territorial de 14.260,92 km², o que corresponde a 9,99% da área total do estado do Amapá. O município de Calçoene situa-se a vinte e três metros de altitude, coordenadas geográficas Latitude 2° 29' 53", Norte, longitude 50°

56' 59" Oeste. O município tem como limites geográficos: a norte, Oiapoque; a oeste, Serra do Navio; a sul, Amapá e Pracuúba, e, a leste, o oceano Atlântico (Mapa 01).

Mapa 01 – Localização de Calçoene.



Fonte: Ministério M. (s/d a). Arcgis 10.1

1.3 Características físicas

1.3.1 Meio ambiente, clima e recursos hídricos

A área do município possui fauna e flora diversificada e, devido à sua grande extensão, engloba diversos tipos de ecossistemas como cerrado, característico de regiões mais centrais do estado, florestas densas com essências madeireiras,

característica dos altos e baixos platôs, mata de transição, campos inundáveis, várzeas, manguezais e até alguns pontos que poderiam ser considerados como áreas de pantanal (SILVA, 2001).

A unidade de relevo pertence à “Planície Flúvio-Marinha Macapá-Oiapoque”, que se constitui de áreas planas, na faixa dos terrenos quaternários, formados por sedimentos argilosos, siltsos e arenosos de origem mista, fluvial e marinha com aspectos plano, suave ondulado, ondulado e forte ondulado (SILVA, 2001).

No município existe grande variedade de tipos de solo, predominantemente hidromórficos gleyzados, que são solos de textura argilosa, mal drenados, de relevo plano. Grande parte da área municipal é cerrado. Ao longo da costa, ocorrem os solos indiscriminados de mangues², de textura indiscriminada, pouco profundos, mal drenados e não estruturados. Ao sudoeste do município, surgem os latossolos amarelos em grande proporção em relação aos outros tipos de solo (SILVA, 2001).

Os manguezais são um sistema-chave no litoral do ponto de vista biológico, ecológico e econômico. Este ecossistema destaca-se por promover a estabilidade da linha de costa contra a erosão, cria diversos micro-habitats para a fauna associada, exporta nutrientes para os ambientes aquáticos adjacentes, favorece a atividade pesqueira, alimenta a cadeia trófica costeira, serve como berçário e local de desova para diferentes espécies de peixe, crustáceos e moluscos, bem como refúgio, alimento e local de procriação para uma grande variedade de vertebrados, como os anfíbios, répteis, aves e mamíferos (MILLER JÚNIOR; SPOOLMAN, 2012; PEROTE, 2010).

Segundo Perote (2010), o Brasil é o segundo país que apresenta maior área de mangues do mundo (13.400km²)³, distribuída desde o rio Oiapoque no Amapá até à praia do Sonho, no estado de Santa Catarina. A mesma autora refere que no Amapá a área ocupada pelos manguezais corresponde a 2.300 km² (17,16%), e no Parque Nacional do Cabo Orange, em Calçoene, os manguezais ocupam uma área de cerca de 20.500ha.

² Segundo Schaeffer-Novelli (1995, p. 7), manguezal é uma zona úmida, definida como “ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés”.

³ O primeiro é a Indonésia com 42.550 km² distribuídos ao longo de seus arquipélagos (PEROTE, 2010)

O clima, assim como na maior parte do estado do Amapá, é tropical chuvoso, com pequeno período seco. As chuvas de Calçoene se estendem por um longo período, segundo Oliveira *et al* (2005), de dezembro a julho. Nesse período apresenta chuvas acima de 300mm, chegando a atingir nos meses de abril e maio 665,1 e 687,8 mm, respectivamente. Já no período menos chuvoso, entre agosto e novembro, a precipitação fica abaixo de 100mm. Os meses de dezembro e julho são considerados de transição e antecedem os períodos de chuva intensa e o menos chuvoso.

Calçoene é o município mais chuvoso do Brasil. A temperatura é sempre amena, tropical, com máxima de 34° no período seco e mínima de 20° no período chuvoso, com a subida das águas e o aumento da umidade no ambiente (OLIVEIRA *et al*,2005).

No que concerne aos recursos hídricos, o município de Calçoene dispõe de diversos rios e afluentes navegáveis e outros menores. Dentre eles, os principais são: Rio Caciporé, Rio Calçoene, Rio Cunani, Campos inundáveis, Cachoeira Grande, Cachoeira Asa Aberta, Cachoeira do Banheiro e a costa marítima (quadro 01).

Quadro 01 – Aspectos gerais dos recursos hídricos de Calçoene

Recursos hídricos	Aspectos gerais
Rio Caciporé	“Corta ao meio” o PARNA do Cabo Orange; faz divisa com Oiapoque; desemboca no Oceano Atlântico formando o cabo do Caciporé, extremo norte do Município de Calçoene.
Rio Calçoene	Dá nome e vida ao município; desemboca no Oceano Atlântico; é a primeira grande via de acesso e recepção do pescado da costa Amapaense.
Rio Cunani	Dá nome ao distrito de Cunani, local onde foi instalada e depois extinta a “Republica de Cunani”. O rio é indispensável à vida do povoado que fica a cerca de 50 km da sede, servindo como hidrovía e fonte de alimentos.
Campos inundáveis	Durante o inverno, o município de Calçoene apresenta diversas áreas que ficam submersas.
Cachoeira Grande	É formada por corredeiras que culminam com uma precipitação em forma de cascata.
Cachoeira Asa Aberta	Dista 5 km da sede e é uma propriedade privada.
Cachoeira do Banheiro	Próxima à sede
Costa Marítima	Nela se encontra a praia do goiabal.

Fonte: Silva (2001).

1.3.2 Recursos pesqueiros, minerais e arqueológicos

O estado do Amapá possui 698 km de costa banhada pelo oceano Atlântico⁴, o que representa 10,4% de todo litoral brasileiro. A atuação dos barcos pesqueiros, em sua grande maioria de pequeno e médio porte (de 8m a 14 m de comprimento) com propulsão a motor, se concentra na faixa que abrange da barra do Rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, até à foz do Rio Amazonas (FUNDAÇÃO, 2006).

Segundo relatório da Fundação PROZEE (FUNDAÇÃO, 2006), a produção pesqueira no estado do Amapá, em 2005, teve como participação mais expressiva os peixes (97,8%), seguido dos crustáceos (2,2%), e também, sofreu um incremento de 8,5% quando comparada à produção em 2004. Destaca-se a participação do município de Calçoene, que registrou a maior produção desembarcada de espécies marinhas e estuarinas, representando 60,3% do total do Estado.

Segundo o relatório do Sebrae de 2001 (SILVA, 2001), o recurso pesqueiro é a maior riqueza do município e está sendo aproveitado por outros estados, pois várias embarcações, que não são do Estado do Amapá, escoam a produção sem passar por Calçoene, para o porto de Belém e o município de Vigia, predominantemente. Assim, o beneficiamento fica a cargo de grandes empreendimentos de comercialização e processamento do pescado, bem como o fornecimento de insumos e serviços aos barcos de pesca.

Os dados levantados em 2001 estimaram que 100 barcos “fazem o atracamento” rotineiramente, na busca de gelo, combustível e compradores para o seu pescado, sendo que apenas oito a dez são do próprio município de pescadores locais. Oito deles são de três ou quatro toneladas (chamados de piolhos) que realizam pesca artesanal em áreas mais próximas da costa ou acompanham um barco grande.

Já em 2005, segundo o relatório Fundação PROZEE (FUNDAÇÃO, 2006), a frota de pesca marinha e estuarina do Estado do Amapá é constituída de 552 embarcações, destacando-se os barcos de pequeno porte, representando 37,5%

⁴ Calçoene é o município amapaense que possui a maior extensão da costa banhada pelo oceano Atlântico.

(207) e os barcos de médio porte, representando 31,7% (175) do total das embarcações. Calçoene concentra a maior parte das embarcações 21,01% (116), seguido de Amapá com 20,11% (111). O município, em questão, foi responsável por 59,3% da receita gerada, em 2005, pela atividade pesqueira, seguido do município de Santana (18,4%) e Amapá (8,8%) do total. Cutias, Ferreira Gomes, Mazagão, Porto Grande e Pedra Branca participaram com menos de 0,1% dos recursos oriundos da produção pesqueira marinha e estuarina desembarcada no Estado (FUNDAÇÃO PROZEE, 2006).

Na atualidade, a pesca em Calçoene, segundo Pantoja (2016), é destinada, quase em sua totalidade, para grandes mercados consumidores nacionais como São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco dentre outros. O município não exporta para os mercados internacionais, pois as indústrias de processamento de pescado possuem a autorização de comercialização, SIF, restrita ao território nacional.

Em relação aos recursos minerais, a exploração aurífera em Calçoene, datada a partir de 1894, ficou sob responsabilidade da empresa Mutum S/A, desde 1950 até 1986 (MPE-AP, 2012). A Mineração Novo Astro S/A (MNA) se instalou em Lourenço em 1984, quando iniciou os trabalhos de lavra a céu aberto e beneficiamento gravimétrico do minério aurífero e mudou a forma de exploração, em 1990, devido à queda do valor do ouro no final dos anos 80, passando a investir na lavra subterrânea, para baixar os custos da produção. Em 1995, encerrou suas atividades e transferiu os direitos de lavra para a Cooperativa de Garimpeiros do Lourenço, sob a homologação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e intermediação do governo do Amapá (CHAGAS, 2013)

As atividades da Novo Astro encerraram em 1995, quando foram transferidas para a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço (COOGAL) as concessões das áreas mineradas, além do patrimônio edificado da mina. Isso se fez sob os auspícios do DNPM e do Governo do Amapá, focados na ideia de fortalecer a organização social dos garimpeiros para transformar o Lourenço num Polo Joalheiro Comunitário (MINISTÉRIO, 2012).

Além da MNA, houve a Mineração Yukio Yoshidome S. A. (MYYSA), que se instalou às proximidades da MNA, funcionando no período de 1985 a 1992, e, das cinco toneladas previstas nas pesquisas, só retirou 1,3 toneladas, deixando uma enorme área degradada, principalmente pela utilização do mercúrio durante a lavra. (MONTEIRO 2005, p. 194).

A saída das mineradoras de Lourenço gerou um intenso êxodo populacional para outras localidades. Os garimpeiros que permaneceram no distrito, no entanto, continuaram as atividades no garimpo e fundaram a COOGAL, que passou a funcionar nas antigas instalações da MNA (CENTRO, 2014), mas somente em 2007 obteve Direito Mineral (MINISTÉRIO, 2009).

Segundo o Ministério Público do Estado do Amapá em relatório técnico ambiental (MINISTÉRIO, 2012), a licença para a exploração na região é da Amapá Mineração Ltda., cuja razão passou a ser Ouro Amapá Mineração Ltda. Entretanto, as condições encontradas nos locais de exploração do minério de ouro caracterizam uma situação de “emergência ecológica”, sendo necessárias medidas mitigadoras efetivas que redundem na reabilitação ambiental da área e posteriormente na adaptação desta área reabilitada ao conceito de planejamento de uso do solo.

Outro recurso mineral abundante no município de Calçoene é a argila, que possui excelente qualidade para a produção de tijolos, telhas e outros derivados que favorecem a construção civil (SILVA, 2001). Em 2001, existia apenas uma olaria de propriedade da PMC, a operar em regime de concessão com cobrança de porcentagem pelo arrendamento. A produção abastecia somente a demanda do mercado interno que era baixa (30.000 mensal), apesar de ter capacidade de produção 400% a mais (capacidade mensal 150.000). Em 2015, a situação não é diferente, pois através de informações obtidas diretamente no município, a produção de tijolos, telhas e derivados continuam atendendo a demanda local.

Quanto ao potencial arqueológico, em Cunani é possível identificar a influência da missão jesuítica francesa (1777-1791) na implantação da vila, que parece uma aldeia com a igreja mais antiga na extremidade e de costas para o rio (COULY *et al*, 2010).

Ressalta-se a importância do sítio arqueológico descoberto em Cunani, que registrou a presença de civilizações indígenas (Aristé) de cronologia desde o século IV até o século XV D. C. com um ritual funerário único no Brasil, onde o túmulo é em forma de bota que guarda urnas funerárias. Destes túmulos foram recolhidas cerâmicas esculpidas e pintadas, que fazem parte das coleções do Museu Goeldi em Belém-PA (CABRAL; SALDANHA, 2008; COULY *et al*, 2010).

Existe em Calçoene uma estrutura física considerada um monumento megalítico, composta por blocos de rocha que estão relacionados com o fenômeno do solstício de dezembro, devido à sua disposição espacial, o que resulta num perfeito alinhamento de um dos blocos de rocha com o sol neste período, e também um alinhamento entre as extremidades de dois blocos de rocha e o posicionamento do sol ao nascer, que mostra os três pontos alinhados. Isso corrobora com a interpretação de que o sítio arqueológico teve uso também como local para a observação do solstício e um marcador temporal concreto (CABRAL; SALDANHA, 2008).

1.4 Fatores que influenciam o município e a sede de Calçoene

1.4.1 BR 156

A construção da BR 156, que liga a cidade de Macapá ao Oiapoque, fruto do projeto de defesa e integração nacional, conecta as cidades da mesorregião norte com a Capital e corresponde a um dos dois principais eixos de circulação terrestre do Amapá⁵ (SANTOS, 2010).

Apesar de ter iniciado na década de 40, a obra da BR 156 ainda não foi finalizada, pois o trecho que liga Calçoene até Oiapoque não foi totalmente pavimentado. Entretanto, os serviços de terraplanagem foram finalizados na década de 70, quando a BR 156 chega em seu destino final, o Oiapoque (REVISTA, 2015).

⁵ O outro eixo é a BR 210 – Perimetral Norte.

Segundo Neves (REVISTA, 2015), em 1956, a estrada chegou até Lourenço, que logo recebeu melhoramentos, com a instalação de uma escola, comissariado de polícia e estação radiotelegráfica. O objetivo, no âmbito local, era também de integração da cidade de Macapá e Clevelândia do Norte e o aproveitamento das terras férteis existentes na região do Cassiporé, onde o Cap. Janary Gentil Nunes, planejava instalar um mega projeto agrícola, antes de deixar o governo, do então Território Federal do Amapá (TFAP), para assumir a presidência da Petrobrás.

Neves (REVISTA, 2015) relata que a rodovia sofreu uma paralisação com a saída de Janary do governo e isso tornou intrafegável o trecho até Lourenço, permitindo acesso somente até Calçoene. Ao assumir o governo do Território, em 1964, o governador Luiz Mendes da Silva deu prosseguimento às obras da rodovia, já com a denominação de BR156, visto que até então era a BR 15, restaurando o trecho até Lourenço.

Em 1956, o governador Ivanhoé Martins, alavancou os serviços da BR156, com a empreiteira paraense Construção Terraplanagem e Pavimentação Ltda. (CONTERPA), que realizou o serviço de terraplanagem do trecho Calçoene Lourenço, e também, prosseguia os serviços de desmatamento, a partir de Lourenço, com a construtora Carmo Ltda., que, em 1970, completou a ligação até a cidade do Oiapoque (REVISTA DIÁRIO, 2015).

Somente no ano de 2009 é que a pavimentação asfáltica chega até Calçoene, mais de 50 anos depois do término dos serviços de terraplanagem. A cidade de Calçoene está às margens da BR 156, e dista aproximadamente 356 km da capital Macapá, 72 km do Amapá e 216 km do Oiapoque. As condições da via influenciam diretamente na cidade, pois seu abastecimento depende da Capital.

Atualmente, a pavimentação asfáltica da BR 156 continua incompleta restando um pouco mais de 120 km para a sua conclusão. O trecho de estrada não pavimentada está entre Calçoene e Oiapoque, e as condições da via associadas com a distância, contribuem para que Calçoene seja um local ideal para uma parada de descanso, abastecimento, alimentação etc. (TOSTES, 2011), pelo menos a manterem-se as condições atuais.

Entretanto, a cidade não possui, ainda, estrutura satisfatória para oferecer tal suporte, pois Calçoene é uma cidade pequena, que depende sobretudo do Fundo de Participação do Município (FMP)⁶, e este não é suficiente para atender as demandas da comunidade local, que padece com problemas de infraestrutura básica (TOSTES, 2011).

É possível perceber a influência da BR 156, em dois momentos, sobre o município. O primeiro é a chegada da BR 156 em Calçoene, que possibilitou o acesso terrestre através de uma rodovia em 1956, e isso trouxe logo a melhora na educação, segurança e telefonia. Já o segundo, 53 anos depois, em 2009, é a chegada da pavimentação asfáltica no município facilitando o acesso, o que contribuiu, por exemplo, para a movimento turístico no município, principalmente a praia de Goiabal⁷.

1.4.2 Áreas protegidas com incidência em Calçoene e as consequências sobre o município

No âmbito da política nacional do Meio Ambiente, as unidades de conservação (UC) assumem um papel muito importante para a preservação dos recursos naturais, constituindo um valioso patrimônio nacional (para as gerações presentes e futuras) (BRITO, 2015).

No município de Calçoene existem áreas pertencentes a Unidades de Conservação, tanto no âmbito federal, com dois parques, o Parque Nacional (PARNA) do Cabo Orange e o Parque Nacional (PARNA) Montanhas do Tumucumaque, quanto no âmbito estadual, com a área de Floresta do Estado do Amapá, também conhecida como FLOTA.

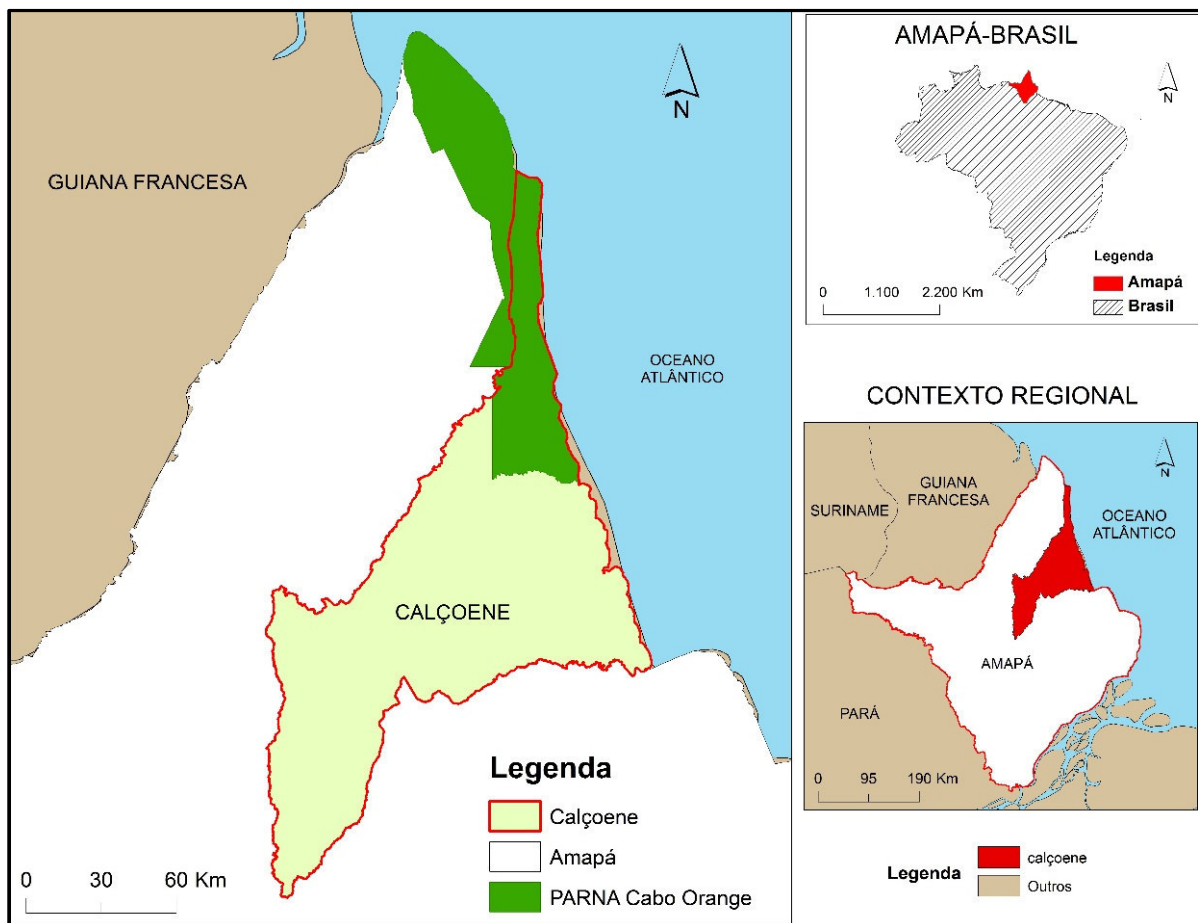
⁶ A título de exemplo, os dados de 2010 no STN/FINBRA mostram que Calçoene obteve para este ano uma receita mingua na ordem de 5,24%, o que revela a enorme dependência do Município em relação a fundos provenientes da União.

⁷ O município de Calçoene promove o evento Goiabal Verão com intuito de atrair turistas. No entanto, pesquisa junto do município e do Estado não permitiu aferir com rigor o número de turistas. Sabe-se que a pavimentação asfáltica da BR 156 melhorou o acesso e aumentou o número de turistas, mas não há precisão quanto a valores.

O PARNA Cabo Orange foi criado em 15 de julho de 1980, sendo a primeira unidade de Conservação federal no Amapá, com o intuito de preservar uma variedade de ecossistemas localizados na foz do rio Oiapoque e na Costa Norte do Brasil (estado do Amapá). Trata-se de um parque continental e um parque marinho, pois possui aproximadamente 200 mil hectares de sua área em águas oceânicas (BRASIL, 1980).

Os limites do PARNA Cabo Orange são a Guiana Francesa, a norte; as terras indígenas Uaçá e Juminã e, num pequeno trecho, o Projeto de Assentamento de Vila Velha, a oeste, e o Oceano Atlântico, a leste. É possível verificar no Mapa 02, que parte do município de Calçoene e Oiapoque estão inseridos nesta UC.

Mapa 02 – Delimitação do PARNA do Cabo Orange

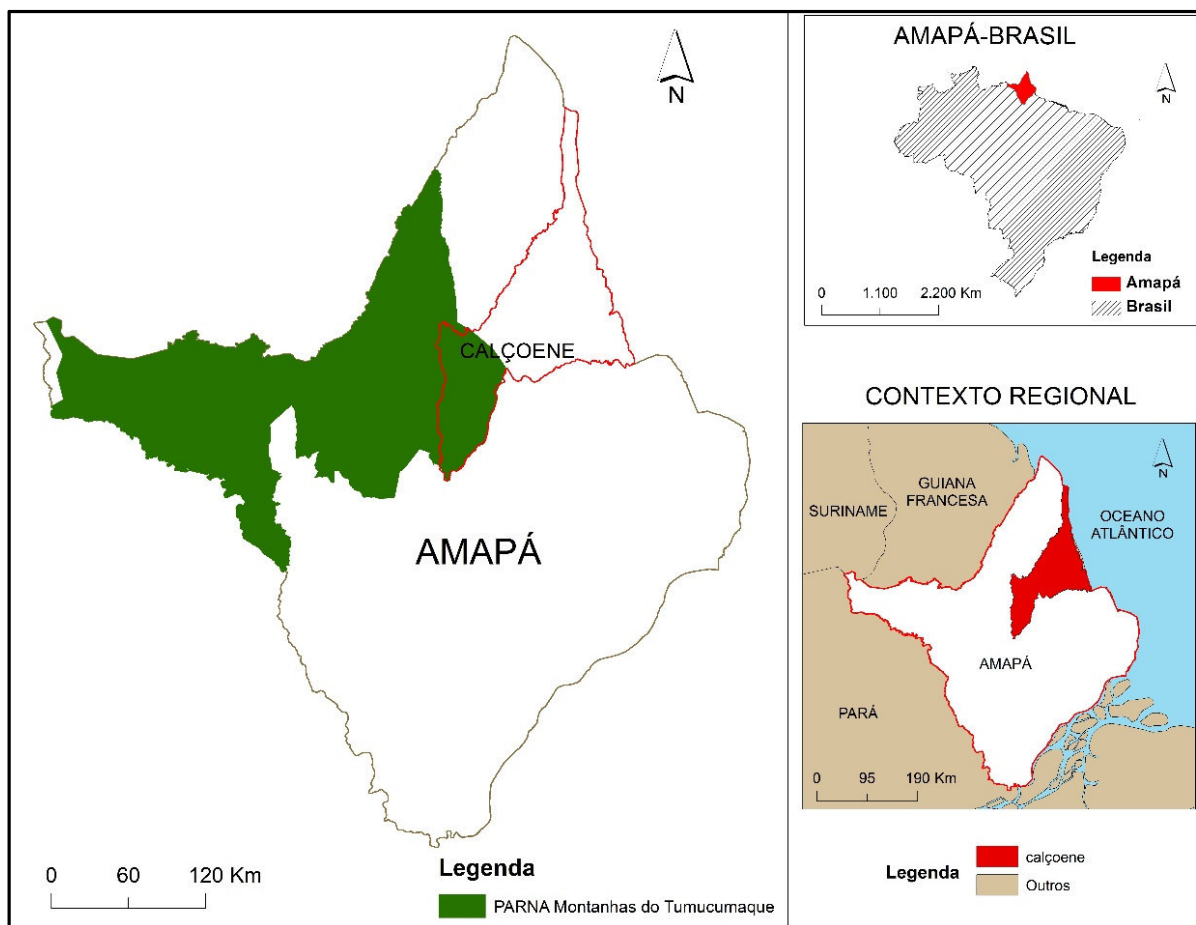


Fonte: Ministério M. (s/d a). Arcgis 10.1

O PARNA Montanhas do Tumucumaque foi criado em 2002, com o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico (BRASIL, 2002; CHAGAS, 2015).

Este PARNA possui uma área total de aproximadamente 3.867.000 ha., situando-se nos estados do Amapá e do Pará, com território distribuído pelos municípios de Almeirim, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio. Faz fronteira a norte com a Guiana Francesa e com a República do Suriname (Mapa 03). É o maior parque nacional da América do Sul e o maior do mundo em área de floresta tropical, além de possuir grande parte de sua cobertura vegetal preservada (SUPERTI; SILVA, 2015).

Mapa 03 – Delimitação do PARNA Montanhas do Tumucumaque no Estado do Amapá



Fonte: Ministério M. (s/d a). Arcgis 10.1

Segundo Melo e Irving (2012) os PARNA Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque fazem parte de um “mosaico transfronteiriço” para a gestão da biodiversidade, e um laboratório para a Cooperação entre Brasil-França, em pesquisas e políticas públicas no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica

(CDB)⁸, pois o primeiro faz fronteira com o Parque Natural Regional da Guiana, e o segundo, com o Parque Amazônico da Guiana, ambos pertencentes à Guiana Francesa⁹. Em 2008, os dois países assinaram um “memorando de entendimento”, visando assegurar esforços de ambas as partes para a conservação da biodiversidade, de forma participativa na região de fronteira.

A FLOTA foi criada pela lei nº 1.028, de 12 de julho de 2006 (AMAPÁ, 2006), com a finalidade de fomentar o uso sustentável dos recursos florestais no estado do Amapá, visando a exploração dos produtos madeireiros e não madeireiros de forma racional (sustentável). É uma área de floresta nativa, decretada como unidade de Conservação, que possui áreas representativas de coberturas florestais densas e de alto porte, com entornos satisfatórios das referidas áreas institucionais, isentas de conflitos com os resultados do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), da região sul do estado e com referenciais estratégicos, como a presença ou proximidade de vias de acesso.

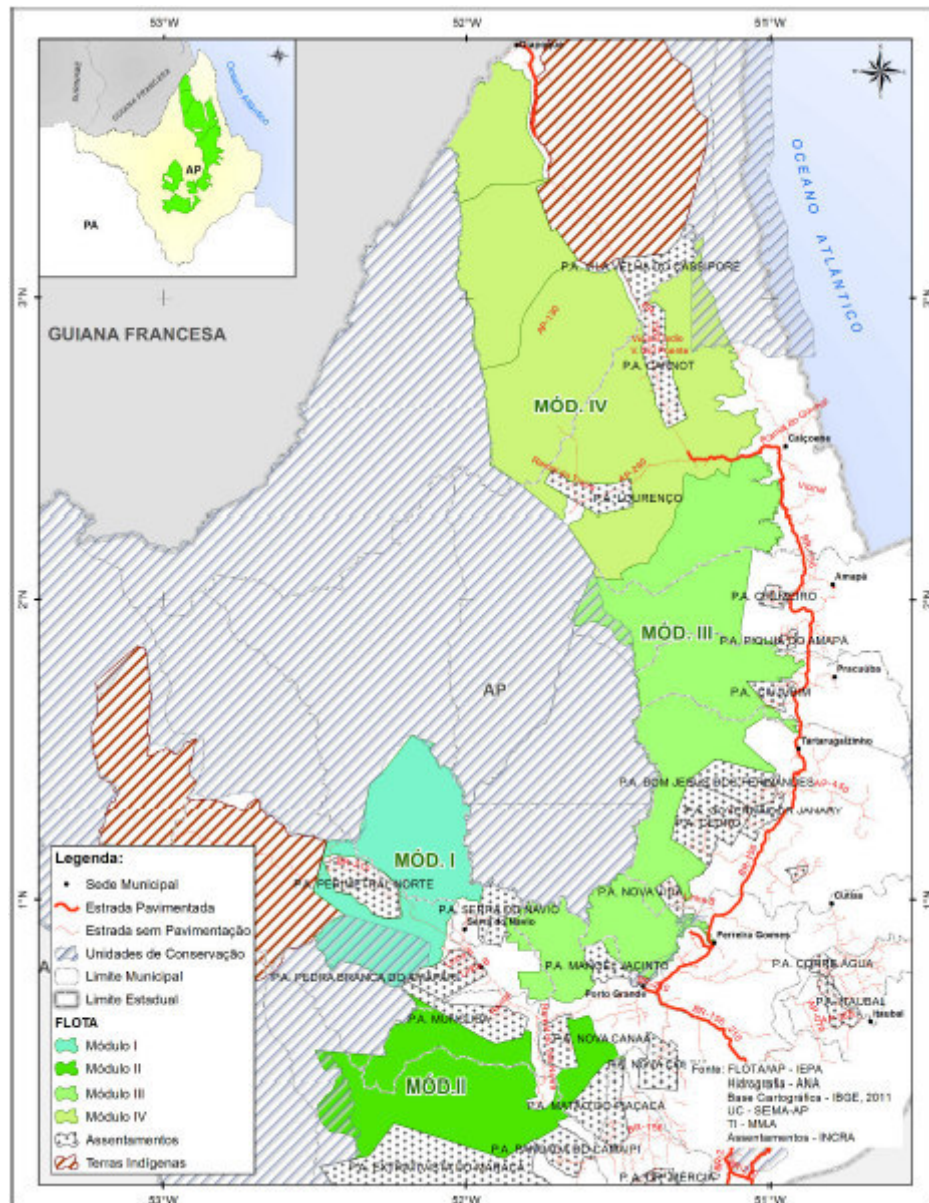
Com área total de 2.369.400 ha, a FLOTA se integra no grande corredor da biodiversidade, do qual o Amapá faz parte, e engloba parte de 10 municípios do estado do Amapá (mapa 04 e quadro 02). É dividida em 4 módulos com 16 zonas estabelecidas, com objetivos distintos, caracterizadas e com normas gerais correspondentes (AMAPÁ, 2006)¹⁰.

⁸ A Convenção sobre Diversidade Biológica é um tratado da ONU e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A Convenção foi estabelecida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema (Ministério M., s/d b).

⁹ Segundo Fonseca (2008), com as áreas protegidas da Guiana Francesa, forma-se uma das maiores zonas terrestres protegidas do mundo.

¹⁰ É feita uma divisão em zonas: Primitiva I, Primitiva II, Primitiva III, Primitiva IV, Primitiva V, experimentação, uso especial, uso público I, uso público II, uso público III, Manejo florestal comunitário, recuperação, populacional, temporária, mineração, e por último, manejo florestal sustentável (AMAPÁ, 2006).

Mapa 04 – Divisão da FLOTA por Módulos



Fonte: Euler e Almeida (2014).

Parte do município de Calçoene faz parte do módulo III e IV (Tabela 01), o que restringe grande parte do uso do território. Como se percebe através do mapa 04, a área da FLOTA em Calçoene é significativa, e, de acordo com o seu zoneamento, o uso do território deverá ser consoante ao que já foi estabelecido, limitando assim as ações do poder público municipal.

Tabela 01 – Divisão da FLOTA, Localização, municípios, área e perímetro

Módulo	Localização	Municípios	Área (km ²)	Perímetro (km)
I	Região central do Amapá	Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari.	3.140,80	392,52
II	Centro-Sul do Amapá	Mazagão, Porto Grande e Pedra Branca do Amapari.	3.420	413,53
III	Estende-se da região Central do Amapá em direção ao Norte.	Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá e Calçoene	7.429,60	1.034,80
IV	Norte do Amapá	Oiapoque e Calçoene	9.739,70	849,5

Fonte: Euler e Almeida (2014).

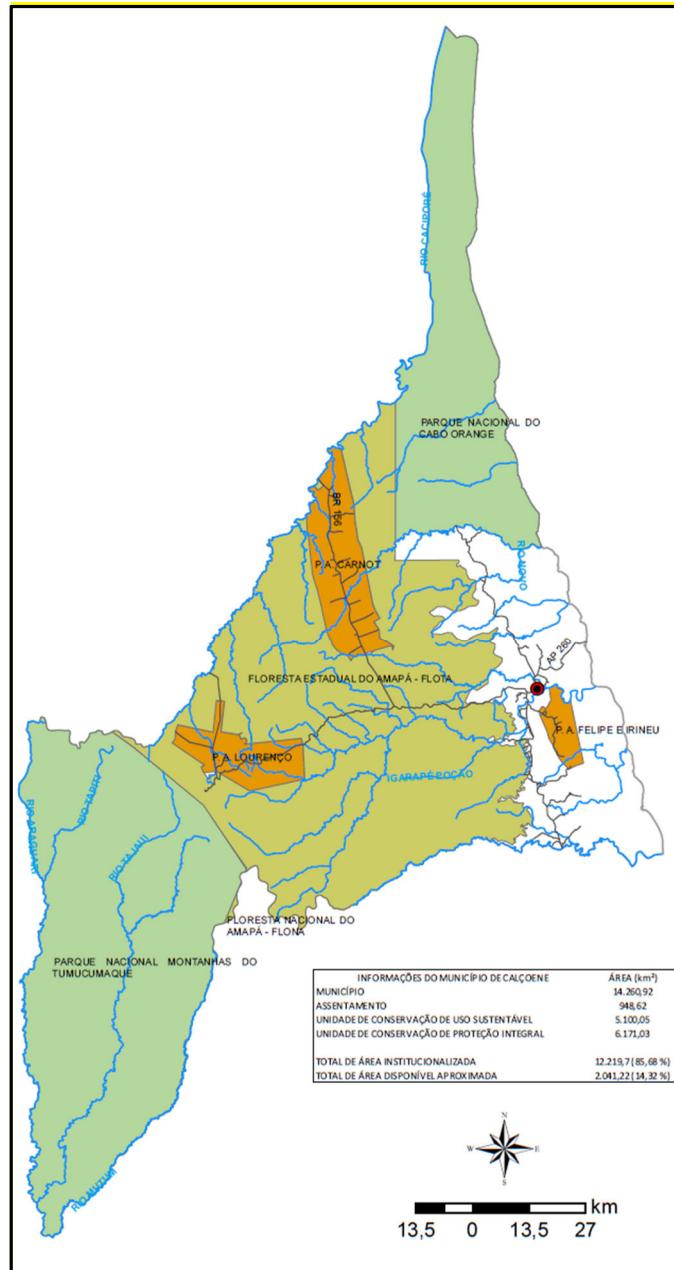
No que concerne às consequências das áreas protegidas sobre Calçoene é de registrar a restrição do uso do território. Considerando a influências das três unidades de conservação sobre o município, mais as áreas de assentamento, pode-se verificar (mapa 05), que o território de Calçoene apresenta restrição em 12.219,7 km², o que corresponde a 85,68%, de seu território, tendo disponível somente 14,32% (2.041,22 km²).

Vale ressaltar que os dois PARNA (Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque), de jurisdição do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMBio), são unidades de conservação de proteção integral. A FLOTA é de jurisdição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), e é uma unidade de conservação de uso sustentável. Sobre o território de Calçoene contam-se, ainda, os assentamentos, que pertencem ao Governo do Estado do Amapá (GEA) (jurisdição estadual) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (jurisdição federal).

Convém lembrar que a criação do PARNA Cabo Orange trouxe implicações negativas para os moradores de Taperebá, Cunani e Vila Velha, sobretudo para os pescadores, pois os moradores dessas vilas se encontraram enclavados e sem recursos, o que dá origem ao processo de busca de alianças institucionais (INCRA,

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)) para criar um contrapeso ao IBAMA¹¹ (COULY et al, 2010).

Mapa 05 – Áreas de uso restrito em Calçoene



Fonte: Secretaria (2015 a) (adaptado pelo autor)

Em consequência, em 1985, houve a criação do assentamento Carnot, como única alternativa de atividade comercial à produção de farinha para o abastecimento da cidade de Calçoene passando pelo igarapé água doce. Embora, em 1987, tenha

¹¹ A propósito dos conflitos de Unidades de Conservação ver Brito (2015).

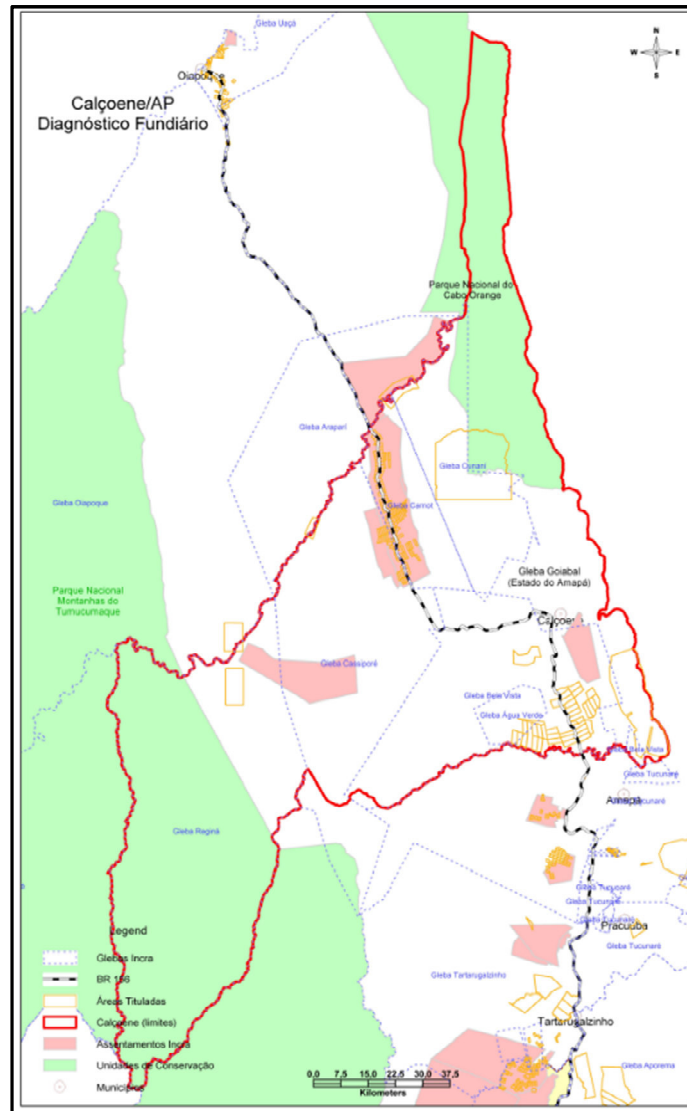
sido aberto um ramal para facilitar o escoamento, o custo do frete especialmente no período chuvoso, impossibilitava qualquer benefício (COULY et al, 2010).

Em 2004, o INCRA inicia o processo de reconhecimento de área quilombola, na gleba do Cunani, que tem sua área parcialmente sobreposta ao PARNA Cabo Orange. As tentativas de criar cooperativas para fazer usufruto do açaí, que, a partir de 2000, ganha maior espaço na atividade comercial, fracassaram. Assim, o IBAMA lança, em 2005, projetos de integração das comunidades do entorno através do turismo justo, mas não teve êxito relevante capaz de evitar o êxodo para a cidade de Calçoene. Deste modo, o sustento dos moradores vem de suas pensões e salários. Fora do período de açaí, eles não possuem atividades extrativas (COULY et al, 2010).

A criação de assentamentos não trouxe resultado satisfatório para Calçoene, e isso não é diferente com a condição dos assentamentos em todo o Estado, pois segundo Silva, Filocreão e Lomba (2012), os assentamentos rurais existentes no Estado do Amapá estão marcados por problemas que vão desde as deficiências nas infraestruturas básicas até às deficiências nas políticas mais profundas para o desenvolvimento dos mesmos. As dificuldades de regularização fundiária no Estado contribuem para os problemas quanto ao desenvolvimento socioeconômico nos assentamentos, dificultando o acesso a créditos subsidiados e programas de assistência oferecidos pelo Estado ou pelo MDA.

Segundo informações do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) (INSTITUTO, 2012), existem em Calçoene quatro assentamentos, três sob a jurisdição do INCRA e um sob a jurisdição do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP). Ao todo, possuem capacidade familiar (CF) de 875 famílias e 812 famílias assentadas (INSTITUTO, 2011). De acordo com o Diagnóstico fundiário estão presentes em Calçoene glebas do INCRA, áreas tituladas, assentamentos e unidades de conservação (mapa 06).

Mapa 06 – Diagnóstico Fundiário de Calçoene-AP.



Fonte: Instituto (2009)

1.4.3 Turismo

O turismo tem-se assumido como uma estratégia nacional para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Tem como diretrizes, no âmbito da gestão, a participação e o diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (BRASIL, 2013b).

Das 276 regiões turísticas do Brasil, o Amapá é dividido em quatro polos: Polo Meio do Mundo, Polo Pororoca, Polo Extremo Norte, Polo Castanhais e Polo Tumucumaque. Segundo o Programa de Regionalização do Turismo (MINISTÉRIO, 2013), Calçoene insere-se no Polo Extremo Norte, juntamente com os Municípios de Oiapoque, Pracuúba e Amapá¹².

Considerando que Calçoene tem mais de 85% de seu território protegido, e que o “Brasil jamais teve uma política de turismo em áreas protegidas” (BRASIL, 2013b, p. 7), percebe-se aqui um potencial e um impasse. Potencial porque se pretende desenvolver uma estratégia para a implementação do turismo, o que pode favorecer a geração de emprego e renda, melhorias no parque hoteleiro e oferta turística e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Um impasse porque as UC ainda têm um caráter restritivo, que impede a combinação da atividade turística com a preservação do meio ambiente.

1.4.4 Condição de Faixa de Fronteira

Devido à sua localização geográfica, Calçoene está inserido em Programas nacionais, que visam reduzir as desigualdades regionais bem como desenvolver a faixa de fronteira, que geralmente configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças (BRASIL, 2009)¹³.

A redução das desigualdades regionais, como uma das formas de viabilizar a estratégia de desenvolvimento, a longo prazo, foi iniciada no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 e estabelecida no PPA 2008/2011, e eleva o tratamento das fronteiras, pois, até então, o fator mais expressivo era a segurança e a soberania nacionais (BRASIL, 2009). Nesse sentido, Calçoene está inserido em dois programas nacionais:

¹² O município de Calçoene é rico em corredeiras como o Balneário Banheiros, a corredeira Asa Aberta, a Cachoeira Grande etc. (SANTANA, 2010).

¹³ A propósito das áreas transfronteiriças e seus conflitos veja-se Porto e Silva (2010), Silva e Rückert (2009), Tostes e Ferreira (2016).

o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o Programa Calha Norte (PCN).

De acordo com a Lei Federal nº 6.634 de 1979 (BRASIL, 1979), a faixa de fronteira é indispensável à segurança nacional. Esta é composta por uma faixa interna de 150 km de largura, ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira paralela à linha divisória do território nacional. Isso corresponde a 27% do território brasileiro, abrange 11 estados e 588 municípios, totalizando cerca de 10 milhões de habitantes.

Na tentativa de reversão do quadro de desigualdades e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações, a Secretaria de Programas Regionais do Ministério de Integração Nacional, implementa três programas: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER) e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2009).

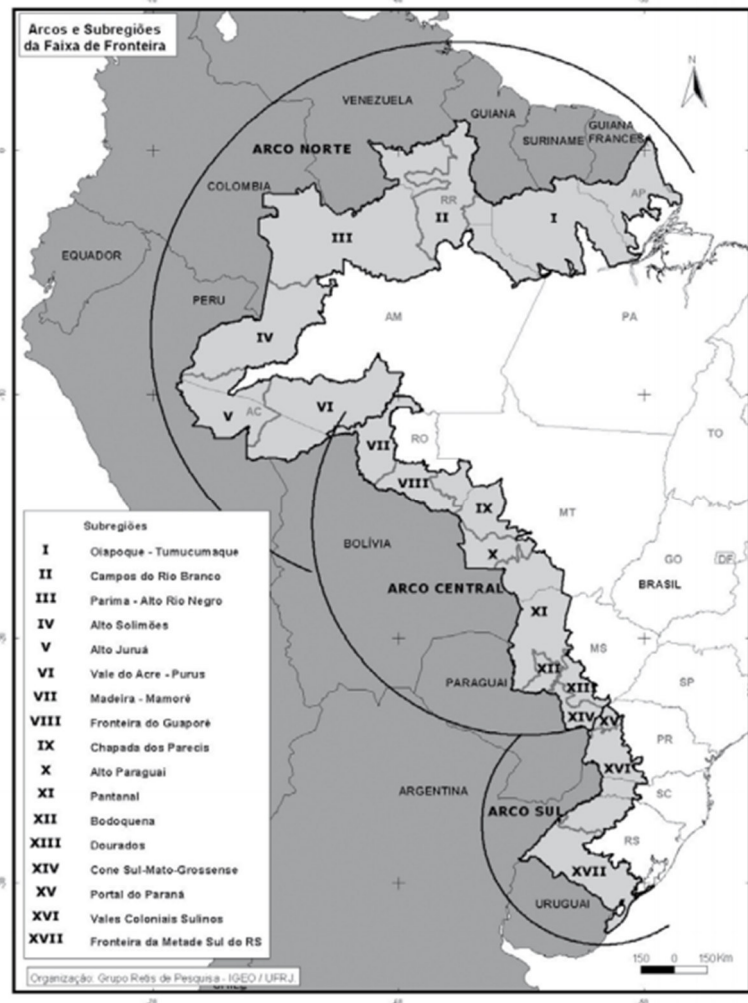
O PDFF foi estruturado em quatro grandes diretrizes: o fortalecimento institucional, desenvolvimento econômico integrado, cidadania, e, por último, marco regulatório. Como linhas de ação, persegue o desenvolvimento integrado das sub-regiões que contém cidades gêmeas, articulação de suas prioridades com o desenvolvimento das mesorregiões prioritárias e a melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões que compõem a fronteira.

Como é possível observar no mapa 07, a faixa de fronteira é composta por três grandes arcos – Norte, central e sul, e dividida em 17 sub-regiões¹⁴. O Amapá faz parte do Arco Norte, que abrange também a faixa de fronteira do Pará, de Roraima, do Amazonas e Acre¹⁵.

¹⁴ Diferenças na base produtiva e na posição geográfica e o predomínio de população indígena foram os principais critérios para a definição das sub-regiões do Arco Norte.

¹⁵ O arco norte constitui-se um “arco indígena”, tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva), como da identidade territorial (importância étnico-cultural indígena mesmo fora das áreas de reserva) (MINISTÉRIO, 2009).

Mapa 07 – Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira.



Fonte: Ministério (2009)

Os municípios do Amapá estão na sub-região I Oiapoque-Tumucumaque¹⁶. Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Pracuúba, Calçoene e Amapá estão inseridos na terceira linha de ação que visa a melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões, enquanto que Oiapoque se insere na linha de ação do desenvolvimento integrado das sub-regiões, por ser uma cidade gêmea.

Dentre as quatro grandes diretrizes, já mencionadas, o desenvolvimento econômico integrado, previsto no PDFF, tem em suas linhas de ação o arranjo

¹⁶ A sub-região I Oiapoque-Tumucumaque também é constituída pelos municípios de Alenquer, Almeirim, Faro, Oriximiná, Óbidos, do Estado do Pará; Uruará, Njamundá, no Estado do Amazonas; Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima (MINISTÉRIO, 2009).

produtivo local¹⁷. Nesse sentido, no Amapá, fez parte do planejamento de governo do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (2003 – 2006 e 2006 – 2010) o Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá-Produtivo, o qual estabelecia políticas públicas, aliadas à iniciativa privada para a implementação de polos produtivos no Estado (SANTOS, 2005).

São 12 os APL que fizeram parte do Plano Amapá Produtivo: mandiocultura, fruticultura, pecuária de corte, pesca artesanal, grãos (arroz, feijão e milho), produtos derivados do açaí, madeira e móveis, hortigranjeiros, produtos florestais não madeireiros, complexo oleiro-cerâmico, apicultura e turismo. As cinco primeiras são as que foram previstas para Calçoene. Além dos APL, o Plano propôs a criação de grupos de trabalho para elaborar estudos de novas atividades. Das oito consideradas, Calçoene estava incluído em três: rochas ornamentais, industrialização do pescado e aquicultura¹⁸. Como demanda prioritária para Calçoene foram previstas as seguintes:

Criação da escola de pesca e aquicultura; criação de um centro de capacitação no tratamento de rochas ornamentais; asfaltamento da BR 156; acesso ao sistema de Telefonia Celular; instalação de agência bancária; instalação de unidade de conservação e industrialização de pescado (SANTOS, 2005, p. 26).

Santana (2010), em estudo realizado para período de 2000 a 2005, voltado para a orientação de políticas de desenvolvimento, assinala que o potencial do Amapá se direciona para os APL de turismo ecológico, madeira e mobiliário e educação; e a interação desse conjunto de atividades configura o agronegócio ou o *agrcluster* regional. No entanto, segundo o mesmo autor, Calçoene apresenta especialização em três APL, com destaque para a extração florestal e a agroindústria animal.

Em 2011, o Estado do Amapá, através do projeto de Lei 0166/11, define 21 APL nos municípios amapaenses com base nas suas potencialidades e realidades locais. Calçoene foi inserido em 13 destes APL: Construção Naval, pesca artesanal, aquicultura, madeiras e móveis, turismo, produtos da floresta não madeireiros, rochas

¹⁷ Segundo a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes.” (INSTITUTO, 1997).

¹⁸ O Plano, quando mapeia os APL, considera para Calçoene “rochas ornamentais” e “aquicultura” como APL, embora sejam mencionadas como “novas atividades dotadas de consideráveis efeitos na geração de emprego e renda [...]” (SANTOS, 2005, p. 18)

ornamentais, pesca, cultura da mandioca, fruticultura, Grãos, pecuária e bioindústria. Entretanto, o projeto de lei foi arquivado (AMAPÁ, 2011).

Atualmente, segundo informações do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, das 15 APL registradas no Amapá, duas são em Calçoene: Agricultura e Pesca e Aquicultura (BRASIL, 2015).

O Programa Calha Norte (PCN) surgiu em 1985 pelo governo federal com o objetivo principal da manutenção da soberania da Amazônia, contribuindo com a promoção de seu desenvolvimento ordenado e sustentável (BRASIL, 2012).

Inicialmente, a área de atuação do PCN circunscrevia aos municípios da faixa de fronteira situados entre o Rio Solimões (município de Tabatinga – AM) e a foz do Rio Amazonas, nas proximidades da Ilha do Marajó. Entretanto, a partir de 2003, quando houve a reestruturação e o aumento de verbas direcionadas ao programa, o PCN aumentou sua área de atuação, e atualmente abrange 194 municípios, que corresponde à totalidade dos municípios dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e ao entorno da ilha do Marajó na porção norte do Estado do Pará. Isso corresponde a 32% do território nacional e, dos 194 municípios atendidos, 96 estão situados na faixa de fronteira (BRASIL, 2012).

O PCN possui gestão vinculada ao Ministério da Defesa (MD) e executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários de forma direta. Atua sob duas vertentes, a militar que corresponde a manutenção da soberania e integridade territorial, e a vertente civil correspondendo ao apoio às ações de Governo na promoção do desenvolvimento regional.

O que é importante ressaltar é que a vertente civil, por meio de convênios municipais ou estaduais, dos entes federativos que estão dentro da área de atuação do PCN, apresenta áreas temáticas que podem ser benéficas para o próprio Município, uma vez que estas são financiadas. Entre elas, contam-se: infraestrutura social; infraestrutura de transportes; infraestrutura econômica; viaturas, máquinas e equipamentos, esportes, educação e saúde, e, por último, segurança e defesa.

De todos os convênios realizados com a União para o município de Calçoene, 58 no total, desde 01/01/1996 a 17/01/2016, o MD, através do PCN, geriu 17, sendo

o órgão superior que mais atuou em convênios para o município (BRASIL, s/d). Entretanto, nem todos os convênios foram aprovados, seja os geridos pelo PCN, seja os dos demais órgãos concedentes, o que será objeto de análise do capítulo III, dentro do recorte temporal da pesquisa.

1.4.5 Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA.

A Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) foi resultado da reunião de presidentes da América do Sul, realizada em agosto de 2000 na cidade de Brasília, e é um mecanismo institucional para coordenar as ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos, com o objetivo de construir uma agenda comum para promover projetos de integração de infraestrutura de transporte, energia e comunicações.

De acordo com informações obtidas no site oficial da IIRSA, no período de 2000 a 2010, foram três os principais momentos de evolução: lançamento e start-up (2000-2002), planejamento (2003-2004), implementação e consolidação (2005-2010). Entre os resultados mais significativos contam-se:

- O desenvolvimento e implementação do indicativo Metodologia de Planejamento Territorial que resultou em um portfólio acordado de mais de 500 projetos de infra-estrutura em transportes, energia e comunicações, organizado em nove Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID Hubs);
- A formação da Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005-2010 é um conjunto de 31 projetos prioritários, com alto impacto na integração física do território;
- O desenvolvimento de projetos em Processos Setoriais de Integração (PSIs); e
- O desenvolvimento e a aplicação de novas ferramentas e metodologias de planejamento. (CONSEJO, s/d a. Tradução livre do Autor).

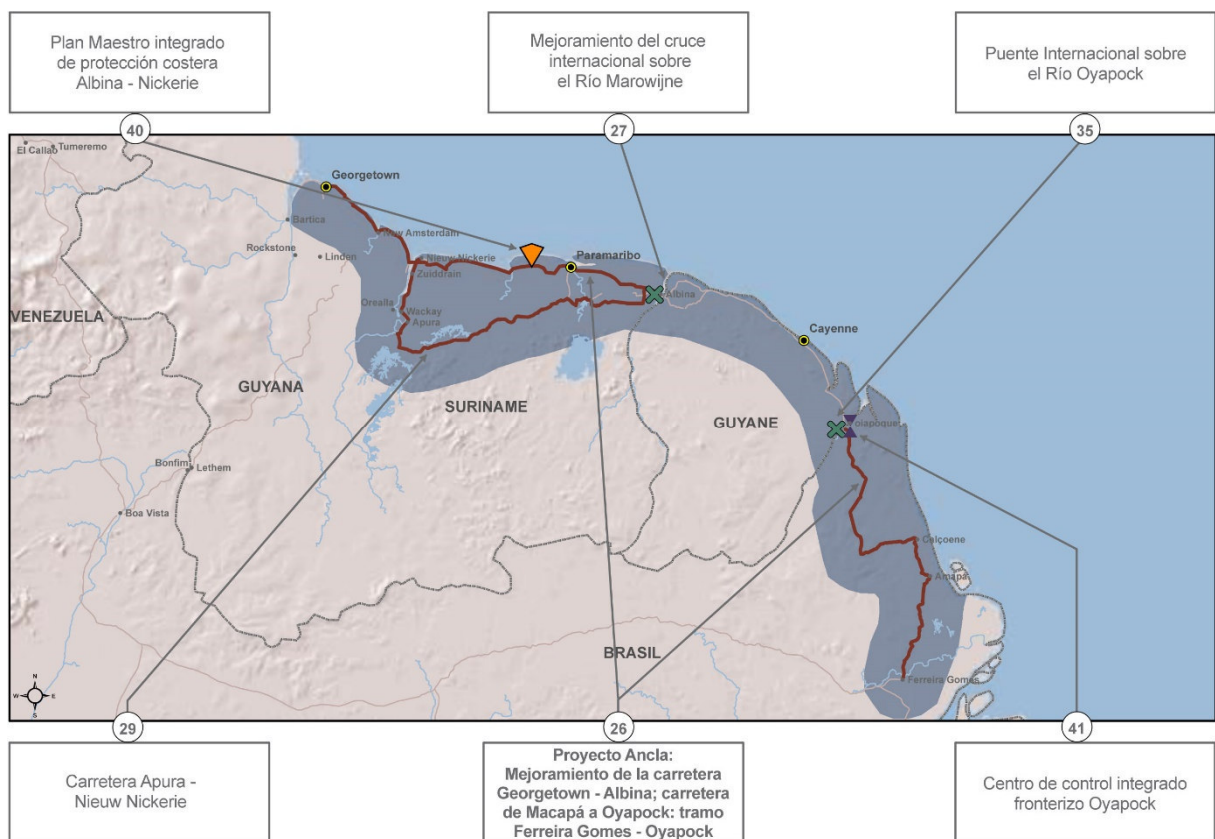
Dentro da IIRSA, foi criado, em 2009, o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN¹⁹). Este, em 2011, elaborou o Plano

¹⁹ O COSIPLAN é a instância de discussão política e estratégica por meio de consultas, avaliação, cooperação, planejamento e coordenação de esforços e programas e projetos conjuntos para implementar a integração das infraestruturas regionais nos países membros da União de Nações Sul-Americanas (CONSEJO, s/d b).

Estratégico de Ação (PAE), de 2012 a 2022, que reconhece os resultados alcançados pela IIRSA, é baseado no Tratado da UNASUL e no estatuto e regulamento do COSIPLAN, e tem suas ações efetuadas através de planos anuais de trabalhos.

Dentre os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID hubs) está o Escudo das Guianas. Este é definido por meio da delimitação de uma área de influência que incorpora a vinculação dos principais pontos de articulação entre Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela (figura 01).

Figura 01 – Localização dos Projetos do Grupo G4.



Fonte: Consejo (s/d c).

Entre os quatro grupos pertencentes ao Escudo das Guianas²⁰, o G4 possui a função estratégica de consolidar uma conexão física internacional para promover o desenvolvimento sustentável e a integração da Guiana, Suriname e os Estados

²⁰ Trata-se de 4 grupos: G1 Interligação Venezuela – Brasil, G2 Interligação Brasil – Guiana, G3 Venezuela Interconexão – Guiana, e por último, G4 Interconexão da Guiana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil. Na totalidade dos grupos existem 20 projetos (CONSEJO, 2016d).

brasileiros do Amapá e Pará. Dos 6 projetos do G4, 3 dizem respeito ao Amapá (figura 01).

Nesse contexto, é possível perceber que Calçoene se insere num contexto de rota de passagem internacional. Contudo, isso ainda não está consolidado, embora se vislumbre uma condição favorável para município, principalmente para a cidade sede, que está às margens da BR-156.

Segundo Silva (2001), a posição geográfica de Calçoene pode permitir ao município uma integração maior, por exemplo, do ponto de vista mercadológico com as capitais estrangeiras mais próximas, como é o caso de Caiena, Paramaribo e Georgetown, respectivamente da Guiana Francesa, Suriname e Guiana Inglesa. Do mesmo modo, o autor acrescenta a necessidade de se equacionar o transporte fluvial e aéreo, além do rodoviário²¹.

1.5 Aspectos Socioeconômicos

Depois de apresentar as características físicas de Calçoene, os fatores que exercem influência sobre o município, será apresentado, em seguida, algumas características sociais e econômicas. Para esse efeito, uma vez que não se tem como objetivo fazer uma caracterização acurada, mas apresentar alguns indicadores que caracterizem, de forma geral, o município. Assim, a abordagem será sobre alguns dados sobre a população, o IDH, o IPS e o PIB. Este último, com o objetivo de assinalar a dependência do município do setor de serviços, à semelhança do que acontece no Estado, daí o interesse em fazer uma reflexão sobre este indicador.

²¹ O autor assinala, igualmente, a importância do conhecimento de línguas estrangeiras ou de legislações relativas ao comércio internacional para um futuro intercâmbio com os países mais próximos (SILVA, 2001).

1.5.1 População

A população de Município de Calçoene passou de 6.730 hab., em 2000, para 9.000 hab., em 2010, e estima-se em 10.163 hab., em 2015 (IBGE, 2000, 2010, 2015) (tabela 02). Esta realidade mostra que em apenas 15 anos, a população de Calçoene aumentou 51,01%.

Ao comparar-se o crescimento populacional de Calçoene com os municípios da mesorregião norte do Estado do Amapá e com o crescimento populacional estadual, entre 2000 e 2015 (Tabela 02), percebe-se que, apesar dos números absolutos, que colocam Calçoene com a terceira maior população da mesorregião, este teve o segundo menor crescimento, mantendo-se acima apenas de Amapá (21,08%), inclusive abaixo do crescimento do Estado (60,72%), como é possível observar na tabela 02.

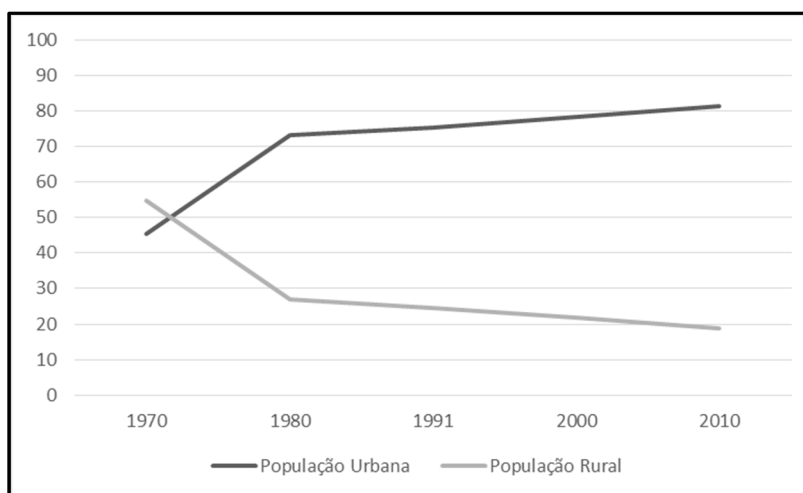
Tabela 02 – População do Estado do Amapá e Mesorregião Norte (2000-2015)

UF	2000	2010	Δ%	2015*	Δ%
Amapá	477.032	669.526	40,35	766.679	60,72
Oiapoque	12.886	20.509	59,16	24.263	88,29
Calçoene	6.730	8.964	33,19	10.163	51,01
Amapá	7.121	8.069	13,31	8.622	21,08
Pracuúba	2.286	3.793	65,92	4.531	98,21
Tartarugalzinho	7.121	12.563	76,42	15.212	113,62

Fonte: Instituto (2000; 2010; 2015) * população estimada.

A respeito da população urbana e rural, percebe-se, ao longo do tempo, a predominância da população urbana. Como é possível observar no gráfico 01, em 1970, a população rural era superior à população urbana. Contudo, nos primeiros anos dessa década, essa tendência inverteu-se até à atualidade. Em 2000, a população urbana do município representava 78,32% e, em 2010, passou a representar 81,19%, constituindo um crescimento de 3,66%.

Gráfico 01 – População Urbana e Rural de Calçoene, 1970 – 2010.



Fonte: Instituto (1970, 1980, 1991, 2000; 2010)

Na sede municipal, entretanto, olhando para os dados de 2000 e 2010, pode perceber-se que, apesar de concentrar a maior parte da população urbana do município, esta, embora tenha aumentado em números absolutos, diminuiu no peso que tem no município, passando de 86,19% para 77,15%. Já no distrito de Lourenço, a representação da população urbana do município passou de 12,67%, em 2000, para 22,25%, em 2010, tendo o expressivo crescimento de 143,41%. Cunani, por sua vez, regrediu de 1,14%, para 0,60% (tabela 03).

Tabela 03 - População de Calçoene por distritos, 2000 – 2010

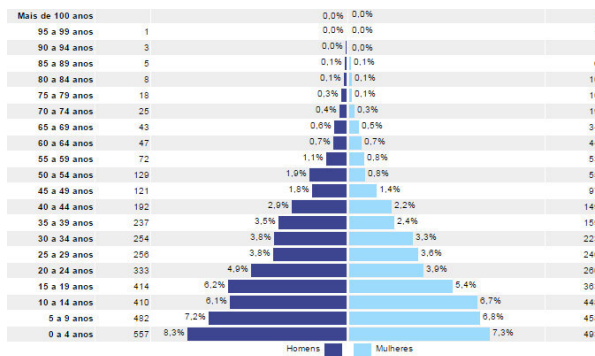
Distritos	Censo 2000						Censo 2010					
	Total	%	Urbana	%	Rural	%	Total	%	Urbana	%	Rural	%
Calçoene	4801	71,34	4543	86,19	258	17,68	6194	68,82	5637	77,15	557	32,9
Cunani	912	13,55	60	1,14	852	58,40	940	10,44	44	0,60	896	52,9
Lourenço	1017	15,11	668	12,67	349	23,92	1866	20,73	1626	22,25	240	14,2

Fonte: Instituto (2000; 2010).

Ao se deter na estrutura da população de Calçoene e sua distribuição por sexo e grupos etários (Pirâmide Etária – Fig. 02 e 03), é possível perceber que, tanto em 2000 quanto em 2010, Calçoene detém uma população jovem, fato que pode ser observado pela base larga da pirâmide, que estreitece à medida que se aproxima do topo, assinalando que se trata de uma população ainda bastante jovem²².

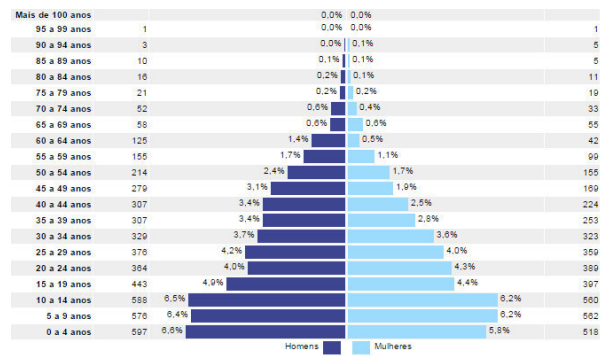
²² Outras informações sobre a leitura das pirâmides podem ser encontradas no site do IBGE (www.ibge.gov.br) e, entre outros, em Miller e Spoolman (2012).

Figura 02-Pirâmide Etária de Calçoene em 2000



Fonte: Instituto (2000).

Figura 03-Pirâmide Etária de Calçoene em 2010



Fonte: Instituto (2010).

Vale ressaltar que, ao se fazer uma análise sobre os grandes grupos etários - 0 a 14 anos, 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais -, é possível verificar que nos dois últimos censos, com relação a Calçoene, há uma diminuição percentual das faixas etárias do grupo de 0-14 anos (figuras 02 e 03), embora tenha havido um crescimento deste grupo na ordem de 19,42%²³, indicando que, apesar de algumas nuances, a população continua jovem.

Ao comparar-se a população jovem com a população potencialmente ativa (15 a 64 anos), é possível perceber que, de acordo com o censo de 2000 e 2010, a razão de dependência de crianças e jovens diminuiu de 77,01% para 64,06%, o que representou uma queda de 16,82%.

A população potencialmente ativa, que representava 54,95%, em 2000, passou a representar 58,99%, em 2010, assinalando uma variação positiva de 7,35%. No total, o seu crescimento foi de 43,56% de 2000 para 2010. Este é um elemento importante porque mostra a robustez da pirâmide etária, uma vez que é neste grupo etário que está o suporte para a população jovem e idosa. Esta informação é corroborada pela razão de dependência total, que registrou um decréscimo de 15,21% (de 81,99% para 69,52%).

Relativamente à população idosa, ela registra o maior crescimento (57,61%) dos três grupos. No entanto, em termos da população geral, em 2000, representa 2,73% e, em 2010, representa 3,22% (variação de 17,86%). Esta informação permite inferir que a população idosa ainda não representa um valor significativo.

²³ O grupo etário de 15-64 anos foi de 42,56% e o >65 anos foi de 66,18%.

1.5.2 Índice de Desenvolvimento humano

Realizado de 10 em 10 anos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética para o progresso a longo prazo, composto por dados estatísticos em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, na escala de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (total desenvolvimento humano) (BRASIL, 2013a)²⁴.

O IDH permite comparar países, e no caso do Brasil, comparar municípios. O IDH Municipal (IDHM) é utilizado para aferir as três referidas dimensões por município. Esta é uma informação que nos interessa para ajudar na caracterização de Calçoene, uma vez que nos permite sabermos o seu desempenho nestas dimensões, mas também fazer uma comparação com o estado e o país.

Em 2000, Calçoene apresentou 0,488 de IDHM, ocupando a oitava posição no estado. Na dimensão educação obteve 0,335, na quinta posição. Já na dimensão longevidade alcançou 0,634 ocupando a penúltima posição, e na dimensão renda obteve 0,547, no oitavo lugar. O valor geral do município tem a classificação “muito baixo” (até 0,499). Das três dimensões, a educação tem esta mesma classificação, enquanto que a dimensão renda está classificada na categoria “baixo” (0,500 a 0,599). Somente a dimensão longevidade está classificada na categoria “médio” (0,600 a 0,699) (Quadro 5).

Após 10 anos, os índices foram maiores, com 0,643 de IDHM, com melhoria na ordem dos 31,76%; 0,550 na dimensão educação (64,18%); 0,759 na dimensão longevidade (19,72%) e 0,636 na dimensão renda (16,27%). Como se pode observar no quadro 5 é a educação que apresenta valores mais significativos. Segundo indicações do IDHM (PNUD; IPEA; FJP, 2013), melhorias na dimensão educação representa que houve avanço significativo no percentual da população de cinco a seis anos de idade frequentando a escola, da população de onze a treze anos de idade

²⁴ O IDH é classificado da seguinte forma de acordo com os seus resultados: Muito alto (acima de 0,800), Alto (0,700 até 0,799), Médio (0,600 até 0,699), Baixo (0,500 até 0,599) e muito baixo (0,000 até 0,499).

frequentando os anos finais do ensino, ou que já concluiu o fundamental, da população de quinze a dezessete anos com fundamental completo, da população de dezoito a vinte anos de idade com o ensino médio completo, da população de dezoito anos ou mais com fundamental completo.

Ao comparar-se o IDH de Calçoene com o do estado do Amapá e do Brasil, conforme a tabela 04, é possível verificar que nas três UF, houve melhorias significativas que vão desde os 18,79% no Brasil até aos 31,76% de Calçoene, passando pelos 22,70% do Estado do Amapá. Visto no contexto do País e do Estado, Calçoene, apesar de ter o IDH inferior, apresentou maior evolução, em todas as dimensões do IDH no período de 10 anos.

Tabela 04 – IDH por UF: Brasil, Amapá e Calçoene (2000-2010)

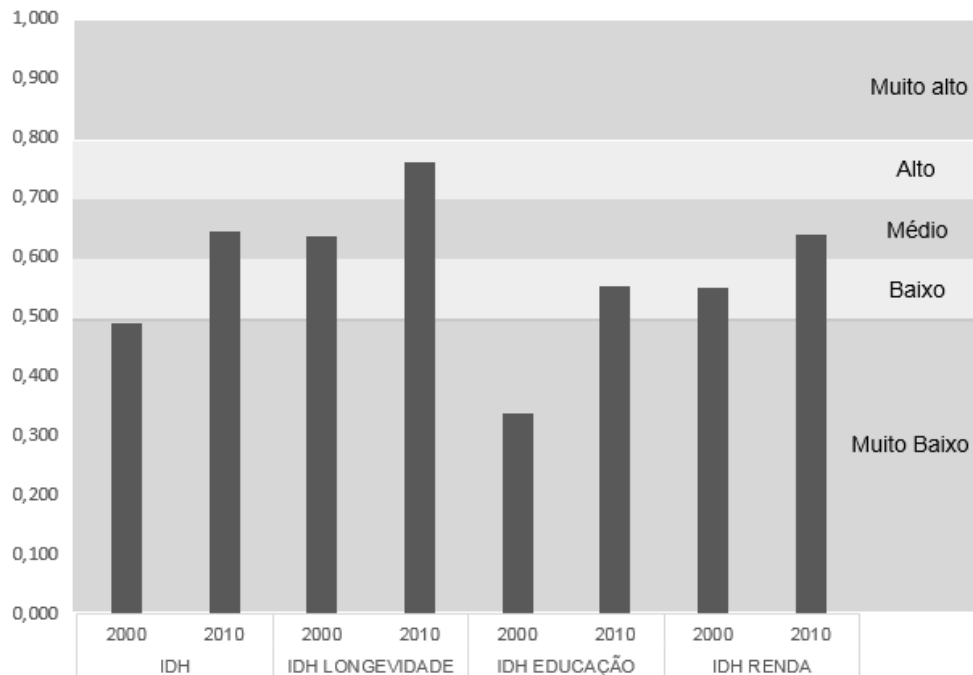
UF	IDH			IDH LONGEVIDADE			IDH EDUCAÇÃO			IDH RENDA		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
BRASIL	0,612	0,727	18,79	0,727	0,816	12,24	0,456	0,637	39,69	0,692	0,739	6,79
AMAPÁ	0,577	0,708	22,70	0,711	0,813	14,35	0,424	0,629	48,35	0,638	0,694	8,78
CALÇOENE	0,488	0,643	31,76	0,634	0,759	19,72	0,335	0,55	64,18	0,547	0,636	16,27

Fonte: Programa; Instituto; Fundação (2013)

Entre 2000 e 2010, quanto ao IDH, o país apresentou uma evolução de 18,8%, o estado 22,07%, e Calçoene 31,76%. No IDH longevidade, o Brasil, o Estado e Calçoene evoluíram 12,24%; 14,35% e 19,72%, respectivamente. Destaca-se o aumento no IDH educação que teve um aumento de 39,69% no país, no estado 48,35% e no município 64,18%. O IDH renda foi o que menos cresceu comparado com as outras dimensões, pois aumentou 6,79% no âmbito nacional, 8,78% em termos estaduais e 16,27% no município.

De acordo com a Classificação do PNUD, em 2000, o IDH de Calçoene estava na classificação “muito baixo”, tendo evoluído em 2010, para a categoria “médio”, apresentando uma evolução significativa, antes assinalada. Esta evolução é possível ser observada nas outras dimensões, como se pode constatar no gráfico 02.

Gráfico 02 – Evolução do IDHM e suas dimensões em Calçoene (2000-2010)



Fonte: Programa; Instituto; Fundação (2013)

1.5.3 Índice de progresso social da Amazônia Brasileira

Criado em 2013, o Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira (IPS) da Amazônia foi promovido pela rede # Progresso Social Brasil. É liderada pelo Imazon em parceria com *Social Progress Imperative - SPI*, na Amazônia Legal. Tal índice, diferentemente do PIB e IDH, considera exclusivamente indicadores sociais e ambientais. É composto por três dimensões: *necessidades humanas básicas*, *fundamentos para o bem-estar* e a *sustentabilidade*. (SANTOS et al, 2014).

Segundo Santos et al (2014), trata-se de um diagnóstico detalhado do progresso social e ambiental dos 772 municípios da região e seus nove estados, mediante o uso de 43 indicadores sociais e ambientais na escala municipal. Como resultado, o IPS médio na região amazônica, de 57,31 pontos, foi inferior à média nacional, de 67,73 pontos, com índices inferiores em todas as dimensões e em quase todos os componentes, pois nos itens *segurança pessoal* (dimensão 1) *saúde e bem-estar* (dimensão 2), o desempenho da Amazônia foi melhor (tabela 05).

Tabela 05 – Índice de Progresso Social da Amazônia (Brasil, Amazônia, Amapá e Calçoene)

DIMENSÕES E COMPONENTES	BRASIL	AMAZÔNIA	AMAPÁ	CALÇOENE
Dimensão 1 - Necessidades humanas básicas	71,6	58,75	61,9	58,51
Nutrição e cuidados médicos básicos	80,01	72,46	----	77,97
Água e Saneamento	74,87	35,35	----	26,89
Moradia	92,03	72,48	----	80,97
Segurança pessoal	39,49	54,72	----	48,19
Dimensão 2 - Fundamentos para o Bem-estar	70,42	64,84	60,9	64,49
Acesso ao conhecimento básico	67,13	60,61	----	59,4
Acesso à informação e comunicação	63,44	53,36	----	39,17
Saúde e bem-estar	68,35	70,57	----	71,52
Sustentabilidade dos ecossistemas	82,76	74,85	----	87,86
Dimensão 3 - Oportunidades	61,18	48,33	47,6	42,94
Direitos individuais	65,39	45,22	----	41,55
Liberdade individual e de escolha	81,99	64,41	----	42,93
Tolerância e inclusão	63,59	64,58	----	68,76
Acesso à educação superior	33,76	19,1	----	18,53
VALOR MÉDIO	67,73	57,31	56,8	55,31

Fonte: Santos et al, 2014.

Ao comparar o IPS da Amazônia, do Estado do Amapá e Calçoene, a primeira evidência, de certo modo previsível, é de que os valores são semelhantes. Neste sentido, não nos interessa tanto a comparação dos três, mas perceber a dinâmica interna de Calçoene, nos seus aspectos mais deficitários e nos aspectos que podem constituir vantagens. Por outro lado, pode ser interessante comparar os dados de Calçoene com os dados nacionais.

No que concerne a Calçoene, considera-se, por exemplo, a pontuação média, 50 pontos, metade das componentes (seis) tem valores inferiores a esta pontuação, permitindo constatar algumas das debilidades do município, segundo o IPS. Neste sentido, a componente que apresenta menor pontuação é o *Acesso à educação superior*, com 18,53 pontos. *Água e saneamento* (26,89), *Acesso à informação e comunicação* (39,17), *Direitos individuais* (41,55), *Liberdade individual e de escolha* (42,93) e *Segurança Pessoal* (48,19) são as outras componentes com pontuação inferior a 50 pontos (Quadro 6).

No oposto, entre 50 e 100 pontos, a melhor pontuação coube à *Sustentabilidade dos ecossistemas*, com 87,86 pontos, seguido da *Moradia*, com 80,97 pontos, *Nutrição e cuidados médicos básicos*, com 77,97 pontos, *Saúde e bem-*

estar, com 71,52, *Tolerância e inclusão*, com 68,76 e *Acesso ao conhecimento básico*, com 59,4 pontos (Quadro 6).

A comparação entre os valores de Calçoene e os do país permite observar que das 12 componentes, o primeiro apresenta pontuação mais elevada em quatro delas. *Segurança pessoal* (39,49; 48,19), *Saúde e bem-estar* (68,35; 71,52), *Sustentabilidade dos ecossistemas* (82,76; 87,86) e *Tolerância e inclusão* (63,59; 68,76) são as componentes que sobressaem.

1.5.4 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador muito utilizado na macroeconomia para aferir a atividade econômica de determinada região. Ele constitui o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços, sendo medido a preços de mercado, excluindo as transações intermediárias, podendo ser calculado sob os aspectos da produção, da renda e do dispêndio (SANDRONI, 1999).

Dentre os três setores econômicos que compõem o PIB – agropecuário, indústria e serviços – o de serviços, segundo Chelala (2008), especificamente na subclasse administração, saúde e educação pública, é o grande responsável pelo que é produzido no Estado do Amapá, revelando-se como a unidade da federação na qual é maior a magnitude do Estado na socioeconomia. De acordo com o mesmo autor (CHELALA, 2008, p. 151-152), são oito os indicadores da presença do Estado na socioeconomia de um Estado: 1) Participação da Administração pública no PIB; 2) Proporção de servidores em relação ao total da população ocupada; 3) Remuneração dos servidores públicos; 4) Gasto público na unidade da federação; 5) Carga tributária na unidade da federação; 6) Estabelecimentos econômicos privados; 7) Arrecadação do ICMS e 8) Consumo privado de energia Elétrica.

O PIB de Calçoene, de forma semelhante ao do estado do Amapá, tem o setor de serviços como o grande responsável pelo que é produzido no município, no período de 2000-2012, conforme mostram as tabelas 06 e 07.

Tabela 06 – Composição do PIB de Calçoene por setor de atividade entre 2000 e 2006

Setor / mil reais	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
Agropecuária	4.017	16,9	5.250	17,3	5.658	15,7	4.145	10,5	4.902	10,6	7.193	13,9	10.625	16,3
Indústria	1.888	7,9	4.168	13,7	4.249	11,8	5.306	13,4	6.182	13,3	5.625	10,9	5.210	8,0
Serviços	17.912	75,2	20.955	69,0	26.126	72,5	30.052	76,1	35.323	76,1	38.796	75,2	49.267	75,7

Fonte: Instituto (2016)

Tabela 07 – Composição do PIB de Calçoene por setor de atividade entre 2007 e 2012

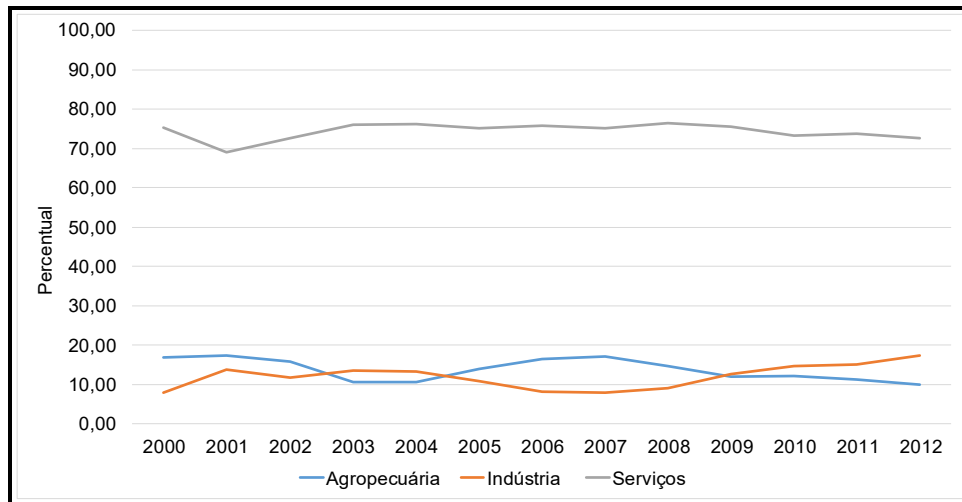
Setor / mil reais	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Agropecuária	13.286	17,2	11.863	14,5	11.643	11,9	12.580	12,2	13.426	11,3	13.677	10,0
Indústria	6.084	7,9	7.400	9,0	12.456	12,7	14.910	14,5	17.784	15,0	23.802	17,4
Serviços	58.064	75,0	62.519	76,4	74.000	75,4	75.324	73,3	87.153	73,6	99.699	72,7

Fonte: Instituto (2016)

De forma geral, os setores cresceram em números absolutos no período destacado. Entretanto, os percentuais mostram que o setor de serviços, por um lado, é o principal gerador da riqueza municipal e, por outro, assinala este se manteve com valores muito próximos, ao longo deste período, variando entre o 68,99% em 2001 e o 76,45% de 2008.

Relativamente aos outros dois setores, é possível perceber 3 momentos que merecem destaque. O primeiro em 2003 e 2004, no qual há uma inversão na liderança desses dois setores, com o setor secundário a ultrapassar o primário, situação que se altera, novamente, em 2005, quando a agropecuária assume a segunda posição na contribuição do PIB. O terceiro momento é em 2009 quando a agropecuária volta a ficar abaixo da indústria, que se fortalece desde 2007, como é possível verificar no gráfico 03.

Gráfico 03 – Composição percentual do PIB de Calçoene por setores entre 2000 e 2012.



Fonte: Instituto (2016)

A contribuição de Calçoene para o PIB estadual, desde 2001 a 2012, obteve menor índice em 2002 com 1,13% de participação e alcançou maior índice em 2012, com 1,63%. A partir da tabela 08, é possível perceber que Calçoene apresentou uma variação discreta no PIB estadual, ao longo de 12 anos.

Tabela 08 – Participação de Calçoene no PIB estadual (2001 – 2012)

ANO	PIB ESTADUAL	PIB CALÇOENE	% DO PIB ESTADUAL	RANKING ESTADUAL
2001	2.253.041	31.041	1,38	10º
2002	3.291.534	37.330	1,13	9º
2003	3.434.107	41.033	1,19	8º
2004	3.846.000	48.359	1,26	8º
2005	4.361.000	53.927	1,24	10º
2006	5.260.000	68.871	1,31	9º
2007	6.022.000	80.932	1,34	9º
2008	6.765.000	86.238	1,27	10º
2009	7.404.000	104.627	1,41	9º
2010	8.266.000	111.485	1,35	10º
2011	8.505.000	127.095	1,49	8º
2012	9.157.000	149.671	1,63	8º

Fonte: Instituto (2016)

A comparação do PIB de Calçoene com os outros municípios do Amapá, no universo de dezesseis municípios, Calçoene variou sua posição no ranking de décimo a oitavo lugar. O município atingiu sua melhor marca no ano de 2003, 2004, 2011 e 2012, ocupando o 8º lugar. Já a sua pior colocação foi no ano de 2001, 2005, 2008 e 2010. Ficou em nona posição no ano de 2002, 2006, 2007 e 2009.

2 PLANEJAMENTO URBANO E SEU ALCANCE PARA CALÇOENE

2.1 PLANEJAMENTO URBANO NO AMBITO INTERNACIONAL

De acordo com Kohlsdorf (1985), a expressão “Planejamento urbano” vem da Inglaterra e Estados Unidos, traduzindo certos princípios, que, além de criticarem o urbanismo influenciado pelas ideias progressistas e culturalistas, retomaram a visão global do fenômeno urbano. Neste contexto, para a autora,

A área de conhecimento da cidade passou a identificar-se pelo *planning*, ou seja, a constituir-se de procedimentos racionais que tem como finalidade a preparação de tomada de decisões, estas no sentido de conduzir os processos urbanos para metas e objetivos previamente estabelecidos. (KOHLSDORF, 1985, p.1).

Embora o termo seja do início do século XX, é possível verificar que a preocupação com as cidades é bem mais antiga, cujo expoente máximo remonta às cidades gregas e a Roma (BENEVOLO, 2012). As cidades gregas, segundo o autor, destacaram-se por sua organização e se tornaram como um modelo universal, pois dão a ideia da convivência humana, uma fisionomia precisa e duradoura no tempo, por apresentar quatro caracteres – a unidade²⁵, a articulação²⁶, o equilíbrio com a natureza²⁷, e, o limite de crescimento²⁸.

Roma, diferentemente, até o século II d. C., é uma “cidade aberta” que cresce e ocupa uma superfície cada vez maior, destacando-se por ser a primeira cidade mundial do ocidente e, até o século III d.C., apresentava 700 mil a 1 milhão de hab. maior concentração humana até aquele momento realizada no mundo ocidental. As ações do estado romano destacaram-se na infraestrutura: estradas, pontes,

²⁵ A cidade era vista como um todo único, onde não existiam zonas fechadas e independentes, não era subdividida em recintos secundários, distribuição livre das casas na cidade, e não formavam bairros reservados a classes ou a estirpes (BENEVOLO, 2012).

²⁶ A divisão das cidades era em 3 zonas: áreas privadas (destinada a moradias), áreas sagradas (recinto com templos dos deuses) e áreas públicas (destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos etc.) (BENEVOLO, 2012).

²⁷ A cidade é ligada ao ambiente natural por uma relação delicada; respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos (BENEVOLO, 2012).

²⁸ O organismo da cidade quando alcança uma disposição estável, não é realizada uma ampliação gradativa, mas a adição de um outro organismo equivalente, ou maior, ou então a partida de uma colônia para uma região longínqua (BENEVOLO, 2012).

aquedutos e linhas fortificadas. A cidade apresentava o traçado urbano ortogonal. O estado intervém, mais decididamente, com autoridade e com meios adequados, para construir e manter eficientes os serviços públicos, fornecendo, em ampla medida, viveres e distrações, que, deste modo, se tornam outros serviços públicos para os cidadãos romanos (BENEVOLO, 2012).

Com o advento da revolução industrial e conseqüente crescimento acelerado das cidades (revolução urbana), a preocupação com as mesmas, sobretudo nos principais núcleos europeus, no século XIX, assumiu particular relevância, em decorrência dos muitos problemas, congestionamentos, insuficiência de infraestrutura básica e de saneamento, proliferação de moradias em precário estado de segurança e higiene, segregação espacial, econômica e social (CASTRO; NASCIMENTO JÚNIOR, 2003). Segundo estes autores, a cidade daquele século se caracterizou num objeto de observação, reflexão e estudos, que foram fundamentais na adoção de iniciativas cujo objetivo era a melhoria da qualidade de vida.

Segundo Amado (2002), é depois da I Guerra Mundial (1914-1918) que se dá origem à criação de um conjunto de bases com vista a um desenvolvimento organizado das cidades, a par dos problemas da industrialização e da necessidade de assegurar condições de salubridade nos centros urbanos.

Lamas (1992) ressalta a grande complexidade estrutural e morfológica que as cidades adquiriram, e que não houve visão integrada e pluridisciplinar no urbanismo difundido no século XIX, no sentido de dar resposta aos problemas vivenciados, pois este estava mais ligado ao desenho urbano como atividade empírica ou arte urbana. É nesse momento que projetos de renovação urbana, caracterizados pela remoção do proletariado das áreas centrais da cidade e pela prática de programas saneadores, se destacam e são postos em prática (MARQUES, 1994).

A reforma urbana de Paris²⁹, em meados do século XIX, é o principal exemplo dessa prática e passou a influenciar outros projetos, bem como o movimento *City Beautiful*, se tornando um modelo de Urbanismo amplamente difundido no processo

²⁹ Realizada por Haussman (1809-1891), teve como preceitos básicos a abertura de largas avenidas, demolição das precárias habitações do proletariado, construção de novos bairros suburbanos, especialização de setores urbanos, criação de grandes lojas, hotéis cafés, implantação de redes de água e esgoto, criação de parques e instituição de rígidas normas construtivas (CASTRO; NASCIMENTO JUNIOR, 2003).

de planejamento (CASTRO; NASCIMENTO JÚNIOR, 2003). Paralelamente a essas medidas, segundo estes autores, surgiram teorias e modelos utópicos de comunidades urbanas alternativas, que, em sua grande maioria, caracterizavam uma amostra de indignação contra as condições em que o proletariado se encontrava.

Entretanto, os pré-urbanistas, utópicos, assim considerados por Choay (1992), tinham uma visão reduzida da realidade, pois desconsideravam aspectos relevantes do contexto social, político e econômico, e entravam em choque ora com as condições econômicas desfavoráveis, ora com o poder de estruturas econômicas e administrativas herdadas do século XIX.

Em simultâneo com os denominados “pré-urbanistas”, no final do século XIX, surgem as quatro correntes do urbanismo moderno: Modelo Progressista, Culturalista, Naturalista e Antrópolis (planejamento Humanista)³⁰. Dentre os modelos propostos, o progressista teve suas ideias amplamente difundidas em decorrência do impacto gerado por seus princípios, e também pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), o qual impulsionou a aceitação maciça dos conceitos por Le Corbusier³¹ sobre o urbanismo (CASTRO; NASCIMENTO JÚNIOR, 2003).

Segundo Castro e Nascimento Júnior (2003), o CIAM lançou, em 1933, o catecismo do urbanismo progressista, a Carta de Atenas³², a qual gerou influências sem precedentes nas decisões dos urbanistas, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o conjunto de ideias do modelo progressista se tornou hegemônico entre os arquitetos racionalistas.

É a partir da II GGM que o planejamento toma forma com a criação de legislação eficaz para tornar possível a concretização de planos oficiais. Desde 1910 até 1945, foram concebidas medidas que tornaram parte dos padrões de repertório

³⁰ As correntes são antagônicas entre si. A racionalidade da ciência e da técnica era o princípio do Modelo Progressista, já o modelo Culturalista tinha como princípio que a totalidade da cidade (aglomeração urbana) deve prevalecer sobre as partes (indivíduos), o modelo Naturalista busca subordinar a arquitetura à natureza, e no modelo Antrópolis, o planejamento humanista apoia-se na crítica ao movimento progressista através da antropologia, sociologia, psicologia e história.

³¹ Charles Edouard Jeanneret-Gris (1887-1965), arquiteto francês, mais conhecido como Le Corbusier, representante do modelo progressista.

³² A carta de Atenas foi o documento que norteou os princípios do Urbanismo, chegando a conclusão que o dever do urbanismo é pôr-se de acordo com as necessidades fundamentais do homem e que o sol, a vegetação e o espaço são suas três matérias primas, e as funções-chave – trabalhar, habitar, circular e recrear, que seriam autônomas entre si –, com isso dar-se-ia a organização da sociedade na cidade contemporânea (CONGRESSO, 1933).

do planejamento do pós-guerra, como a produção de planos, projetos, políticas e programas, e pela hegemonia das ideias de Le Corbusier e dos arquitetos racionalistas do CIAM, na forma de preceitos e paradigmas da Carta de Atenas, que resultou em efeito relevante para a aparência das cidades (RELPH, 1990; CASTRO; NASCIMENTO JÚNIOR, 2003).

Outro marco da eclosão do Planejamento foi o plano da cidade de *Radburn* (1928 -1929), Nova Jersey, o qual seguia a tradição da Cidade-Jardim (exemplo do modelo Culturalista) incorporando os conceitos da Unidade de Vizinhança³³ (CASTRO; NASCIMENTO JÚNIOR, 2003). Os preceitos básicos advindos, desde então, segundo estes autores, foram exaustivamente adotados no planejamento do pós-guerra³⁴, e para HALL (2002) foram as mais importantes contribuições norte-americanas para as cidades-jardim.

A partir da década de 60, o planejamento implementado, bem como a intervenção no urbano foi alvo de severas críticas, devido ao distanciamento dos processos sociais, desapego pelas características físicas e históricas do conjunto pré-existente não as preservando ou reproduzindo-as (CASTRO; NASCIMENTO JÚNIOR, 2003; DEL RIO, 1997; RELPH, 1990; LACAZE, 1993).

Associado ao pensamento crítico da época está o surgimento do desenho urbano como campo disciplinar do processo de planejamento, que, segundo Castro e Nascimento Júnior (2003), utiliza como categorias de análise, entre outras disciplinas, a psicologia, a história, a antropologia, a sociologia e a geografia, definindo suas bases conceituais, segundo os princípios do modelo de planejamento humanista ou orgânico.

Ainda nesta década, a questão ambiental começa a ter maior destaque nas discussões internacionais, pois, nesse momento, eclode a preocupação com a perda

³³ Idealizada entre 1923 e 1929, pelo americano Clarence Artur Perry (1872-1944), consistia em parâmetros como: 1 escola para cada 5.000 hab.; vias arteriais que contornavam a vizinhança; 10% de espaços livres; escola e outras instituições deveriam estar no centro; a localização do comércio na periferia da unidade, nos cruzamentos das arteriais e traçado variado e largura suficiente das ruas internas para o tráfego local.

³⁴ Utilização de blocos habitacionais não cortados por vias ao invés de quarteirões; hierarquização de ruas; circulação de pedestre separada da circulação de automóveis por meio de desníveis; espaços principais das residências para jardim; e; criação de parque ramificado a toda cidade com áreas livres para uso público (LAMAS, 1992).

da qualidade de vida (denunciada pela obra *Primavera Silenciosa*³⁵), o perigo do modelo econômico obsessivo pelo crescimento acelerado e lucro rápido (denunciado pela obra *Antes que a natureza morra*³⁶), introdução da educação ambiental no currículo escolar em países europeus e a fundação do Clube de Roma em 1968 (POSSAS; GEMAQUE, 2002).

Dentre os vários relatórios de enorme impacto produzidos pelo Clube de Roma está *Os Limites do Crescimento*³⁷, publicado em 1972, que influenciou, sobremaneira, a realização da I Conferência Global voltada para o meio ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, que foi um marco histórico político internacional, de caráter decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental³⁸ (PASSOS, 2009).

Amado (2002) destaca outro aspecto preponderante para a integração do componente ambiental no processo de planejamento urbano, a aplicação do método de zoneamento para qualificação das diferentes categorias de uso de solo e na sua separação em zonas urbanas e zonas ambientalmente sensíveis, o que tornou possível a realização de estudos parciais, tendentes à caracterização dos solos e à definição das limitações a fixar ao uso dos mesmos.

Por outro lado, Castro e Nascimento Júnior (2003), além de destacarem o zoneamento, dentre as medidas urbanísticas desenvolvidas no princípio do século XX, como a única que se consolidou como um dos instrumentos básicos de planejamento,

³⁵ Considerada como estopim para a grande mudança das questões ambientais, foi escrita pela Jornalista norte-americana Rachel Carson e descreve a forma predatória da atuação dos setores produtivos e as tragédias que já estavam acontecendo (POSSAS; GEMAQUE, 2002).

³⁶ Publicada pelo Frances Dorst, em 1965, teve maior repercussão, em 1957, com o naufrágio do petroleiro Torrey Canion, que contaminou grande área marinha (POSSAS; GEMAQUE, 2002).

³⁷ O documento foi elaborado tendo em conta as implicações para o futuro do ecossistema mundial de cinco tendências fundamentais de interesse universal: (1) a industrialização acelerada; (2) o rápido crescimento da população; (3) a grande amplitude da subnutrição; (4) o esgotamento dos recursos naturais não renováveis; e (5) a degradação do meio-ambiente. Se as tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos 100 anos (NEDEL, 1996).

³⁸ Segundo Sachs (1993) o debate foi norteado por duas posições opostas: os que previam abundância e consideravam as preocupações com o meio ambiente descabidas, atrasando o desenvolvimento rumo à industrialização, e os catastrofistas e pessimistas, que anunciavam o apocalipse se os crescimentos demográfico e econômico não fossem imediatamente estagnados. Estas posições extremas foram descartadas por uma terceira alternativa, entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico.

ressaltam que passou a ser usado como um mecanismo de proteção dos interesses imobiliários.

Nos anos 1990, o advento da globalização é outro fator relevante dentro do planejamento urbano, pois, segundo Monte-Mór (2006), inicia grandes tendências no contexto mundial, dentre as quais se destacam: o sistema cidades mundiais e globais, a economia globalizada (caráter muito mais cooperativo do que competitivo), a reestruturação da metrópole industrial pós-fordista como metrópole flexível (múltiplas interdependências locais, imóveis articuladas a forças reestruturadoras locais e distantes) e a *exopolis* (reestruturação da urbanização, do espaço econômico e social com múltiplas articulações e áreas de interação imediata, próxima ou remota).

A forma de pensar a cidade diferencia-se, ao longo do tempo, e, de forma geral, apresentam-se fases distintas de evolução do planejamento. No âmbito europeu, por exemplo, Amado (2002) apresenta oito fases, sendo que a oitava se encontra num estágio embrionário e decorrente da necessidade de controle da expansão das atuais áreas urbanas e dos problemas sociais, tais como a exclusão e insegurança que se registram com um aumento exponencial.

A primeira fase, segundo o supracitado autor, configura-se com o controle do desenho urbano e dos fatores de salubridade no século XIX. A segunda, que se estende até o final do século XIX, é marcada pelo desenho da nova cidade com ligação cidade/campo. A terceira, no início do século XX, com o desenho das cidades ideais. A quarta, nos anos 1970, é caracterizada pela contenção da expansão urbana sobre o solo agrícola, florestal e paisagens. A quinta, nos anos de 1980, passou à Integração de medidas de política ambiental. A partir dos anos de 1990, a sexta fase, é marcada pela recuperação ambiental das zonas degradadas. A sétima fase, no final da década de 1990, com a inclusão da componente ambiental nos planos. Já a última, que tem início no século XXI, inclui as preocupações ambientais, sociais e econômicas nos planos.

Para Amado (2002) o planejamento urbano deve dar resposta às preocupações já conhecidas, possibilitando a vivência com melhor qualidade de vida nas cidades de hoje, garantindo o seu enquadramento num quadro de sustentabilidade e responsabilidade intergeracional.

A aplicação do conceito de planejamento ao espaço urbano se torna necessária para o entendimento do que vem a ser o planejamento urbano, sendo este influenciado diretamente por componentes que se tornaram relevantes para a discussão do tema, ao longo dos anos. Nesse sentido,

Planejamento é o processo de preparar um conjunto de decisões para ação futura, dirigida à consecução de objetivos através dos meios preferidos. (DROR, 1973, p. 323).

Corroborando com as ideias de Dror (1973), Ferrari Júnior (2004) afirma que o planejamento pode ser entendido como um processo de trabalho permanente, cujo objetivo final é a organização sistemática de meios a ser utilizados para atingir uma determinada meta, que contribuirá para a melhoria de uma determinada situação.

Para Duarte (2007) o planejamento, de forma geral, deve responder a uma pergunta básica: Para quê? É compreendido como o conjunto de medidas tomadas para alcançar os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem implicar no processo. O resultado, sempre parcial, é o plano.

Os objetivos, segundo Kaiser, Godschalk e Chapin (1995), podem ser classificados em cinco tipos no planejamento, que devem ser sintetizados em um único conjunto de objetivos de forma consensuada com a população. São eles: objetivos herdados³⁹, objetivos impostos⁴⁰, objetivos genéricos do planejamento⁴¹, necessidades técnicas⁴² e desejos da comunidade⁴³.

A abordagem do planejamento, no âmbito urbano, amplia, significativamente, a dificuldade na elaboração do conjunto de medidas que devem ser tomadas, pois a cidade é o palco dos conflitos dos interesses de diversos segmentos, e corresponder aos anseios e expectativas criadas se torna uma tarefa árdua, constituindo um grande desafio para o planejamento urbano.

³⁹ São os objetivos oriundos de outros planos do mesmo nível do que está sendo proposto.

⁴⁰ Devem ser observados, estão nesse âmbito a legislação estadual ou nacional.

⁴¹ São os que proveem das teorias e estudos urbanos, e sobre as consequências das intervenções já realizadas, portanto conhecidas.

⁴² Dizem respeito a observação de acomodação de demandas (infraestrutura, moradia etc.)

⁴³ Correspondem aos anseios da comunidade local para o desenvolvimento de seu bairro e sua cidade em geral.

Associado a isso, estão as componentes econômica, ambiental, política e social, institucional, cultural, territorial que se modificam, ao longo do tempo, e influenciam diretamente os rumos que o planejamento deve seguir, bem como a perspectiva de abordagem que amplia relevantemente sua complexidade.

Na perspectiva do planejamento urbano sustentável, por exemplo, Amado (2002) ressalta que constitui um novo processo de planejamento urbano que se articula como meio de garantir o desenvolvimento equitativo face aos objetivos de proteção ambiental, benefícios econômicos e qualificação social. Isso se deve à necessidade social da inserção do componente ambiental no planejamento, que até pouco tempo, privilegiava o componente econômico e o considerava decisivo nas ações de planejamento.

Já numa perspectiva sistêmica, Barcellos e Barcellos (2004) ressaltam que o planejamento urbano, que tem sob sua essência a tentativa de entender as inter-relações das diversas variáveis integrantes do sistema em análise, planejando o futuro desejado, por meio de construção compartilhada (perspectiva coletiva das organizações públicas e privadas, dos técnicos e especialistas da área), é maior e melhor que a soma das visões individuais de cada um. Segundo os autores, isso implica em novas formas de pensar e agir, pois o aprendizado coletivo e o envolvimento em processo realizado por grupos heterogêneos, trabalhando de forma compartilhada, é um exponencial desafio, no contexto da globalização que deixa o mundo em constante modificação.

Na perspectiva sistêmica existe uma ruptura de pensamento, na forma de planejar o urbano, com a perspectiva do planejamento físico territorial (*blueprint*), pois a partir da pesquisa – análise – plano, o processo passa a ter caráter contínuo de controle sobre o desenvolvimento da área, auxiliado por mecanismos que procurem modelar ou simular o processo de desenvolvimento, de forma que esse controle seja possível de se realizar (HALL, 2002).

Relacionando-se com o planejamento sistêmico, o planejamento urbano estratégico⁴⁴, considera que a cidade está submetida às mesmas condições e

⁴⁴ Difundido no final da década de 1980 e início de 1990, foi o modelo posto em prática, em Barcelona, para receber as olimpíadas de 1992.

desafios que a empresa, o que conduz a aplicação da forma de planejamento empresarial para o planejamento urbano, com o objetivo de tornar as cidades mais competitivas na atração de investimentos como é mostrado por Vainer (1999). Segundo este autor, além de problemáticas da questão urbana, já conhecidas, como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, racionalização do uso do solo, movimentos sociais urbanos, dentre outros, surge como nexos principais a competitividade urbana.

Na perspectiva do *Advocacy planning*, Davydoff (2004) ressalta a importância da participação ativa da sociedade na sugestão de propostas, tendo um comportamento ativo, diferente de apenas aceitar o que é planejado. Destaca, igualmente o papel do planejador que deve ter caráter de advogado, defendendo suas ideias numa atitude de esclarecer suas propostas para o público alvo, principalmente a razão que o levou para tal. Para o autor, as alternativas para o planejamento urbano devem ser frutos de um debate sério, entre os planejadores com a comunidade local, não impondo, mas discutindo alternativas. Tal perspectiva corrobora com a ideia do planejamento participativo.

De forma geral, percebe-se que o planejamento urbano tem assumido diferentes focos, ao longo do tempo, muitas vezes se opondo a forma antecessora e/ou agregando fatores novos que deixaram de ser insignificantes para a cidade, não estando inertes a fatores externos que impactam o modo de vida ou de produção. A complexidade das cidades se reflete na complexidade do seu planejamento, visto que, este último, é um instrumento essencial para nortear o seu futuro, e deve ser correspondente para cada realidade diversa e peculiar, dando resposta à altura que cada cidade precisa.

A compreensão da cidade não pode mais ser como um espaço monolítico, com necessidades bem identificadas e competências condizentes, que produz e vende de acordo com regras estáveis e bem conhecidas. Antes, um espaço multidimensional de elevada intensidade, tanto da oferta como da procura, que cria problemas, mas também as soluções, respondendo aos muitos desafios decorrentes de megatendências globais (MENDES, 2014)⁴⁵.

⁴⁵ O autor aponta 07 megatendências globais: globalização e glocalização sem recuo; urbanização e migração como regra; economia da inovação sem alternativa; demografia e força de trabalho em

2.2 CONCEPÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

A compreensão do planejamento urbano no Brasil perpassa pela compreensão de seu espaço urbano. Neste contexto, destacam-se a concepção de Corrêa (1989), no que tange ao contexto de uma cidade capitalista, e a de Maricato (2000), na comparação e clara diferenciação entre o capitalismo difundido entre os países.

Corrêa (1989) define o espaço urbano como fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, sendo um produto social, resultado de ações acumuladas, através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Maricato (2008), por sua vez, chama à atenção para a diferença entre o capitalismo desenvolvido nos países capitalistas centrais (PCC) e o dos países periféricos do mundo capitalista (PPC). No primeiro, a adequação do processo de acumulação capitalista ao avanço da luta dos trabalhadores resultou no controle legal do Estado sobre o trabalho, com políticas que asseguraram elevação do padrão de vida no PCC. No segundo, a sociedade, como um todo, não foi incluída, resultando no padrão de urbanismo modernista, que formou ilhas de primeiro mundo cercadas de ocupação ilegal, como favelas, cortiços e loteamentos clandestinos.

No caso do Brasil, ele se enquadra no grupo de países periféricos do mundo capitalista e seu planejamento urbano e regional, segundo Monte-Mór (2006), foi forjado na relação dialética entre as teorias advindas do capitalismo avançado e sua releitura. O autor destaca a influência dessas teorias sobre os países da periferia capitalista, sobretudo na tentativa de explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade para informar seus melhoramentos e/ou planejamento. É o que Maricato (2000) define como *ideias fora de lugar*, que, muitas vezes, foram aplicadas em áreas seletivas e deixaram grande parte das cidades como lugares fora das ideias.

A forma de se planejar o espaço urbano não é indiferente aos acontecimentos ocorridos ao longo do tempo, daí a necessidade de se entender a sua trajetória dentro

mudança; futuro da energia e energia do futuro; clima e ambiente em risco; e, individualismo versus redes sociais (MENDES, 2014).

do contexto ao qual está inserido. Neste sentido, Leme (1999) destaca a relação do planejamento urbano com o urbanismo difundido, que, devido ao eixo temático central dos planos e intervenções urbanas e aos urbanistas que atuaram em suas respectivas épocas, pode ser dividido em três períodos históricos, até à atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU⁴⁶): o primeiro de 1895 a 1930, o segundo de 1930 a 1950 e o último de 1950 a 1965.

Villaça (1999), por sua vez, aborda o planejamento urbano brasileiro numa trajetória de cronologia inversa, partindo da realidade atual para entender o que foi difundido no Brasil. O autor afirma que a história do planejamento urbano pode ser enquadrada em três grandes períodos: de 1875 a 1930, de 1930 a 1990, e a partir de 1990.

Comparando as ideias de Villaça (1999) e Leme (1999), ambos concluem que o primeiro período foi marcado por planos cujo objetivo mais evidente era o embelezamento do lugar, sob a influência europeia, principalmente no que diz respeito ao alargamento de vias, erradicação de ocupação de baixa renda nas áreas mais centrais, implementação de infraestrutura (em especial saneamento) e ajardinamento de parques e praças.

Para Villaça (1999), o planejamento urbano (*latu sensu*⁴⁷) brasileiro nasceu sob a égide dos planos de embelezamento e tem como marco inicial o relatório apresentado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro no qual são utilizados dois conceitos-chave (plano ou conjunto e geral ou global) associados ao espaço urbano.

O primeiro período representou uma época na qual a classe dominante brasileira tinha uma proposta urbana, que era apresentada com antecedência e

⁴⁶ Criado em 1964, junto com o Banco Nacional de Habitação (BNH), foi o primeiro órgão federal voltado ao planejamento urbano, através da Lei 4380. A sua criação faz parte do processo de institucionalização do planejamento e, especificamente, do planejamento urbano no Brasil, iniciado nos anos 1930, mas também foi determinada pelo contexto do Golpe e do Governo Militar.

⁴⁷ O planejamento Urbano *strictu sensu*, objeto de estudo de Villaça (1999), juntamente com o zoneamento, planejamento das cidades novas e o chamado urbanismo sanitarista são as correntes que estão dentro do que o autor chama de Planejamento urbano *Latu sensu*.

debatida abertamente. O ápice desse período é o Plano Pereira Passos⁴⁸ (VILLAÇA, 1999).

A influência da escola francesa no Brasil, bem como a imitação dos procedimentos de modernização realizados por Haussman em Paris, ecoaram na intervenção das cidades brasileiras na primeira metade do século XX, não somente no Rio, com o plano Pereira Passos, mas também em São Paulo, em 1940, com a reforma urbana que acabou com a circulação dos bondes e trens interurbanos para abrir largas avenidas, túneis subterrâneos e elevados para atender o trânsito motorizado, e em Santos na construção do porto (FREITAG, 2012).

Monte-Mór (2006) destaca o plano de Aarão Reis para a Capital de Minas Gerais (Belo Horizonte), na última década do século XIX, como um expoente da aplicação dos princípios hausmannianos, acrescidos de elementos barrocos. Em outras capitais estaduais, como Manaus e Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Santos, o autor destaca que os engenheiros, engajados nos melhoramentos e reformas urbanas, na época, incorporaram e empregaram seus ensinamentos em diversas intervenções nas cidades brasileiras.

Referindo-se à influência das ideias de urbanistas franceses no Brasil, Leme (1999), destaca três períodos: no início do século, quando o modelo de cidade difundida é Paris; nos anos 20 e 30, através dos planos dos arquitetos ligados à Société Française d' Urbanisme; e, após a Segunda Guerra Mundial, a formação de uma nova geração de arquitetos, sociólogos e geógrafos, que vão atuar no campo profissional do planejamento urbano e regional, com grande influência da doutrina do Movimento Economia e Humanismo⁴⁹.

Leme (1999) destaca a formação dos profissionais (atrelada ao curso de engenharia no Brasil ou de formação no exterior) e sua influência sobre o ensino nas escolas politécnicas de engenharia, até 1930. Ressalta, ainda, que devido às epidemias, o saneamento passou a ser questão central, daí houve projetos para a

⁴⁸ Posto em prática no Rio de Janeiro, no governo de Rodrigues Alves (1905-1910), derrubou boa parte da herança colonial do centro, podendo assim abrir a avenida Central (FREITAG, 2012).

⁴⁹ Foi trazido pelo arquiteto e urbanista francês Gaston Bardet e pelo padre dominicano Joseph Lebre, na década de 40.

implantação de redes de água e de esgoto, destacando o trabalho dos engenheiros Saturnino de Brito⁵⁰, Theodoro Sampaio⁵¹ e Lourenço Baeta⁵², no final do século XIX.

Tanto Villaça (1999) quanto Leme (1999) encerram o primeiro período na década de 1930. Marcam esse período a crescente organização e consciência das classes populares urbanas e a fragilidade das classes dominantes, que sai de uma elite aristocrata rural para a elite burguesa urbano-industrial (VILLAÇA, 1999). Segundo Leme (1999), a partir da década de 30, observa-se uma nova fase de afirmação do urbanismo no âmbito da universidade e a expansão da atuação para a maioria das cidades brasileiras, o que se consolida como área de conhecimento e prática profissional.

Freitag (2012) ressalta a influência de Le Corbusier na geração de urbanistas e arquitetos que estavam se formando na década de 1930, pois, um ano antes, proferiu várias palestras e conferências, bem como realizou vários trabalhos, embora não executados, para o Rio de Janeiro. A autora destaca o prédio do MEC, que, apesar de ter sido elaborado pelo escritório de Lúcio Costa, foi influenciado por Le Corbusier, e se tornou um modelo de edifícios que, posteriormente, compuseram as superquadras do plano piloto de Brasília.

A vertente progressista, capitaneada entre nós por Le Corbusier, predominou tanto na arquitetura moderna brasileira, quanto no urbanismo progressista. Vale referenciar a construção de Brasília (final década de 50), capital federal, que marcou no país o sentido de modernidade, no processo inicial de urbanização sob a égide da industrialização substitutiva de importações (MONTE-MÓR, 2006)

Villaça (1999) destaca a influência internacional sobre o planejamento urbano brasileiro, no que ele denomina de transição da *cidade bela* para a *cidade eficiente*, especificamente a experiência de New York, que sentiu a necessidade pioneira de contratação de um economista para estudar a cidade e seus problemas.

A relação entre os estudos econômicos com o uso do solo começou a fazer parte do planejamento urbano através de Robert Murray Haig (Villaça, 1999). Segundo

⁵⁰ Projetou sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água para mais de 20 cidades brasileiras.

⁵¹ Atuou em São Paulo e Bahia.

⁵² Atuação localizada em Minas.

Haig (1927), a forma de encarar os planos, anteriormente, focava o aspecto nobre do projeto (embelezamento da cidade), já o plano moderno aspira a qualificação como uma peça dentro da engrenagem econômica, ressaltando a necessidade de mudança do caráter econômico de consumo para a produção de bens.

De acordo com Villaça (1999), o relatório do prefeito paulistano Raymundo Duprat, em 1912-1913, mostra o declínio dos planos de melhoramentos e embelezamentos no Brasil, quando relata a impossibilidade de efetivação do plano Bouvard em sua totalidade naquele momento, e ressalta que, mais importante que a existência de monumentos e praças, deve-se dar à cidade uma disposição harmônica.

O segundo período, proposto por Villaça (1999), engloba o segundo (1930 – 1950) e o terceiro (1950 – 1965) propostos por Leme (1999), e avança até à década de 1990. No caso de Leme (1999), a autora considera o Golpe e a Ditadura Militar de 1964 como o marco da modificação radical da prática do Planejamento Urbano do Brasil.

Leme (1999) destaca como característica principal, no período de 1930 a 1950, a expansão da visão integrada, inerente aos projetos de infraestrutura, para o sistema viário e de transporte, na maioria das cidades brasileiras com a elaboração de planos que têm por objeto o conjunto da área urbana, com articulação entre bairros, o centro e a extensão da cidade. Houve propostas de zoneamento e um novo conceito de substituição da palavra melhoramentos, pois, nesse momento, tratava-se de melhorar as edificações, arruamentos, circulação, descongestionamento das artérias públicas, com o foco na geografia humana, topografia urbana, sem descurar as soluções financeiras, relacionando às funções do corpo humano de respirar, circular e digerir (LEME, 1999).

Já no período de 1950 a 1965, Leme (1999) destaca que o objeto deixa de ser a área urbana e amplia-se para o âmbito regional, devido a fatores significativos como a migração campo-cidade, o processo crescente de urbanização e o aumento da área urbana e conseqüente conurbação. Isso, segundo a autora, trouxe importantes transformações no campo dos estudos urbanos, voltando-se para a emergência de novos temas, introdução de novos métodos e a participação de profissionais de outras disciplinas, que, até àquele momento, não haviam se ocupado da questão urbana.

A abordagem de Villaça (1999) trata o período de 1930 a 1965 como um único subperíodo, o do *Urbanismo e do Plano Diretor*, que juntamente com os subperíodos *Superplanos* (1965 a 1971) e o do *Plano sem Mapa* (1972 a 1992) integram o segundo período do planejamento urbano do Brasil proposto pelo autor.

O urbanismo, que outrora foi fortemente atrelado à arte urbana, arquitetura das cidades e ao embelezamento urbano, no primeiro período, assume abordagens diferentes, entre 1930 a 1940, pois os debates acerca do urbanismo tratavam dos problemas urbanos e do planejamento urbano integrado, entretanto sem esse título (VILLAÇA, 1999).

A partir da segunda metade do século XX, o planejamento desenvolvido no Brasil, segundo Ferrari Júnior (2004) foi alvo de severas críticas e de mudanças na sua interpretação e nas ações governamentais realizadas no espaço. Segundo o autor, é um equívoco pensar que o espaço é resultado, exclusivamente, de um plano onde há o controle racional e centralizado dos destinos das políticas urbanas, pois existe interesses altamente territorializados que se refletem no espaço, como um mosaico, através das obras arquitetônicas, infraestruturas concebidas e desenhos que se formam para estruturar a vida humana.

Villaça (1999) assinala que os planos para as duas maiores cidades do país (Rio de Janeiro e São Paulo) na década de 1930, marcaram a nova etapa do planejamento urbano no Brasil, e que, a partir daí, outras cidades seguiram o exemplo. Entretanto, nem todos foram devidamente concluídos ou executados. Todo o período de 1930 até 1965, segundo o autor, foi marcado pela passagem do planejamento que era executado para o planejamento discurso.

De 1965 a 1971, a tônica da manipulação ideológica era que os planos não podiam limitar-se a obras de remodelação urbana, antes ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, e somente assim seria possível a solução dos problemas urbanos, como assinala Villaça (1999). O autor ressalta que é nesse período que houve o apogeu tecnocrático com os superplanos e se manifestará por meio do distanciamento crescente entre os planos e suas propostas, bem como a possibilidade de suas implementações pela administração pública; conflito com a administração pública crescentemente setORIZADA e

especializada, dificultando assim a integração e coordenação, e a ideia de aprovação e execução, cujo resultado eram recomendações que não eram vinculados nem a obras específicas nem a leis.

Monte-Mór (2006) observa que no Brasil (país subdesenvolvido de industrialização fordista periférica e incompleta), em simultâneo com a industrialização substitutiva de importações, houve crescimento das periferias pobres parcialmente integradas à dinâmica urbana. O autor, destaca, ainda, que a expansão do modelo fordista, a partir dos anos 60, agravou as condições de exclusão urbana, contrário à expectativa de maior inclusão social.

A inserção de estudos econômicos nos planos urbanos integrados no planejamento urbano, abordado no Brasil na década de 60, difere totalmente dos motivos de Haig (1927); (VILLAÇA, 1999). Para Leme (1999), como referido no contexto internacional, é nesse período que outras disciplinas são atraídas para o urbanismo e planejamento urbano (ciências sociais, a geografia e economia).

Segundo Leme (1999), do final do século XIX aos anos 60, duas linhas de urbanismo se configuraram. A primeira inicia-se com os planos de melhoramentos, que se ampliam para o conjunto da área urbana, e aglomeração, que, na década de 70, recebem o nome de planos diretores de desenvolvimento integrado. A segunda é aquela que tem origem no movimento modernista e se difunde com os CIAM. As duas linhas são diferentes em seus princípios e objetivos, envolvem diferentes saberes, penetram de forma diferente nas instituições de ensino, nas instituições de classe e estão presentes em quase todas as escolas de arquitetura (LEME, 1999).

No que concerne ao período dos superplanos (1965 -1971), o plano *Doxiadis*, marco do início dessa fase, tem seu auge durante o período da atuação do SERFHAU, no regime militar (VILLAÇA, 1999). Monte-Mór (2006) destaca que, a partir do golpe militar de 1964, a institucionalização do planejamento urbano e regional no Brasil se deu com base em questões levantadas, ainda no contexto da problemática traçada nas cidades pelo urbanismo, centradas na questão habitacional. Entretanto, segundo o autor, os recursos foram, logo, direcionados para as áreas centrais das grandes cidades do país (particularmente o sudeste), devido a dois fatores: a falta de recursos da população pobre do país para arcar com novas habitações, ou mesmo com o

processo de urbanização e a divergência entre o planejamento urbano local montado da perspectiva das demandas municipais para com o montado no país.

Como resposta à ineficiência e ineficácia dos superplanos nas cidades, o período posterior (1972-1992) foi marcado, segundo Villaça (1999), pela simplicidade dos planos, que passaram, novamente, a ser feitos pela equipe de técnicos das prefeituras, e, basicamente, consistiam em um conjunto de generalidades que definiam diretrizes e objetivos. Villaça (1999) define tal período como “plano sem mapa” para designar o novo tipo de plano que a ideologia dominante inventou nas suas constantes tentativas de dar a impressão de que está cuidando do planejamento e “aperfeiçoando-o” continuamente, mas, de fato, isso não acontece. Para o autor, entre 1940 e 1990, o planejamento urbano brasileiro, encarnado na ideia de plano diretor não atingiu minimamente os objetivos a que se propôs.

O planejamento das cidades brasileiras priorizou a ordenação do território, sua configuração arquitetônica, seus equipamentos coletivos, acabando por valorizar a obra física pura. A desconsideração da construção da cidadania, associada a um sistema político totalmente autoritário, resultou na descrença do planejamento para resolver os problemas urbanos e sociais das cidades (FERRARI JÚNIOR 2004).

Na década de 1980, vale ressaltar a importância da questão ambiental para o planejamento. Neste contexto, a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Desta política de meio ambiente surgiram, entre outros, dois importantes instrumentos com influência direta no planejamento urbano: o zoneamento ambiental e a avaliação de impacto ambiental. Entretanto, segundo Silva e Werle (2007), apesar do rigor da legislação, esta teve pouca efetividade.

O último período, proposto por Villaça (1999), inicia-se em 1990, marcado pelo processo de politização do Planejamento Urbano Brasileiro, fruto do avanço da consciência e organização popular. Nesse momento, o plano diretor passa a abranger o aspecto político, além do técnico e científico.

No período da virada do século XX para o XXI, a influência das teorias e práticas urbanas americanas ganham força no Brasil, em detrimento da influência da

escola francesa. Tal fato se reflete na verticalização das construções, *shopping center*, introdução de elevados e túneis para o transporte urbano, sendo este voltado para o automóvel (FREITAG, 2012).

Corroborando com Villaça (1999), Ferrari Júnior. (2004) afirma que o planejamento urbano, pós 1988, deixou de ser o “planejamento tecnocrático-estadista”, característico da década de 70 e 80, e incorporou elementos nas propostas urbanas, no direcionamento da organização das cidades para responder tanto a setores da esquerda quanto da direita da sociedade.

O plano diretor é apresentado como plano estratégico e obrigatório para as cidades com mais de 20.000 hab, e, ao mesmo tempo, transferiu papéis, antes centralizados, flexibilizando as diretrizes políticas, econômicas, sociais e de planejamento, e convergiu para uma posição conservadora no que se refere à manutenção do regime jurídico da propriedade do solo e seu correlato, impedindo a reforma urbana, objeto de discussão em 1987 (VILLAÇA, 1999).

Villaça (1999) destaca a importância do governo municipal para que o poder político de influenciar outros níveis de governo não se torne nulo. Do mesmo modo, o plano diretor deve se restringir aos limites do poder municipal, limitando-se, basicamente, à natureza urbanística, tributária e jurídica, não cabendo tratá-lo como um compêndio de análise científica do urbano, da urbanização contemporânea ou do desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico local ou regional. O destino do Planejamento Urbano no Brasil atual, o perfil, a credibilidade, e o conteúdo dos planos diretores estão assim ligados aos avanços da consciência de classe e da organização do poder político das classes populares (VILLAÇA, 1999).

Sousa (2013, p. 200-213), ao analisar o planejamento e a gestão urbanos no Brasil, classifica em 9 os parâmetros observados na forma de planejamento que veio a ser difundida, sendo estes *Tipologia de planejamento, ideia-força central, filiação estética, escopo, grau de interdisciplinaridade, permeabilidade em face da realidade, grau de abertura para com a participação popular, atitude em face do mercado e referencial político filosófico* (Quadro 02).

Quadro 02 – Modalidades do Planejamento e Gestão Urbanos Brasileiro.

Tipologia de Planejamento	Idéia-força central	Filiação estética	Escopo	Grau de interdisciplinaridade	Permeabilidade em face da realidade	Grau de abertura para com a participação popular	Atitude em face do mercado	Referencial político-filosófico
"Planejamento físico-territorial" Clássico	Modernização da cidade	Modernismo	Exclusivo para a organização espacial	Muito pequeno no caso do urbanismo modernista e pequeno ou médio nas outras situações	Apriorística no caso do Urbanismo modernista e semi-priorística nas demais situações	Pseudoparticipação e no caso do urbanismo corbusiano manipulação	Criticismo moderado acoplado a uma aspiração de controle, disciplinamento e domesticação do mercado funcional ao capitalismo	Welfare state Keynesiano, ou geralmente Estado forte e intervencionista.
Planejamento Sistêmico	Modernização da cidade (no caso do enfoque "racional", a racionalidade)	Secundário ou irrelevante	Não estritamente o físico-territorial	Grande	Tendência ao reconstrutivismo e a superar o semi-apriorismo, embora por uma via positivista não dialética	Pequena (racionalidade exclusivamente instrumental e a abordagem tecnocrático-cientificista)	Criticismo moderado, bem ao estilo do planejamento regulatório em geral.	Identificação com o Estado forte e intervencionista.
Perspectivas "mercado-fílas"	Modernização da cidade (privégio aos setores empresariais e suas necessidades -cidade economicamente mais competitiva.	Secundário, embora haja tendência de predileção pelo pós-modernismo	Não estritamente o físico-territorial	Médio	Tende ao semi-apriorismo	Pequena (pseudoparticipação)	Acritismo	Neoliberalismo
New Urbanism	Compatibilização do Crescimento e da modernização da cidade com a preservação de valores comunitários e da escala humana.	Pós-modernismo	Físico-territorial	Pequeno	Semi-apriorística	Pequeno (pseudoparticipação)	Criticismo muito moderado	Liberalismo de esquerda.
Desenvolvimento Urbano Sustentável e Planejamento	Binômio Modernização com sustentabilidade	Desimportante	Não estritamente o físico-territorial	Grande	Variável (semi-apriorística para o científico)	Pseudoparticipação	Criticismo moderado	Liberalismo de esquerda ou social-democrata
Planejamento Comunicativo / Colaborativo	Consenso entre grupos sociais distintos	Desimportante	Não estritamente o físico-territorial	Grande	Grande	Teoricamente Grande, entretanto recai na pseudoparticipação	Moderadamente Crítica	Liberalismo de esquerda ou social-democrata
Planejamento Rawlsiano	Justiça social	Desimportante	Não estritamente o físico-territorial	grande	Potencialmente grande	Tende a pseudoparticipação	Criticismo Moderado	Variante do Social-democrata
Planejamento e gestão urbanos social-reformista	Justiça social	Desimportante	Não estritamente o físico-territorial	Grande	Potencialmente grande	Tolerante a pseudoparticipação	Oscilante entre bastante e moderadamente crítica	Compatível com o modelo social capitalista
Planejamento e Gestão urbanos autonomistas	Autonomia individual e coletiva	Variável devido à soluções preferenciais	Não estritamente o físico-territorial	Muito Grande	Radicalmente reconstrutivista	Legitimidade do planejamento e da gestão é atrelada à participação dos envolvidos	Fortemente crítica	Sociedade Autônoma

Fonte: Sousa (2013)

Vale ressaltar que, dentro das tipologias citadas pelo autor, apresentadas no quadro 02, é possível perceber grandes mudanças no enfoque dado nos parâmetros. A título de exemplo, a *ideia-força central* teve enfoques diferenciados, passando pela modernização da cidade, preservação de valores comunitários e da escala humana, sustentabilidade, justiça social e autonomia individual e coletiva. A *filiação estética* passou por padrões claramente definidos e atrelados a um movimento, como é o caso do modernismo e pós-modernismo, para variável de acordo com as soluções preferenciais e até mesmo sem importância. A *participação popular* passou de uma pseudoparticipação à legitimidade do planejamento e da gestão, atrelada à participação dos envolvidos. O *grau de interdisciplinaridade* no Planejamento físico-territorial clássico e *new urbanism* foi considerado muito pequeno e pequeno, respectivamente, e grande e muito grande noutras tipologias.

2.2.1 Legislação Brasileira e o Planejamento urbano.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, a política urbana é abordada no capítulo II, com os artigos 182 e 183. O primeiro deixou sob a responsabilidade do poder público municipal a política de desenvolvimento urbano, que tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Já o segundo aborda questões sobre o domínio de área urbana por ocupação (BRASIL, 1988). Para o cumprimento do artigo 182 foi estabelecido, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o *Plano Diretor*, obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes e que deve ser aprovado pela Câmara Municipal.

A forma que a política urbana assumiu na constituição, segundo Rolnik (1994), não corresponde aos anseios da reforma urbana e traz o controle do Estado sobre a produção do espaço, através do planejamento urbano, como o meio para que a cidade possa cumprir com sua função social. Isso resultou, segundo a autora, num enorme espaço e poder dado aos urbanistas⁵³, que, associado aos interesses econômicos,

⁵³ Apesar da autora evidenciar o enorme poder dado aos urbanistas, recorde-se que, segundo o inciso V do parágrafo único da resolução CAU/BR N° 21, de 5 de abril de 2012, o planejamento regional e

relegou a construção da cidade popular como um problema a ser sanado pelo regime urbanístico legal, o que, conseqüentemente, se torna um objeto de favores rentáveis em contabilidades eleitorais.

Em 2001, para regulamentar e dar outras providências para os artigos 182 e 183 da Constituição, foi criada a lei 10.257 de 10 de julho de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade, que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (artigo 1º, parágrafo único) (BRASIL, 2001).

Os instrumentos estabelecidos para o cumprimento do estatuto da cidade são: os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, o planejamento municipal, institutos tributários e financeiros, institutos políticos e jurídicos, e, por fim, o estudo prévio de impacto de vizinhança. Dentre esses instrumentos, aqueles que demandam dispêndio de recursos do município devem ser objeto de controle social, com a garantia da participação da comunidade, movimentos e entidades da sociedade civil.

Para o planejamento municipal, além do plano diretor, são elencados sete outros itens: a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, o zoneamento ambiental, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual, a gestão orçamentária participativa, os planos, programas e projetos setoriais e os planos de desenvolvimento econômico e social. Isto mostra que o plano diretor é apenas um dos instrumentos da legislação urbanística prevista.

Quanto à obrigatoriedade do Plano diretor, o Estatuto da Cidade vai além do art. 182, instituindo cinco critérios⁵⁴: mais de 20.000 habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

urbano é uma das competências do profissional arquiteto e urbanista. Inclusive, fica a cargo do profissional arquiteto e urbanista a responsabilidade da coordenação técnica das equipes multiprofissionais de elaboração dos planos diretores urbanos e regionais (ver SOUZA, 2013).

⁵⁴ Em 2012, foi acrescentado outro critério: áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos incluídas no cadastro nacional de Municípios.

integrantes de áreas de especial interesse turístico; e, por fim, inseridas na área de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Sobre esse tema, Câmara (2007) ressalta que os municípios que estão enquadrados nos incisos I e II (mais de 20.000 hab. e integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas) incorrem na aplicação da lei de improbidade administrativa, caso não tenham realizado seus respectivos planos diretores, ou que não tiverem feito a revisão no prazo 10 anos. Quanto aos municípios que se enquadram nos outros incisos (III a V), a falta do plano diretor trará como consequência a proibição de se implementar as respectivas práticas a ele condicionadas, ou seja, implementação de políticas urbanísticas previstas na Constituição, inserção em área de especial interesse turístico e autorização de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

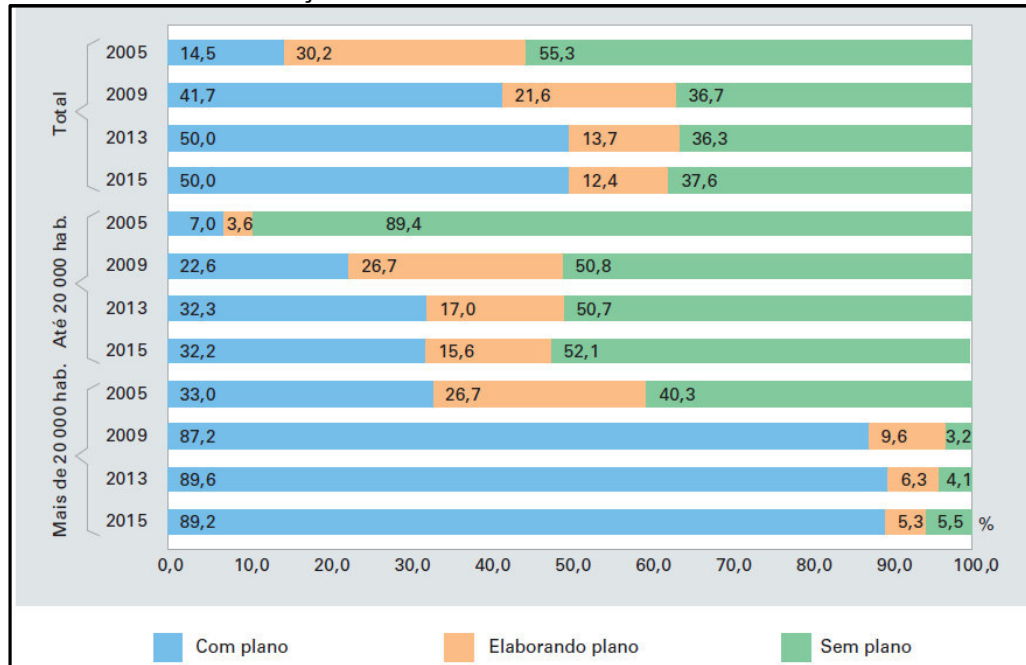
Ressalta-se a obrigatoriedade que as cidades têm de se enquadrar em pelo menos um dos itens supracitados e não apenas no primeiro, ou seja, no número de habitantes (mais de 20.000 hab.). Na verdade, entre 1988 a 2001, a única exigência era o quantitativo populacional, razão pela qual os pequenos municípios não elaboravam seus planos diretores. Com o Estatuto da Cidade este cenário mudou, uma vez que, como explicitamos, pelo menos 1 dos itens propostos pelo Estatuto tem a obrigatoriedade de ser implementado.

O mesmo Estatuto previa uma tolerância de 5 anos para o cumprimento da exigência do Plano Diretor. A obrigatoriedade deste acabou, assim, por ser uma exigência desde meados de 2006. Neste contexto, o que é possível perceber é que o Plano Diretor, além de sua obrigatoriedade recente para municípios com menos de 20.000 hab., é uma experiência nova que não tem sido cabalmente aproveitada por estes municípios.

De acordo com o Instituto (2016), na pesquisa de informações básicas municipais, que mostra o perfil dos municípios brasileiros, no ano de 2015, os municípios com população até 20.000 hab., 1.996 (52,1%) não possuíam o plano diretor. Já nos municípios com população superior a este quantitativo populacional, dos 1.742 que necessitavam elaborar o Plano diretor, conforme previsto no Estatuto

das Cidades, restaram 188 (10,8%) que ainda não o haviam feito, sendo que, destes, 92 (5%) afirmaram que o plano estava em elaboração (gráfico 04).

Gráfico 04 – Percentual de municípios, total, com até 20.000 e com mais de 20.000 habitantes, por situação do Plano Diretor – Brasil – 2005/2015



Fonte: Instituto (2016).

O gráfico 04 mostra, também, que, no intervalo de 11 anos (2005 – 2015), houve um aumento percentual significativo (25,2%) dos municípios com menos de 20.000 hab. que realizaram o Plano Diretor, embora mais da metade destes (52,1% - parte central do gráfico) não o tenha feito, assinalando uma discrepância na compreensão, por parte dos municípios, da obrigatoriedade instituída pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade.

Outro elemento que merece destaque pela sua relevância, previsto no Estatuto da Cidade, é a gestão democrática da cidade. A este propósito foi criado o Conselho das Cidades (CONCIDADES) (BRASIL, 2006), que representa a materialização de um importante instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), em processo de construção. Habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial são as áreas em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão tendo como intermediador o CONCIDADES que atua como uma instância de negociação para a tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades (MINISTÉRIO C., s/d).

É no contexto do CONCIDADES que são realizadas conferências nacionais, estaduais e municipais, eventos democráticos e participativos para a discussão da política urbana. Deste modo, desde 2003, foram realizadas, a nível nacional, 5 conferências. Entretanto, em 2015, pouco mais da metade dos municípios (50.26%) participaram nas ditas conferências (CONSELHO, 2016), o que revela, quanto a nós, uma displicência por parte dos municípios na prossecução dos instrumentos do Estatuto da Cidade no que tange à gestão democrática.

No seguimento da legislação com aplicabilidade no planeamento urbano, em janeiro de 2015, foi instituído o Estatuto da Metrópole, lei nº 13.089, o qual altera o estatuto da Cidade (lei nº 10.251) e

[...] estabelece diretrizes gerais para o planeamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano. (BRASIL, 2015, p.1)

O Estatuto da Metrópole tem como foco a região metropolitana, aglomeração urbana, bem como as microrregiões instituídas pelos Estados com fundamento em funções públicas de interesse comum com características predominantemente urbanas. Não exime o município do plano diretor, mas estabelece o dever de compatibilizá-lo com o plano de desenvolvimento urbano integrado, sendo este um dos 10 novos instrumentos previstos, que não trazem nenhum prejuízo aos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade⁵⁵.

Segundo Neto II (2015), o Estatuto da Metrópole inova em seu artigo 4º, com a possibilidade de instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas com municípios de estados diferentes. Entretanto, apenas mediante a aprovação de leis complementares pelas Assembleias Legislativas de seus respectivos estados. O autor ressalta, ainda, que este impasse de agrupamentos de municípios em Estados diferentes, porém limítrofes, era solucionado, através de Lei Complementar da União, pelo implemento das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's).

⁵⁵ Desde sua publicação, o Estatuto da Metrópole estabeleceu o prazo de 3 anos, ou seja, até 2017, para que as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões se adequem ao disposto da lei.

2.3 PLANEJAMENTO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA.

As pequenas cidades amazônicas estão intimamente ligadas ao processo de formação da rede urbana da Amazônia e suas mudanças estruturais ocorridas na região, especialmente, desde a segunda metade do século XX até à atualidade. Tais fatores não podem ser desassociados na compreensão do planejamento urbano, uma vez que este foi influenciado pelas estratégias nacionais para a Amazônia e consequente planejamento regional.

O processo de formação da rede urbana da Amazônia perpassa por vários momentos que datam desde o século XVII. Na tentativa de relacionar o período histórico com acontecimentos que influenciaram diretamente na estrutura urbana, Corrêa (1987), Kampel, Câmara e Monteiro (2001), Becker (2001; 2004) contribuíram com este intuito em suas abordagens sobre a periodização da Amazônia.

Na abordagem de Corrêa (1987) é proposta uma periodização da Amazônia em sete períodos distintos, resultado da combinação de diversos elementos desiguais da rede urbana.

No primeiro período, o autor destaca a estratégia de criação de um núcleo urbano que nasce destinado a desempenhar o papel de defesa, de ponto de penetração e conquista do território para a incorporação de novas áreas ao emergente sistema econômico capitalista.

Já no segundo período, a expansão territorial, ocupação e exploração extrativista, de forma simultânea, dão origem a muitas vilas, dentre elas, a de Manaus, que se constituíram no embrião da rede urbana comandada por Belém.

No terceiro, o autor aborda que a rede urbana amazônica, de caráter embrionário, passa por relativo desenvolvimento devido à expansão das atividades produtivas nas áreas, já incorporadas economicamente, e à forma política de Portugal que tinha nos pequenos núcleos preexistentes um dos meios para a realização de sua política colonial.

É nesse período que Corrêa (1987) destaca a inserção da economia amazônica, de forma mais intensa, no mercado mundial, afetando sua rede urbana.

Uma das principais mudanças que ocorreu neste período foi a transferência da Capital do Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém (1751). Foram doadas sesmarias para colonos e soldados para cultivo da terra, intensificação da pecuária nos campos do Rio Branco (Roraima), baixo Amazonas e na ilha de Marajó.

Em simultâneo, foram criados e reativados numerosos fortes visando a proteção da Amazônia contra interesses externos em Belém, Macapá, Gurupá, Santarém, Óbidos, Manaus, São Gabriel das Cachoeiras, São José das Marabitanas, Tabatinga, São Joaquim e elevação de 46 aldeias missionárias à categoria de vila (1755 -1760).

No quarto período, o autor destaca que a estagnação econômica regional e urbana ocorreu por dois motivos externos. O primeiro foi a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1778) e o segundo foi a desvalorização dos produtos tropicais no cenário mundial.

Após o período de estagnação, o quinto período é marcado pelo revigoramento da economia e da rede urbana, devido à forte e crescente demanda externa de borracha, que inseriu a Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho; à superação do sistema primitivo de transporte, com a introdução da navegação a vapor no rio Amazonas e em seus afluentes; ao aumento da mão de obra com a imigração nordestina, e por último, à oferta de capitais (nacionais e internacionais) disponíveis ao financiamento da produção.

Segundo Corrêa (1987), além do revigoramento, houve a criação de novos núcleos urbanos, sobretudo nos vales do Madeira, Purus e Juruá, na Amazônia Ocidental, ascensão de Manaus como o núcleo urbano mais importante da Amazônia ocidental rivalizando com Belém, bem como núcleos de povoamento no atual estado de Rondônia, este último tendo as ferrovias como meio indutor.

Devido à competitividade imposta pela China, quanto ao mercado da borracha, a Amazônia é marcada pela estagnação econômica, caracterizando, assim, o sexto período. Como consequência, a rede urbana é afetada com a decadência do extrativismo da borracha, refluxo populacional e a relativa autarcização dos seringais, que resultam na diminuição absoluta na população das pequenas cidades (CORRÊA, 1987).

Na década de 1940, Corrêa (1987) ressalta o desmembramento da periferia da Amazônia dos estados do Pará e Amazonas, como uma medida político-estratégico, que criou os territórios de Amapá, do Rio Branco (atual Roraima), e Guaporé (atual estado de Rondônia), implicando no crescimento significativo de Macapá, Boa Vista e Porto Velho, capitais dos respectivos territórios.

Diferentemente de outras regiões, a ocupação da Amazônia, a partir de 1943, segundo Martins (2009), era de iniciativa do governo federal, sendo uma forma característica de ocupação de novas terras. Para o autor, o grande impulso foi dado pela Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central, nos anos de 1940, pela construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos de 1950, e pela política de incentivos fiscais da ditadura militar, a partir dos anos 1960.

Tavares (2011) ressalta que a construção da rodovia Belém-Brasília iniciou uma maior mobilidade populacional em busca de terras devolutas na Amazônia, o que resultou no surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades, agravando a problemática da luta pela terra.

Na década de 60, segundo Corrêa (1987), se inicia o sétimo período proposto, marcado por transformações que afetaram a rede urbana e tiveram como resultado novas formas espaciais. O autor afirma que houve uma política de incorporação mais efetiva no Brasil à expansão capitalista, e a Amazônia passou a ser vista como a fronteira do Capital (BECKER, 2004).

As mudanças assinaladas nesta periodização feita por Corrêa (1987) demonstram as transformações mais significativas que aconteceram na rede urbana amazônica. Entre estas, contam-se a acentuação da urbanização regional, a ratificação da concentração urbana nas capitais (em especial Belém e Manaus), a elevação de Manaus a centro metropolitano da Amazônia ocidental, o revigoramento de velhos e estagnados núcleos urbanos e a criação de novos núcleos de povoamento, cidades e futuras cidades.

Kampel, Câmara e Monteiro (2001), a partir de Machado (1999), na análise espacial do processo de urbanização na Amazônia, identificam oito períodos, relacionados às condicionantes e à mudança da Estrutura urbana, descritas no quadro 03. Os autores, diferente de Corrêa (1987), até a década de 60, elencam somente

quatro períodos, atribuindo a formação dendrítica da rede proto-urbana e estrutura urbana primaz, respectivamente, à exploração da borracha e o seu apogeu. Após 1960, o papel do estado foi o condicionante principal, seja pela sua atuação, retração ou descentralização, e representou significativas mudanças na estrutura urbana decorrente.

Quadro 03 – Períodos de evolução da Estrutura urbana na Amazônia e seus principais condicionantes.

Período	Condicionante	Estrutura Urbana decorrente
Séc. XVII a 1850	Missões e ibéricos	Vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes, nos sítios de maior densidade de população indígena
1851 a 1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Proto-Urbana
1892 a 1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz - Belém
1913 a 1965	Declínio da Borracha	Estagnação local e primazia de Manaus
1966 a 1985	Intervenção do Estado	Urbanização regional
1986 a 1990	Retração do Estado	Desconcentração - padrão dos eixos fluvial/viário
1991 a 1996	Diminuem migrações	Macrozoneamento regional
1997 a 2000	Descentralização do Estado	Cidades ligadas ou não à rede urbana nacional e/ou internacional

Fonte: Kampel; Câmara; Monteiro (2001)

Trindade Júnior (2011), considerando a diferença da rede urbana na Amazônia, indica a década de 60 como um marco. Antes de 1960, as características da forma urbana eram dendríticas, pois apresentavam atividades econômicas tradicionais, circulação fluvial e ferroviária, cidades notáveis (pequenas e semelhantes), cidade primaz, concentração econômica, pouco destaque às cidades intermediárias.

Após 1960, a forma urbana se apresenta como anastomosada, pois se caracteriza pelas frentes econômicas e de modernização, pela circulação multimodal (destaque às rodovias), por cidades híbridas (notáveis e econômicas), pela difusão do fenômeno de metropolização, desconcentração econômica e pela importância das cidades médias (TRINDADE JÚNIOR, 2011).

Trindade Júnior (2011) indica, também, novas tendências como o reforço da metrópole dispersa fazendo parte do processo de metropolização, a proliferação de pequenas cidades e o crescimento dinâmico de novos núcleos urbanos – as cidades médias.

Becker (2004), periodizando a Amazônia em três grandes períodos (Formação Territorial: 1619-1930; Planejamento Regional: 1930-1985; Incógnita do Heartland: 1985-1996), traz alguns elementos que contribuem para a reflexão da rede urbana da Amazônia. Esses elementos são apresentados no quadro 04 e sintetizados nos parágrafos que se seguem. Segundo a autora, cada período correspondeu a uma trajetória típica de ocupação. O primeiro período, de ocupação tardia dependente do mercado externo, de importância da geopolítica, da experiência e o confronto de modelos de ocupação territorial, foi marcado pela ocupação tradicional à margem do rio. Esta ocupação é caracterizada pela formação de vilas, comunidades, cidades ribeirinhas, possuindo forte relação com o rio.

O segundo período, marcado pelo planejamento regional como estratégia nacional para apropriação e controle do território, pelas políticas intervencionistas pautadas no modelo desenvolvimentista e pelos intensos conflitos sociais e impactos ambientais negativos, teve como característica principal o surgimento de núcleos urbanos à margem das rodovias e de agrovilas ou assentamentos rurais.

O terceiro período é marcado pelo esgotamento do nacional desenvolvimentismo, pelo fortalecimento e incentivo do desenvolvimento endógeno, pela pressão ambientalista internacional e nacional em favor do vetor tecno-ecológico e pela retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para exportação. É neste contexto que Becker (2004) coloca a constituição de núcleos planejados, também denominados de *Company Towns*, para dar apoio à exploração mineral e energética. Este período foi caracterizado por cidades que sofreram impacto de grandes projetos e que abrigam núcleos planejados baseados em preceitos urbanos modernistas, voltados para abrigar os funcionários das grandes empresas.

Quadro 04 – Períodos de formação, características gerais da Região Amazônica e dinâmicas de ocupação.

Períodos	Elementos Importantes	Trajatória Típica de ocupação	Dinâmicas de Ocupação
Formação Territorial (1616-1930)	<p>Apropriação do Território (1616-1777) - Período Colonial</p> <p>Delineamento da Amazônia (1850-1899) - Período Imperial</p> <p>Definição dos Limites (1899-1930) - República Velha</p>	Ocupação tradicional à margem do rio.	Caracterizadas por formação de vilas, comunidades, cidades ribeirinhas, possuindo forte relação com o rio. Atualmente a localização destas, de forma geral, são áreas protegidas.
Planejamento Regional (1930-1985)	<p>Início do Planejamento Regional (1930-1966) - Estado Novo (Getúlio Vargas) e Governo de Juscelino Kubitschek</p> <p>A produção do Espaço Estatal (1966-1985) - Regime Militar</p>	Surgimento dos núcleos urbanos à margem das rodovias.	Cidades à margem das rodovias, surgimento de agrovilas ou assentamentos rurais.
A incógnita do Heartland (1985-...)	<p>A formação socioambiental (1985-1996)</p> <p>Tendências atuais (1996-...)</p>	Constituição de núcleos planejados (Company towns), para dar apoio a exploração mineral e energética.	Caracterizadas por cidades que sofreram impacto de grandes projetos e que abrigam núcleos planejados baseados em preceitos urbanos modernistas, voltadas para abrigar os funcionários das grandes empresas.

Fonte: Becker 2001 e 2004.

O período entre 1985 e 1996 é marcado, segundo Becker (2001), por dois processos opostos. Por um lado, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território. Por outro, o resgate do modelo endógeno sob várias formas, predominante na dinâmica regional. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), segundo a autora, foi o grande indutor de projetos endógenos, dentre os quais se destacaram a criação de áreas protegidas e projetos comunitários alternativos.

A partir de 1996, houve o resgate e o fortalecimento do modelo exógeno associado à formação de imensos corredores ecológicos para a proteção ambiental, trazendo um novo marco para a Amazônia, o da coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno (BECKER, 2001). Neste contexto, “a valorização da Amazônia passa a ser estratégica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural, sobretudo as florestas e megadiversidade e a água.” (BECKER, 2001, p.143).

Corroborando com as ideias de Corrêa (1987) e Trindade Júnior (2011), Becker (2001) assinala transformações ao nível estrutural, impactos negativos e construções (quadro 05). Desde a década de 1960 até 1985 a autora propõe seis mudanças estruturais. Para a mesma, foi a necessidade de unificar o mercado nacional, associada ao avanço da industrialização, que desencadeou a abertura da região. As ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias (Belém-Brasília e Brasília-Acre), contribuindo para o processo de migração. Contudo, somente entre 1966-1985 se deu o planejamento regional efetivo da região.

Foi através do projeto geopolítico que o Estado impôs sobre o território seu controle técnico e político tendo as cidades como base logística para a ação, visando completar a apropriação física e o controle do território amazônico (BECKER, 2001; 2005). As principais estratégias, segundo a autora, foram a implantação de redes de integração espacial, subsídio ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios e a superposição de territórios federais sobre os estaduais.

Quadro 05- Mudanças Estruturais, principais impactos negativos e construções na Amazônia.

Mudança Estrutural	Principais Impactos Negativos	Construções
1 - Conectividade - Estrutura de Articulação do Território	Migração/mobilidade do trabalho, desflorestamento, desrespeito às diferenças sociais e ecológicas.	Acréscimos e diversificação da população, casos de mobilidade ascendente, acesso à informação - alianças / parcerias. Urbanização.
2 - Industrialização - estrutura da economia	Grandes Projetos, "economia do enclave", subsídio a grande empresa e desterritorialização e meio ambiente afetado (Tucuruí)	Urbanização e industrialização de Manaus, Belém, São Luís, Marabá, 2ª no país/valor total produção mineral, 3ª no país/valor total produção bens consumo durável e transnacionalização da CVRD.
3 - Urbanização - estrutura do povoamento, Macrozoneamento - povoamento linear; arco em torno floresta.	Inchação - prob. Ambiental, rede rural-urbana - ausência de presença material da cidade - favelas, sobre urbanização - ie, sem base produtiva	Quebra da primazia histórica de Belém-Manaus, nós das redes de circulação/informação, retenção da expansão sobre a floresta, mercado verde, "locus" de acumulação interna, 1ª vez na história recente e base de iniciativas políticas e da gestão ambiental.
4 - Orgz. Soc. Civil - estrutura da sociedade	Conflitos sociais/ambientais, conectividade + mobilidade + urbanização.	Diversificação da estrutura social, formação de novas sociedades locais - sub regiões, conscientização - aprendizado político, org. das demandas em projetos alternativos com alianças/parceiros externos, despertar da região - conquistas da cidadania.
5 - Malha socio-ambiental - estrutura de apropriação do território	Conflitos de terra e de territorialidade e conflitos ambientais	Formação de um vetor tecnoecológico, demarcação de terras indígenas, multiplicação e consolidação de Ucs, PGAs nos estados; PDA e capacitação de quadros (ZEE).
6 - Nova Escala	Conflitos/construções	Amazônia como uma região do Brasil

Fonte: Becker (2001, p.142)

A inserção da Amazônia no mercado mundial, através de empréstimos aos estados de produtos industriais, segundo Corrêa (1987), foi representada pelos projetos criados (hidrelétricas, mineração em grande escala, reflorestamento e fabricação de celulose) ao lado das estradas, portos e aeroportos. Tais mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, alteraram, em parte, o padrão ribeirinho dos núcleos urbanos, amplamente utilizado, para os núcleos urbanos em plena terra firme, longe dos rios.

Corrêa (1987), ao tratar das novas formas urbanas na Amazônia, elenca três: *Company Towns*, Corrutela e o núcleo rural-urbano do centro. A primeira é uma criação planejada, dotada de infraestrutura, sob controle, direta ou indiretamente, da empresa que a criou e administra, configurando-se como uma implantação moderna na Amazônia, autônoma, face à rede urbana tradicional. O segundo são os núcleos de povoamento que apresentam características urbanas, que diferentemente das *Company Towns*, são instáveis e atreladas a atividades mineradoras de empresas

menores ou quando não há grande investimento de capital. Já o terceiro, diferentemente do primeiro e da Corrutela, diz respeito aos núcleos de povoamento espontâneos que se formam ao longo das rodovias, nas proximidades de áreas em processo de desbravamento e entroncamento de vias.

O padrão amazônico Rio – Várzea – Floresta, pautado no extrativismo como base econômica, tendo os rios como meio de locomoção, após a década de 60, passa a ser redesenhado por um novo padrão, o Estrada – Terra firme – Subsolo. Este último pautado na pecuária, agricultura e exploração de minério como base econômica, tendo as estradas como meio de locomoção (GONÇALVES, 2008).

Oliveira (2004) evidencia a diferença dos núcleos urbanos beira rio dos de beira de estrada. Os primeiros, embora apresentem uma estrutura de cidade como suporte de serviços, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas, levando a população a dedicar-se às atividades rurais como a pesca, agricultura familiar e extrativismo. Já as cidades à beira de estrada, segundo o autor, constituem-se em novas espacialidades urbanas da Amazônia, a partir dos anos 70, baseadas na implantação dos projetos de colonização e na instalação de grandes projetos públicos e privados.

Nas pequenas cidades da Amazônia, segundo Oliveira (2004), o padrão caracterizado como urbano é diferente de outras regiões, pois a vida nas (das) pequenas cidades está ligada ao Rio e à floresta. Segundo o autor citado, existe uma tendência para o revigoramento de alguns pequenos núcleos urbanos antigos da Amazônia, especialmente localizados nas margens dos rios, pois eles servem de suporte de serviços à população, apesar de possuírem infraestrutura precária.

As políticas desenvolvimentistas marcaram um novo padrão urbano para a Amazônia com o aumento do número de cidades, pois passou de 165 cidades, em 1960, para 212, na década de 1980, 264, em 1991, chegando a 449 em 2000 (OLIVEIRA, 2004). O aumento foi de 284 cidades (172%) nos últimos 40 anos do século XX, sendo que, destas, 185 surgiram na última década, do período em questão, perfazendo um aumento de aproximadamente 70%.

No contexto do surgimento destas cidades, o mesmo Oliveira (2004) ressalta que, em sua grande maioria, os núcleos urbanos criados na Amazônia são pequenos,

se emanciparam com fraca ou nenhuma infraestrutura, e possuem como base econômica o repasse dos recursos públicos.

Sobre as pequenas cidades, o critério utilizado para sua classificação, segundo Silva (1946), é o contingente populacional. O autor as classifica como as que possuem população abaixo de 50.000 habitantes. Lopes e Henrique (2010, p.19), por sua vez, classificam as cidades pequenas como “aquelas que possuem até 20.000 hab.” Os autores também ressaltam que a contagem populacional, apesar de relevante quando se quer denominar pequena e média cidade, não traduz a dinâmica do conjunto, ou mesmo sinônimo de uma realidade.

Corrêa (2003, p. 35) considera, quanto ao tamanho, que as cidades se diferenciam de acordo com o quantitativo populacional, ou “segundo agregados econômicos distintos, com base, por exemplo, no valor da produção industrial e da receita do comércio e serviços e a renda de seus habitantes”, cabendo assim, a classificação das cidades em pequena, média, grande e centro metropolitano.

Para Soares e Melo (2009) as pequenas cidades brasileiras são marcadas pela diversidade que pode ser entendida a partir do contexto regional em que se inserem, pelos processos promotores de sua gênese e pelo conjunto de sua formação espacial.

Oliveira (2004) destaca outros critérios importantes para a definição de uma pequena cidade, em especial, as da Amazônia, os quais são:

- 1) Baixa articulação com as cidades do entorno;
- 2) Atividades econômicas quase nulas com o predomínio do trabalho ligado ao serviço público;
- 3) Baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos ligados à saúde, à educação e à segurança;
- 4) Predominância de atividades caracterizadas como rurais (OLIVEIRA, 2004, p. 2 e 3).

De acordo com o IBGE, em sua metodologia, a classificação das cidades é realizada por categorias, no total são sete: até 5.000 hab., entre 5.001 hab. e 10.000 hab., de 10.001 hab. a 20.000 hab., entre 20.001 hab., a 50.000 hab., de 50.001 hab. a 100.000 hab., entre 100.001 hab. a 500.000 hab., e mais de 500.000 hab. A partir desta categorização, a tabela 09 mostra como estão classificados os 771 municípios que fazem parte da Amazônia Legal.

Tabela 09 – População dos Municípios da Amazônia Legal 2010.

População	Até 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 20.000	De 20.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	De 100.001 a 500.000	Mais de 500.000
Municípios da Amazônia Legal	127	141	227	187	58	27	4

Fonte: Instituto (2010).

A partir da tabela 09, é possível perceber que os municípios que possuem população até 20.000 hab. totalizam 495 (64,20%) e os que possuem população até 50.000 hab., 682 (88,45%). Esta observação permite concluir que, a partir das concepções de Silva (1946) e Lopes e Henrique (2010), as pequenas cidades se encontram em sua maioria na Amazônia.

À luz das considerações tecidas até o momento, pensar o planejamento das pequenas cidades da Amazônia requer uma abordagem que não se restrinja, única e exclusivamente aos planos, ou seja, o planejamento formal. Assim sendo, é necessário considerar as três faces do planejamento de Cruz (2011). Em seu entender, o planejamento pode ser ideológico, utópico e aquele que é posto em prática. Tendo em conta a realidade das pequenas cidades da Amazônia, a que já aludimos anteriormente, percebe-se que é a última face deste planejamento aquela que se aplica a estas cidades, concretizado através das ações executadas pelas diversas instâncias (CRUZ, 2011).

Tostes (2007, 2013), refletindo sobre as pequenas cidades da Amazônia, faz um contraponto a Cruz (2011) quando sustenta a ideia de que as ações governamentais, sem o planejamento institucional, fazem parte da política de “fazejamento”, para atender as demandas locais, pontuais e imediatistas, sem estarem previstas num plano macro, onde haja continuidade de ações cumprindo metas a curto, médio e longo prazo.

Neste contexto, para entender a forma como são pensadas as pequenas cidades, no contexto amazônico, seja pela política do “fazejamento” ou o planejamento posto em prática, a análise sobre as ações governamentais é de extrema relevância, pois demonstra como os investimentos foram aplicados, favorecendo determinados aspectos e áreas, como será demonstrado no próximo capítulo. A este propósito, Villaça (1999) evidencia a necessidade de as ações do Estado sobre a cidade serem estudadas nas três esferas de governo.

3 ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE CALÇOENE

No seguimento dos objetivos deste trabalho, neste capítulo será dada a particular importância à cidade de Calçoene, fazendo uma leitura dos instrumentos de planejamento que ocorreram desde o final dos anos 1970, para subsidiar o período de análise (2001-2015). Neste contexto, foram levantadas as ações governamentais nas três esferas para o período em análise com incidência no município de Calçoene, em particular na cidade sede.

Após este levantamento, as informações obtidas foram cruzadas com o Plano Emergencial para o Município de Calçoene (PEMC) (TOSTES, 2002), no intuito de entender a relação das ações governamentais com o que foi planejado, bem como as ações executadas sem estarem previstas no PEMC.

3.1 Planejamento em Calçoene.

No contexto do planejamento de Calçoene, dois são os documentos mais importante que merecem ser referenciados: a Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo, da H. J. Cole + Associados S. A., em 1977/1978 (COLE, 1979)⁵⁶; e o Plano Emergencial para o Município de Calçoene, elaborado pela TCA Arquitetura, 2002, encomendado pelo Governo do Estado do Amapá⁵⁷

⁵⁶ Esta consultoria é amiúde referenciada como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU (TOSTES, 2011)

⁵⁷ Informações por nós obtidas na Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINF, deste plano emergencial resultou um suposto Plano de Gestão Urbana, que, segundo Tostes (2011), foi elaborado para os municípios de Calçoene, Tartarugalzinho e Amapá. No entanto, as informações que tentamos obter sobre este plano foram goradas pelo fato de não o encontrarmos em lugar algum. Neste sentido, as informações obtidas utilizadas neste trabalho são as encontradas no Plano Emergencial para o Município de Calçoene (TOSTES, 2002).

3.1.1 Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo, da H. J. Cole (1977/1978).

Desde a Criação do município, em 1956, Calçoene aguardou 21 anos para ser inserido no contexto do planejamento de Estado, que, em 1977, juntamente com Oiapoque, Mazagão, Amapá e Macapá foram contemplados na **Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo (1977/1978)**, que tinha o objetivo de realizar estudos que viessem a contribuir para o desenvolvimento dos municípios citados (COLE, 1979).

Até então, a estrutura urbana do Território do Amapá concentrava-se ao redor da Capital Macapá. Calçoene, assim como Mazagão e Amapá, apresentava população em torno de 2.000 habitantes e constituía núcleo de equilíbrio, assim como os outros municípios, de certo modo em fase de cristalização, devido às ligações rodoviárias, podendo, a critério de planejamento e ações de um programa integrado e realista, tornarem-se protourbes e responderem às exigências do desenvolvimento homogêneo para todo o território (COLE, 1979). Na compreensão desta consultoria,

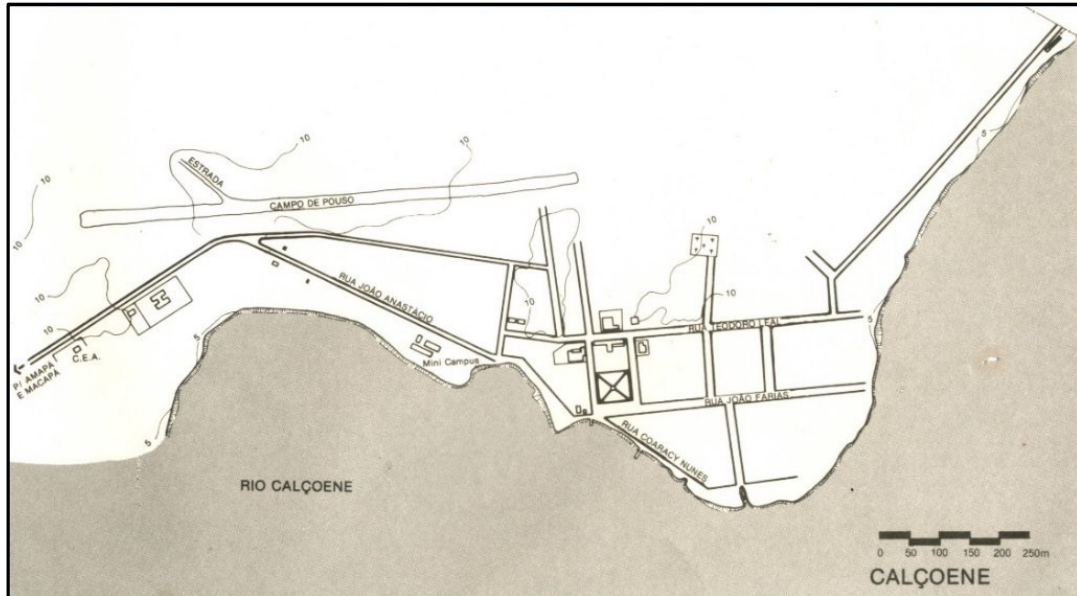
[...] estas cidades são constituídas de uma rua principal, geralmente beira de cais, e outra que lhe é perpendicular, formando base de uma malha de desenvolvimento ortogonal onde as demais vias são apenas carroçáveis. Ao longo delas distribuem-se casas, sub-moradias, de madeira e cobertura de palha, cavaco ou cerâmica de baixo padrão. São assentamentos pouco densos e tenuamente estruturados nos quais em alguns pontos, as vias ficam pouco definidas. (COLE, 1979, p. 17).

Na tentativa de instrumentalizar o planejamento global da estrutura urbana do território, quanto aos núcleos de equilíbrio, foi recomendada a adoção dos planos preliminares estruturais, cujo objetivo principal era “fornecer um instrumento básico de planejamento capaz de expressar clara e integralmente as políticas, objetivos e ações definidas para preparar o futuro dessas pequenas cidades do Território [...]” (COLE, 1979, p.18).

Assim, o planejamento da cidade de Calçoene (figura 04) não teria caráter estético e/ou finito quanto à sua estrutura física, nem tampouco mudança na estrutura administrativa ou econômica, mas de orientação para instrumentalizar um processo que fosse flexível quanto às novas demandas e auxiliasse na busca de soluções locais a longo prazo. Nesse contexto, foram concebidos os Planos Preliminares Estruturais

(PPE)⁵⁸, que se basearam num roteiro prático e metodológico composto por Levantamento, Diretrizes e objetivos, Estrutura Urbana e Proposições.

Figura 04 - Estrutura Urbana da Cidade de Calçoene



Fonte: COLE (1979).

O levantamento deveria contar com a situação atual da cidade, com descrições e análises de suas características físicas, tendências de crescimento, situação social, econômica e institucional.

Já as diretrizes e objetivos deveriam orientar a ocupação do solo, segundo as condições fisiográficas da área urbana, que permitisse a preservação das características ecológicas históricas e paisagísticas, bem como promover a implantação de uma estrutura viária adequada, através do estabelecimento de uma hierarquia para as diferentes vias urbanas. Isso de forma integrada aos setores físico-urbanístico, socioeconômico e institucional.

A estrutura urbana seria simplificada devido à dimensão da cidade, inexistência de graves problemas de ocupação do solo, circulação de veículos dentre outros. Deveria, igualmente, ser acompanhada das leis de zoneamento, parcelamento da terra e de edificações. Assim, as proposições específicas, a curto prazo, marcariam

⁵⁸ Esta consultoria sugere a elaboração destes PPE. Contudo, à data atual desconhece-se a sua execução e existência. No entanto, é importante ressaltar que a Consultoria cria uma metodologia para a elaboração desses planos e sugere que a administração local a utilize.

o início da gestão de uma consciência de planejamento, através de feitos concretos geralmente bem absorvidos pelas comunidades⁵⁹.

Em Cole (1979) foi considerado que, juntamente com Amapá, Mazagão e Oiapoque, Calçoene deveria ser objeto de planos estruturais para captar o desenvolvimento para o interior do então território, a fim de serem revertidas as tendências do esvaziamento e serem aproveitados os vetores dinâmicos trazidos pela rodovia.

Segundo Cole (1979), Macapá era responsável pelo aparelhamento administrativo do governo territorial, para dar suporte técnico e político para os núcleos de equilíbrio, bem como o aprimoramento dos recursos humanos e nas providências de conscientização política e cultural do significado da estrutura urbana do território como fundamento de seu desenvolvimento econômico e social.

3.1.2 Plano Emergencial para o Município de Calçoene em 2002.

Após 24 anos da Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo (COLE, 1979), em 2001 foi realizado um relatório pelo SEBRAE-AP (SILVA, 2001) que levantou as potencialidades, vocações e vantagens comparativas do município de Calçoene. Tal relatório, consistiu num amplo levantamento das condições físicas relacionadas à infraestrutura urbana, econômica, social, cultural e ambiental, e foi suporte para o plano emergencial para o município de Calçoene (TOSTES, 2002).

No período que o levantamento foi realizado, várias propostas foram feitas para o setor primário, secundário e terciário. Verificou-se, igualmente, que o maior potencial econômico do município se encontra nos produtos primários, e chegou-se à conclusão que o setor secundário deve atuar na transformação destes produtos para a agregação de valor e geração de emprego e renda para o município. Entretanto, o

⁵⁹ Incluem-se a pavimentação de logradouros, a implantação de um sistema de coleta de lixo, equipamentos de praças, a construção de mercado municipal, salas de aulas, reorganização e treinamento do pessoal da prefeitura etc.

maior obstáculo estava na deficiência de infraestrutura que depende muito mais do poder público do que da iniciativa privada (SILVA, 2001).

Após o relatório do SEBRAE em 2001 (SILVA, 2001), Calçoene foi contemplado com o PEMC (TOSTES, 2002). De acordo com Tostes (2011), o plano foi realizado pelo Estado para as cidades de todos os municípios amapaenses, embora, segundo o autor, apenas Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Oiapoque tiveram o trabalho concluído. O objetivo consistiu no levantamento das condições físicas relacionadas à infraestrutura urbana, economia, organização social, cultural e ambiental.

No levantamento realizado pelo PEMC, a prefeitura municipal de Calçoene tinha um cronograma de ações que pretendia realizar. Tais ações estão contidas no quadro 06.

Quadro 06 - Ações previstas pela Prefeitura Municipal de Calçoene mencionadas no PEMC (2002)

Ações
1. Pavimentação da sede do município
2. Construção do Estaleiro Naval
3. Colocação de lixeiras públicas
4. Criação da Escola Municipal Nelma Suely
5. Adaptação de Escolas Municipais (Sementinha e Pedacinho de Chão)
6. Investimento em saneamento básico
7. Projetos de títulos definitivos para as empresas do polo pesqueiro
8. Criação e implementação da biblioteca ambiental
9. Iluminação pública.
10. Construção das arquibancadas e cabine de rádio local
11. Abertura da alameda bacabeiras
12. Reativação da olaria.

Fonte: TOSTES (2002, p. 115)

A implantação da rede Elétrica (iluminação pública da cidade atendia 88% da população residente em 2002) e algumas dessas ações foram cumpridas em parceria com o governo do Estado. Até àquele momento, estavam sendo realizadas na cidade de Calçoene o Estádio Municipal, a Escola Municipal Nelma Suely, a Biblioteca

Ambiental e a Câmara Municipal de Calçoene. Relativamente às obras particulares, estava em andamento a fábrica de Filetamento de Pescado (TOSTES, 2002).

Para Tostes (2011), o plano de 2002 trouxe propostas para o núcleo urbano da cidade sede. Segundo o autor, era necessário organizar o núcleo urbano, as condições de infraestrutura urbana (abastecimento de água e esgoto) estavam relacionadas diretamente com os problemas detectados e os entraves estavam relacionados às dificuldades estruturais das prefeituras destes municípios.

Foram estabelecidas duas prioridades. A primeira contemplava o investimento em saneamento básico para toda a cidade, incluindo a ampliação da rede de água canalizada, esgoto e a orientação para o sistema construtivo de fossas individuais e comunitárias, e, a outra, a construção de uma nova escola, levando em consideração o crescimento do quantitativo de crianças no município (TOSTES, 2002).

As propostas de intervenção no município sugeridas pelo plano de 2002, de natureza física-urbanística, contemplam a Legislação Urbanística (leis específicas: Lei do uso do solo, código de edificações e código de postura); a elaboração de plantas e mapas com a definição de vetores de crescimento, planta de valores, cadastro técnico e delimitação para o processo de Expansão urbana; e a Setorização de bens e de projetos específicos.

Os Projetos sugeridos para as áreas urbanísticas foram:

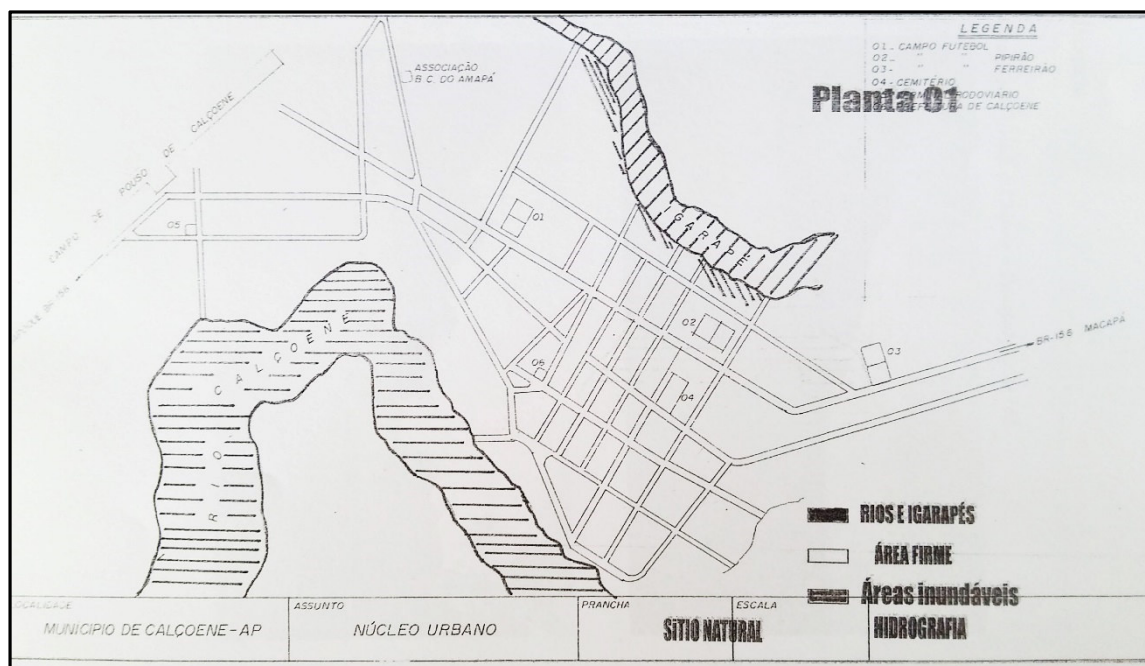
- 1) Projeto de Urbanização das vias públicas com os seguintes itens:
 - Dimensões de vias com canteiros
 - Calçadas e meio fio
 - Arborização e paisagismo
 - Drenagem pluvial e canaletas
 - Indicação de placas de sinalização
- 2) Projeto de urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico de entrada.
- 3) Projeto de Urbanização da frente da cidade – às margens do Rio Calçoene.
- 4) Projeto de urbanização das áreas turísticas (Balneários)
- 5) Projeto urbanístico para novos loteamentos
- 6) Projetos de Urbanização da Praça pública da cidade. (TOSTES, 2002, p. 124-125)

Além de projetos de natureza urbanística, houve propostas de projetos de natureza arquitetônica, voltados para a sede de Calçoene, os quais foram:

- a) Readequação da unidade hospitalar;
- b) A sede da prefeitura de Calçoene;
- c) Urbanização e construção dos equipamentos urbanos da praça da cidade;
- d) Construção e adequação do Campo de futebol;
- e) Construção de uma nova praça pública para a cidade;
- f) Construção de unidades habitacionais;
- g) Construção de um centro de convivência (turismo);
- h) Construção de um mercado e de uma feira comunitária.
- i) Terminal fluvial (para as embarcações com posto de serviço de cobrança);
- j) Construção de uma unidade para idosos;
- k) Unidade para o Corpo de Bombeiros. (TOSTES, 2002, p.125)

De acordo com o PEMC (TOSTES, 2002), o desenho urbano da cidade de Calçoene se apresentava de acordo com a figura 05. Apesar de ser a prancha que mostra o sitio natural e a hidrografia, nela é possível ver a configuração da cidade, que já difere de Calçoene de 1979 (p.97).

Figura 05 - Núcleo Urbano do Município de Calçoene em 2002



Fonte: Tostes (2002).

Na comparação entre os dois planos, pode perceber-se que o de 1977/1978 foi desenvolvido em uma realidade totalmente diferente do plano que foi realizado em 2002. Vale ressaltar que, no primeiro momento, Calçoene era um núcleo de equilíbrio, com cerca de 2.000 habitantes, população vinculada à economia extrativista.

O primeiro plano tinha caráter de um planejamento global da estrutura urbana, e apresentava fundamentalmente orientação e instrumentos para a implantação de um processo que visava alcançar objetivos estabelecidos. Entretanto, deveria ser suficientemente flexível para incorporar aspirações não conscientizadas (COLE, 1979).

Segundo Tostes (2007), o plano de 1977/1978 não conseguiu ter suas propostas absorvidas pelos municípios que foram contemplados, exemplo disso é a execução do Plano Preliminar Estrutural (PPE). Para o autor, as razões fundamentaram-se em dois aspectos: a responsabilidade de execução do plano competia ao Governo Federal e não houve a prática do plano como suporte para as ações públicas locais⁶⁰.

Segundo Tostes (2011), o PPE, sugerido por Cole (1979), poderia ter sido convertido num indutor para o início de um processo de despertar a favor do planejamento nos municípios. Entretanto, fatores como a falta de autonomia dos prefeitos para deliberar sobre questões que permeavam interesses locais, a pouca atuação da população no desenvolvimento local, a ausência de Código de posturas e a lei do uso do solo e código de edificações configuraram-se como grandes entraves.

Diferentemente de Cole (1979) o PEMC (TOSTES, 2002), trouxe propostas para o núcleo urbano da cidade sede e também teve como aspecto importante a definição sobre a realidade local (Quadro 07), assim como a previsão dos investimentos necessários para estas cidades, respeitando a vocação local e as características do lugar (TOSTES, 2011).

⁶⁰ O próprio plano (COLE, 1979) sugeria que a participação popular fosse elemento muito importante para o planejamento, o que não aconteceu.

Quadro 07 – Comparativo entre o PDDU de 1977 e de 2002 para Calçoene

CPUAT – 1977/1978	PEMC – 2002
Calçoene - núcleo de Equilíbrio com cerca de 2.000 hab.	Calçoene - Município com 03 distritos e mais de 6.730 hab.
Planejamento global da estrutura urbana	Planejamento voltado para o núcleo urbano (4.543 hab)
Estabelecimento de uma metodologia que alcance objetivos específicos e que seja flexível	Propostas de intervenção no município
Diretrizes e objetivos que orientassem a ocupação do solo de forma integrada aos setores físico-urbanísticos, socioeconômico e institucional; acompanhados de lei de zoneamento, parcelamento da terra e de edificações.	Intervenção de natureza física urbanística contemplando legislação urbanística, elaboração de plantas e mapas, e por último a setorização de bens e de projetos específicos.
Sugere que seja feito proposições específicas como pavimentação de logradouros, implantação de um sistema de coleta de lixo, equipamentos de praças, construção de mercado municipal, salas de aulas, reorganização e treinamento do pessoal da prefeitura etc.	Projetos específicos de natureza urbanística (6) e de natureza arquitetônica (11)

Fonte: Cole (1979); Tostes (2002).

De forma geral, ambos verificaram a necessidade do lugar e tiveram papel fundamental dentro do contexto temporal inserido. Entretanto, um se voltou mais para a elaboração de uma metodologia, enquanto que o outro no apontamento de projetos que contribuiriam para o desenvolvimento urbano. É possível perceber que, dentre as propostas de projeto urbanístico e de natureza arquitetônica elaborados pelo PEMC (TOSTES, 2002), algumas foram previstas pela CPUAT (COLE, 1979). Entretanto, não configuraram uma proposta sólida e detalhada, até porque não era essa a intenção naquele momento.

3.1.3 Ações governamentais em Calçoene (2001 – 2015)

Dada a natureza administrativa do País, as ações governamentais tanto podem ser de natureza federal, estadual e municipal. Em simultâneo, essas ações podem abranger mais de um nível administrativo, ou seja, por exemplo, através de convênios. Neste item será apresentado em que medida o município de Calçoene se beneficiou destes convênios, ora com o governo federal, ora com o governo estadual e, até mesmo, com recurso próprio do estado e do município. Para este efeito, serão

considerados essencialmente os dados do portal da transparência e os dados disponibilizados pelo estado e pelo município.

Dos quadros gerados para justificar este propósito, obteve-se um quadro síntese da execução dos projetos identificados no PEMC (TOSTES, 2002), identificando os que foram realizados, a parceria adotada e status atual. A elaboração destes quadros nos permitiu deparar com outras informações pertinentes a esta pesquisa, como é o caso de outros projetos que foram realizados além dos sugeridos pelo PEMC. Do mesmo modo, permite-se aferir em que sentido Calçoene aproveitou ou não estas parcerias com o Governo Federal.

3.1.3.1 Ações financiadas e executadas pela Prefeitura Municipal de Calçoene (2001-2015)

Em reunião com a representação da prefeitura municipal de Calçoene em Macapá⁶¹, as informações referentes às obras financiadas e executadas pela prefeitura de Calçoene de 2001 a 2008 não foram disponibilizadas, pois não houve a Transição Governamental pelo gestor municipal na época (2008), estando disponíveis somente as que foram a partir de 2009, sendo que, 2010 a 2014 foi o período em que as ações da PMC, com recurso próprio, foram realizadas.

No ano de 2010, três foram as ações executadas. Todas com o objetivo de favorecer o distrito de Goiabal, especificamente o evento Goiabal Verão, com a roçagem as margens do Ramal do Goiabal, limpeza e manutenção nos banheiros públicos e serviço de limpeza da área pertencente ao Goiabal Verão (quadro 08).

⁶¹ O levantamento das informações disponibilizadas nos quadros foi efetuado em vários encontros entre 2015 e 2016 na representação da prefeitura municipal de Calçoene em Macapá, onde foi feito o acesso aos documentos físicos referente às ações desenvolvidas pela PMC.

Quadro 08 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2010.

Nº	Situação	Objeto	Início da obra	Fim da obra
158 - B/10	Concluído	Serviço prestado com roçagem as margem do Ramal do Goiabal, no período de 10 dias	2010	2010
133 - D /10	Concluído	Serviço prestado de limpeza e manutenção nos banheiros públicos do Goiabal	2010	2010
164 - A /10	Concluído	Serviço de limpeza do Goiabal Verão /2010	2010	2010

Fonte: Representação (2010)

Em 2011, quatro foram as ações realizadas pela PMC. Reparos em uma ponte e manutenção do ramal do Goiabal, serviço de capina e limpeza no Goiabal, e por último, serviços de borracheiro nas caçambas e tratores (quadro 09).

Quadro 09 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2011.

Nº	Situação	Objeto	Início da obra	Fim da obra
453 / 11	Concluído	Serviço prestado como ajudante para reparos em uma ponte no ramal do Goiabal	2011	2011
089 / 11	Concluído	Serv. De capina e limpeza no Goiabal	2011	2011
404 - C / 2011	Concluído	Serviço prestado de borracheiro no mês de julho/2011, nas caçambas e tratores pertencentes a esta secretaria	2011	2011
348 /11	Concluído	Serviço de frete de uma carrada de pedra para manutenção do Ramal do Goiabal	2011	2011

Fonte: Representação (2011)

Foi no ano de 2012 que houve maior número de ações realizadas, nove, no total. Destas, apenas a manutenção de um caminhão Pipa não se referia diretamente a benefícios para o distrito de Goiabal. As ações abrangeram manutenção e reparo nas casas, quiosques e malocas do Goiabal, beneficiamento de madeiras para a manutenção de casas, bem como limpeza do complexo turístico do Goiabal, roçagem, poda de árvores e recuperação do ramal do Goiabal, bem como a alimentação dos trabalhadores municipais que trabalharam na terraplanagem do Ramal (quadro 10).

Quadro 10 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2012.

Nº	Situação	Objeto	Início da obra	Fim da obra
472 - A 2012	Concluído	Compra de material para manutenção e reparo nas casas e quiosque do Goiabal	2012	2012
438 - B 2012	Concluído	Compra de material para reparo e manutenção das casas e malocas do Goiabal	2012	2012
479 - B 2012	Concluído	Serviço prestado com beneficiamento de madeira para manutenção das casas do complexo turístico do Goiabal	2012	2012
478 - A 2012	Concluído	Serviço prestado de Limpeza no complexo turístico do Goiabal, no período de 23 a 28/07/2012	2012	2012
474 / 2012	Concluído	Serviço prestado com roçagem as margens do Ramal do Goiabal, durante quatro dias	2012	2012
466 / 2012	Concluído	Serviço prestado de podagem de árvores no Ramal do Goiabal	2012	2012
456 /2012	Concluído	Serviço prestado de mecânica na traseira do Caminhão pipa.	2012	2012
387 /2012	Concluído	Serviço prestado de frete de 03 carradas de pedra para recuperação do Ramal do Goiabal	2012	2012
453 / 2012	Concluído	Serviço prestado com o reparo de 231 marmitex, para atender servidores da Sec. Mun. De obras a serviço de recuperação e terraplanagem do Ramal do Goiabal	2012	2012

Fonte: Representação (2012)

Em 2013, houve apenas uma ação que se referia à [...] *reforma das casas, restaurantes, banheiros, quiosques e palco com limpeza e remoção de entulhos, manutenção das instalações elétricas e hidráulicas do Complexo do Goiabal*. Já em 2014, houve apenas duas, também destinadas ao evento Goiabal Verão, a pintura das 12 casas e restaurante, bem como a limpeza do Complexo turístico do Goiabal (quadro 11).

Quadro 11 – Ações financiadas e executadas pelo Município de Calçoene em 2013 e 2014.

Nº	Situação	Objeto	Início da obra	Fim da obra
04.122.169/13	Concluído	Empenho refere a reforma das casas, restaurante, banheiros, quiosques e palco com limpeza e remoção de entulhos, manutenção das instalações elétricas e hidráulicas do complexo do Goiabal.	2013	2013
4122155/2014	Concluído	Serviço prestado de pintura das doze casas e um restaurante para receber a realização do Goiabal Verão 2014.	2014	2014
2211074/14	Concluído	Serviço prestado de limpeza do complexo turístico do Goiabal pelo período de 15 durante do Goiabal 2014.	2014	2014

Fonte: Representação (2013,2014)

3.1.3.2 Ações financiadas pelo Governo Estadual e executadas pelo Município de Calçoene (2001-2015).

As informações sobre os convênios que serão abordados nesse item foram obtidas na Secretaria de Estado da Infraestrutura, em 2015 e 2016 (anexo 01), e totalizaram 26 convênios no recorte temporal proposto na pesquisa que, de forma similar ao item anterior, foram organizadas por ano.

Em 2001, houve duas ações financiadas pelo governo do Estado na Cidade de Calçoene, a *Construção da Escola Municipal Prof. Nelma Sueli no Município de Calçoene* e a *Const. De um Galpão medindo 10x20m p/ funcionar o Estaleiro Naval do Município de Calçoene*, ambas foram concluídas (quadro 12).

Quadro 12 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2001).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
030/01	Concluído	Construção da Escola Municipal Prof. Nelma Sueli no Município de Calçoene.	2001
032/01	Concluído	Const. De um Galpão medindo 10x20m p/ funcionar o Estaleiro Naval do Município de Calçoene	2001

Fonte: Amapá (2016a).

No ano de 2002, houve a *Construção da Biblioteca Pública do Município de Calçoene* e a *Construção da Câmara de Vereadores do Município de Calçoene* (quadro 13).

Quadro 13 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2002).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
008/002	Concluído	Construção da Biblioteca Pública do Município de Calçoene	2002
009/02	Concluído	Construção da Câmara de Vereadores do Município de Calçoene	2002

Fonte: Amapá (2016a).

Em 2005, foram realizadas seis ações financiadas pelo Estado, todas concluídas, a contratação de serviços técnicos para o levantamento topográfico cadastral, reforma geral na residência oficial do prefeito, revitalização do estádio de futebol do município, limpeza urbana na sede, em Carnot e Lourenço, apoio a serviços

de infraestrutura e aquisição de um veículo 4x4 tipo pick-up para a administração municipal (quadro 14).

Quadro 14 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2005).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
026/05	Concluído	Contratação de serviços técnicos de levantamento topográfico cadastral, composto de levantamento planialtimétrico completo da área urbana do Município de Calçoene-AP.	2005
027/05	Concluído	Reforma Geral na residência oficial do Prefeito do Município de Calçoene	2005
028/05	Concluído	Reforma da arquibancada, da iluminação elétrica, e serviços de nivelamento do campo, visando a revitalização do estádio de futebol, do Município de Calçoene	2005
029/05	Concluído	Limpeza urbana na sede municipal, na Vila do Carnot, e na Vila do Lourenço.	2005
045/05	Concluído	Apoio a serviços de Infraestrutura no Município de Calçoene-AP.	2005
058/05	Concluído	Aquisição de 01 (um) veículo a diesel, tipo Pick-up, tracionado, cabine dupla, para ser usado pela administração municipal em ações de interesse da população	2005

Fonte: Amapá (2016a).

No ano de 2006, também foram seis as ações financiadas pelo estado, todas concluídas, a recuperação de dois caminhões basculantes da PMC, construção de 13 quiosques e um palco na cidade de Calçoene, serviços de Limpeza com remoção de entulhos na sede, Carnot, Goiabal e Lourenço, a reforma do Prédio da PMC e do Matadouro municipal, e por último, a implantação de sistema de abastecimento de água em Lourenço (quadro 15).

Quadro 15 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2006).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
004/06	Concluído	Recuperação de 02 (dois) veículos médios (caminhões basculante), de propriedade da Prefeitura Municipal de Calçoene.	2006
011/06	Concluído	Construção de 13 (treze) quiosques (2,50x4,00m) e 01 (um) Palco na Cidade de Calçoene, Município de Calçoene-AP.	2006
021/06	Concluído	Serviços de Limpeza com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene - Sede, Carnot, Goiabal e Lourenço	2006
028/06	Concluído	Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal de Calçoene	2006
029/06	Concluído	Reforma do Matadouro Municipal de Calçoene	2006
073/06	Concluído	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água, no Distrito de Lourenço, Município de Calçoene (Convênio/FUNASA/GEA)	2006

Fonte: Amapá (2016a).

Em 2007, 4 foram as ações financiadas pelo Estados e executadas pela PMC, *a Revitalização do Centro Comunitário e do campo de futebol do distrito do Carnot, no município de Calçoene, a Reforma e Manutenção de veículos da Prefeitura Municipal*

de Calçoene, a Construção de quiosques e um palco para os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Calçoene e a Reforma parcial em 03 (três) residências na sede do Município de Calçoene, pertencentes ao Governo do Estado do Amapá (quadro 16).

Quadro 16 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2007).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
007/07	Concluído	Revitalização do Centro Comunitário e do Campo de Futebol do distrito do Carnot, no Município de Calçoene	2007
019/07	Concluído	Reforma e Manutenção de veículos da Prefeitura Municipal de Calçoene	2007
025/07	Concluído	Construção de Quiosques e um palco para os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Calçoene.	2007
029/07	Concluído	Reforma parcial em 03 (três) Residências na sede no Município de Calçoene, pertencentes ao Governo do Estado do Amapá.	2007

Fonte: Amapá (2016a).

Em 2008, somente houve *Serviços de Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene – Sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Goiabal* foram o objeto de convênio entre Estado e Município (Quadro 17).

Quadro 17 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2008).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
009/08	Concluído	Serviços de Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene - Sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Goiabal.	2008

Fonte: Amapá (2016a).

No ano de 2009, houve 3 convênios entre Governo do Estado e Município, a *Conclusão da Construção da Biblioteca pública, do Município de Calçoene*, a execução de *Serviços de Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene – Sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Goiabal* e a *Conclusão das Obras da Câmara Municipal de Calçoene* (quadro 18).

Quadro 18 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2009).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
003/09	Concluído	Conclusão da Construção da Biblioteca Pública, do Município de Calçoene	2009
004/09	Concluído	Serviços de Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene - Sede, Distrito do Camot, Distrito do Lourenço e Goiabal.	2009
022/2009	Concluído	Conclusão das Obras da Câmara Municipal de Calçoene	2009

Fonte: Amapá (2016a).

Em 2011 e 2012, os convênios realizados entre Estado e Município foram três, todos com o mesmo objeto *Contrapartida de Convênios Federais*, somente um desses convênios não foi concluído e possui status de *Em andamento* (quadro 19).

Quadro 19 – Ações financiadas pelo Estado e executadas pelo Município de Calçoene (2011 e 2012).

Nº Convênio	Situação	Objeto	Ano
003/11	Concluído	Contrapartida de Convênios Federais	2011
016/12	Concluído	Contrapartida de Convênios Federais	2012
025/12	Em Andamento	Contrapartida de Convênios Federais	2012

Fonte: Amapá (2016a).

3.1.3.3 Ações financiadas e executadas pelo Estado em Calçoene (2001-2015).

De acordo com as informações cedidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF) (2016 - ANEXO 02), foram 16 as ações governamentais, no período abordado, que tiveram Calçoene como alvo e que receberam financiamento através de receita própria do Estado. Para melhor entendimento, as ações foram organizadas por ano. Em 2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2010, 2011, 2012 e 2015 não constam obras iniciadas.

Em 2002, foram iniciadas 4 construções, a *Reforma e ampliação da Delegacia de Polícia de Calçoene*, a *Reforma no Hotel de Calçoene*, *Elaboração de um plano emergencial para o município de Calçoene* e a *Reforma da Escola Estadual José*

Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene-AP. Das obras mencionadas, três foram concluídas no mesmo ano, e a última foi finalizada no ano seguinte (2003) (quadro 20).

Quadro 20 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2002).

Nº	Situação	Objeto	Início de obra	Fim de obra
28800.001665 /2002	Concluído	Reforma e ampliação da Delegacia de Polícia de Calçoene.	2002	2002
28800.003241 /2002	Concluído	Reforma no Hotel de Calçoene.	2002	2002
28800.002893 /2002	Concluído	Elaboração de um plano emergencial para o município de Calçoene.	2002	2002
28800.004205 /2002	Concluído	Reforma da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene-AP.	2002	2003

Fonte: Amapá (2016b)

Em 2007, constam treze obras, a *Reforma Geral e adaptações na Escola Estadual Amaro Brasilino de Farias Filho, no Município de Calçoene-AP*, recebida em 2008, a *Construção de Alojamento do Sítio Arqueológico no Município de Calçoene-AP*, recebida em 2007, e a *Reforma Geral da Escola Estadual Lobo D'Almada, no Município de Calçoene-AP*, recebida em 2008 (quadro 21).

Quadro 21 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2007).

Nº	Situação	Objeto	Início de obra	Fim de obra
2005 / 33269	Concluído	Reforma geral e adaptações na Escola Estadual Amaro Brasilino de Farias Filho, no município de Calçoene-AP.	2007	2008
2007/25790	Concluído	Construção de alojamento do Sítio Arqueológico no Município de Calçoene - AP.	2007	2007
2007 / 31542	Concluído	Reforma Geral da Escola Estadual Lobo D'Almada, no Município de Calçoene - AP.	2007	2008

Fonte: Amapá (2016b)

Em 2008, houve apenas a *Construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Ivanildo da Silva, medindo 19x32m na Comunidade de Carnot, em Calçoene-AP* (quadro 22).

Quadro 22 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2008)*.

Nº	Situação	Objeto	Início de obra	Fim de obra
2007 / 43802	Concluído	Construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Ivanildo Fortes da Silva, medindo 19x32m na Comunidade de Carnot, em Calçoene - AP.	2008	2008

Fonte: Amapá (2016c).

No ano de 2009, quatro são as obras que constam, a *Reforma da praça de esportes e lazer e canteiro da avenida Manoel Sarmento, em Calçoene-AP*, concluída em 2009, a *Reforma Geral da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no município de Calçoene-AP*, concluída em 2010, a *Instalação da Rede Elétrica de Iluminação na Praça Pública do Município de Calçoene – AP*, rescindida, e a *Construção de Aquartelamento da Polícia Militar, na Localidade de Lourenço, no Município de Calçoene-AP*, também concluída no ano seguinte. Em 2010, foi realizado *Serviços Complementares à obra de reforma da escola estadual José Rodrigues Cordeiro, no município de Calçoene* (quadro 23).

Quadro 23 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2009-2010).

Nº	Situação	Objeto	Início de obra	Fim de obra
2008 / 53273	Concluído	Reforma da praça de esportes e lazer e canteiro da avenida Manoel Sarmento, em Calçoene - AP	2009	2009
2008 / 48852	Concluído	Reforma Geral da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene-AP.	2009	2009
2009 / 53559	Rescindida	Instalação de Rede Elétrica de Iluminação na Praça Pública do Município de Calçoene - AP.	2009	2010
2009 / 31304	Concluído	Construção de Aquartelamento da Polícia Militar, na Localidade de Lourenço, no Município de Calçoene-AP.	2009	2010
040/ 2010	Concluído	Serviços Complementares à Obra de reforma da escola estadual José Rodrigues Cordeiro, no município de Calçoene	2010	2011

Fonte: Amapá (2016b)

Em 2013 a única obra, *Reforma e Ampliação da Escola Estadual Ivanildo Fontes da Silva, na localidade de Carnot, no município de Calçoene* está com status *Paralisada* desde o fim da vigência (2015), e foi executado R\$ 856.154,59 do total de R\$1.203.300,11. No ano de 2014, consta apenas uma obra, *Cercamento do Sítio Arqueológico localizado no Campus do IEPA, no município de Calçoene-AP*, concluída em 2008 (quadro 24). Em 2015, houve apenas a contratação de empresa

para a elaboração de projetos para reforma, adaptação e ampliação da unidade mista de saúde de Calçoene-AP.

Quadro 24 – Ações realizadas em Calçoene pelo Estado com recurso próprio (2013-2014).

Nº	Situação	Objeto	Início de obra	Fim de obra
2013 / 25549	Paralisada	Reforma e Ampliação da Escola Estadual Ivanildo Fortes da Silva, na localidade de Carnot, no Município de Calçoene	2013	2015
2013 / 24987	Concluído	Cercamento do Sítio Arqueológico localizado no Campus do IEPA, no município de Calçoene-AP	2014	2014
128 / 2014	Rescindida	Contratação de Empresa especializada para a Elaboração de projetos executivos de arquitetura e engenharia, visando a reforma, adaptação e ampliação da unidade mista de saúde de Calçoene-AP.	2015	

Fonte: Amapá (2016b)

3.1.3.4 Ações financiadas pelo Governo Federal e executadas pelo Estado no município de Calçoene.

Os dados que serão expostos nesse item, são resultados do cruzamento de informações obtidas na SEINF e no portal da transparência⁶², das ações do Estado em parceria com o governo federal no período de análise. De 2001 a 2015, foram 24 o total de convênios firmados entre a União e o governo estadual, que tiveram como alvo o município de Calçoene. Nos anos de 2001, 2002, 2003, 2006, 2008, 2010 e 2015 não houve convênios que iniciaram nessas datas.

Em 2004, houve apenas um convênio firmado com do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tinha como objetivo o cadastro técnico de imóveis rurais, demarcação topográfica e regularização nos municípios de Macapá (Bailique) e Calçoene, georreferenciamento de imóveis adquiridos pelo programa de crédito fundiário e combate à pobreza rural. Este convênio encontra-se com o status de *Adimplente* (quadro 25).

⁶²As informações dos convênios, no site www.portaldatransparencia.gov.br, que tem o Estado como conveniente e como alvo Calçoene, estão disponíveis nos convênios firmados no campo do município de Macapá.

Quadro 25 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2004).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
517380	Adimplente	Objetiva o presente convenio cadastro tecnico de imoveis rurais, demarcacao topografica e regularizacao fundiaria nos municipios de macapa (bailique) e Calçoene, e georreferenciamento de imoveis adquiridos pe-lo programa de credito fundiario e combate a pobreza rural no estado do Amapá.	Min. Desenv. Agrario-Administracao direta	2004	2006

Fonte: Brasil (2016)

Em 2005, aumentou para dois o total de convênios, ambos concluídos. A *Construção de um complexo de beneficiamento e comercialização de pescado no território (município de Calçoene)* através do Ministério da Integração Nacional (MIN) e a Construção do quartel da Polícia Militar no município de Calçoene, com 315,0 m² de área através do MD (quadro 26).

Quadro 26 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2005).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
535133	Concluído	Construção de um complexo de beneficiamento e comercialização de pescado no territorio (municipio de Calçoene).	Ministério da Integracao nacional	2005	2008
537112	Concluído	Construção do quartel da Polícia Militar no municipio de Calçoene, com 315,0 m2 de área	Ministério da Defesa - 52000	205	2008

Fonte: Brasil (2016)

Em 2007, houve três convênios firmados, todos com status favoráveis a administração pública, o *Apoio a projetos de infraestrutura no município de Calçoene*, através do Ministério do Turismo e o *Sistema de abastecimento de água no município de Calçoene-AP, no programa de aceleração do crescimento. PAC 2007*, através da FUNASA-DF. Ambos estão adimplentes. O convênio de Drenagem para controle da malária no município de Calçoene-AP no programa de aceleração do crescimento, através da FUNASA – DF, está com status concluído (quadro 27).

Quadro 27 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2007).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
614491	Adimplente	Apoio a projetos de infra estrutura turistica no municipio de Calçoene	CEF/Ministério do Turismo/Mtur	2007	2016
633020	Concluído	Drenagem para controle da malária no municipio de Calçoene-ap, no programa de aceleracao do crescimento. Pac 2007.	Fundacao Nacional de Saude - df	2007	2011
633004	Adimplente	Sistema de abastecimento de agua no municipio de Calçoene-ap, no programa de aceleracao do crescimento. Pac 2007.	Fundacao Nacional de Saude - df	2007	2016

Fonte: Brasil (2016)

No ano de 2009, houve seis convênios, quatro concluídos e dois com prestação de contas aprovadas. Três dos concluídos tiveram como fonte de recurso o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Construção da escola estadual de Lourenço, a construção do novo prédio da escola Ivanildo Fontes da Silva na localidade de Carnot e a construção da escola estadual na localidade do Calafate. O outro concluído teve como fonte de recursos o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a reforma geral e ampliação da escola estadual Silvio Elito de Lima Santos, na sede do município. Os que tiveram a prestação de contas aprovadas foram o atendimento da demanda central de beneficiamento de pescado mediante o carregamento de pescado em caminhão frigorífico, realizado com o Ministério da Pesca e Aquicultura, e o outro foi o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) costeiro do setor atlântico do estado do Amapá, realizado com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (quadro 28).

Quadro 28 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2009).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
2007/61420	Concluído	Construção da Escola Estadual de Lourenço, com 08 salas de aula, no Município de Calçoene-AP.*	FUNDEB	2009	2011
2008/14978	Concluído	Construção do novo prédio da Escola Estadual Ivanildo Fontes da Silva, com 04 (quatro) salas de aula, Administração e Alojamento para professores, na localidade de Carnot, em Calçoene-AP.*	FUNDEB	2009	2013
2008/57807	Concluído	Construção da Escola Estadual do Calafate, com 04 (quatro) salas de aula, Administração e alojamento para professores na localidade de Calafate, no Município de Calçoene-AP*	FUNDEB	2009	2011
2009/19448	Concluído	Reforma geral e ampliação da Escola Estadual Silvio Elito de Lima Santos, no Município de Calçoene-AP.*	BNDES	2009	2012
723950	Prestação de Contas Aprovada	Atender a demanda da central de beneficiamento de pescado mediante carregamento de pescado em caminhão frigorífico dos municípios de oiapoque, Calçoene, tartarugalzinho, pracuuba e o Amapá, para serem beneficiados na central.agregar maior concentracao de renda ao pescador, gerar empregos a comunidade local e oferecer ao consumidor um produto de qualidade a precos competitivos.	Ministério da pesca e aquicultura	2009	2010
702847	Prestação de contas aprovada	Zoneamento ecologico-economico costeiro do setor atlantico do estado do Amapá zeec/apa area do projeto abrange a zona costeira e area adjacente do setor costeiro atlantico do estado do Amapá, dentro dos municipios de tartarugalzinho, pracuuba, Amapá, Calçoene e oiapoque, e ainda, 12 milhas nauticas, perfazendo um total aproximado de 21.000 km2. Encontra-se limitada pelos paralelos 0100'00 n e 0420'00 n e pelos merid	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	2009	2012

Fonte: Brasil (2016). *Informações obtidas na SEINF.

Em 2011, houve quatro convênios, desses, um concluído, *Complementares à obra de reforma da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no município de Calçoene-AP*, realizado pelo FUNDEB; um em andamento, a *construção de um Centro Multiuso em turismo no município de Calçoene-AP*, realizado com a Caixa

Econômica Federal; um anulado, a *Revitalização da praça nossa senhora da Conceição com implantação de equipamentos de ginástica em Calçoene*, firmado com o PCN, e o quarto convênio foi a *Compra de caminhão para transporte de produtos agrícolas do distrito de Cunani em Calçoene*, realizado com a CEF, e está com a prestação de contas em complementação (Quadro 29)

Quadro 29 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2011).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
2009/31998	Concluído	Complementares à obra de Reforma da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene-AP. *	FUNDEB	2011	2011
2011/60086	Em andamento	Construção de um Centro Multiuso em Turismo no Município de Calçoene-AP **	Caixa Econômica Federal - CEF	2011	2016
760016	Anulado	Revitalização da praça nossa senhora da Conceição com implantação de equipamentos de ginástica em Calçoene	Progama Calha Norte	2011	2013
768788	Prestação de contas em complementação	Compra de caminhão para transporte de produtos agrícolas do distrito de Cunani em Calçoene.	Caixa Econômica Federal/ma	2011	2015

Fonte: Brasil (2016). *Informações obtidas na SEINF. **Informações obtida na SEINF (foi rescindido).

No ano de 2012, totalizaram três o número de convênios firmados, a *Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no município de Calçoene*, realizado com o BNDES e está concluído, a *Construção de centro comunitário do distrito de Carnot em Calçoene*, realizado pelo PCN e está com a prestação de contas em análise, e a *ampliação da eficiência e da efetividade do sistema de segurança*, realizada com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que está com a prestação de contas enviada para análise (quadro 30).

Quadro 30 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2012).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
2012/30682	Concluído	Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Calçoene *	BNDES	2012	2013
769507	Prestação de contas em análise	Construção de centro comunitario do distrito de Carnot em Calçoene	Progama Calha Norte	2012	2015
773039	Prestação de contas enviada para análise	Ampliar a eficiência e a efetividade do sistema de segurança pública nas áreas de fronteiras do estado do Amapá (municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá e Laranjal do Jari) através das unidades de segurança pública (polícia militar, polícia civil e polícia técnica e científica), bem como da unidade especializada de fronteira e dos núcleos de inteligência de fronteira, através da estruturação, integração e modernização	Secretaria Nacional de Segurança Pública	2012	2015

Fonte: Brasil (2016). *Informações obtidas na SEINF.

Em 2013 houve dois convênios, um anulado, a *Construção de uma quadra poliesportiva, na comunidade do Lourenço, município de Calçoene-AP*, cuja fonte de recursos foi a Coordenação-geral do PCN. O outro convênio possui status em

execução e consiste na aquisição de um caminhão, um automóvel com tração 4x4 e equipamentos para a feira em Calçoene, financiado pela CEF- Programa Nacional de Agricultura Familiar/ma (quadro 31).

Quadro 31 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2013).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
784634	Anulado	Construção de uma quadra poliesportiva, na comunidade do Lourenço, município de Calçoene-AP.	Coordenação-geral do Programa Calha Norte	2013	2015
791656	Em execução	Aquisição de um (01) caminhão 34, um automóvel com tração 4x4 e equipamentos para a feira do município de Calçoene e oiapoque, visando facilitar o escoamento e a comercialização dos produtos agrícolas produzidos pelas mulheres produtoras do território rural do extremo norte.	CEF- Programa Nacional de Agricultura Familiar/ma	2013	2016

Fonte: Brasil (2016)

Em 2014, dos três convênios firmados, apenas um foi concluído *Conclusão do Prédio da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Calçoene-AP*, tendo o BNDES como fonte de recurso. A *Reforma, ampliação e adequação do Estádio do Município de Calçoene, localizada na Sede do Município-AP* foi um convênio, também, financiado pelo BNDES e está paralisada. Já a *Construção de prédio administrativo no município de Calçoene* é um convênio que está em execução, financiado pelo PCN (quadro 32).

Quadro 32 – Ações financiadas pela União e executadas pelo Estado em Calçoene (2014).

Nº Processo	Situação	Objeto do Convênio	Fonte de Recursos	Início	Fim
2013/28847	Paralisada	Reforma, Ampliação e Adequação do Estádio do Município de Calçoene, localizado na Sede do Município-AP *	BNDES	2014	2015
2013/77356	Concluído	Conclusão do Prédio da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Calçoene-AP*	BNDES	2014	2014
801658	Em execução	Construção de prédio administrativo no município de Calçoene.	Programa Calha Norte	2014	2016

Fonte: Brasil (2016). *Informações obtidas na SEINF.

3.1.3.5 Ações financiadas pelo Governo Federal e executadas pelo município de Calçoene (2001-2015).

De acordo com as informações disponíveis no portal da transparência, no período de 2001 a 2015, Calçoene foi contemplado com 52 convênios disponíveis para a obtenção de recursos, com o governo federal, entretanto nem todos obtiveram

êxito. Para o melhor entendimento, os convênios serão abordados por ano de vigência, no período de 2001 a 2015.

No ano de 2001, Calçoene teve dois convênios disponíveis, um pelo Ministério da Saúde (MS) através da Fundação Nacional de Saúde, que tinha como objeto a *Execução de melhorias sanitárias domiciliares*; e o outro, a *Construção de muro de arrimo* pelo MIN. O primeiro citado possui o status de inadimplência suspensa⁶³, já o segundo foi excluído⁶⁴ (quadro 33).

Quadro 33 – Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2001.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
466208	Excluído	Construção de muro de arrimo.	MI/SE/DGI/Ad minist. Geral	2001	2003
414373	Inadimplência Suspensa	Execução de melhorias sanitárias domiciliares.	Fundação Nacional de Saúde - DF	2001	2003

Fonte: Brasil (2016)

De 2002 a 2004 não houve nenhum convênio com início de vigência nesse período. Já no ano seguinte, Calçoene teve dois, ambos com status de concluído⁶⁵, um firmado com o MS, através da FUNASA, sendo o objeto deste o *Sistema de abastecimento de água*, e o outro firmado com o MDA, através da Superintendência Estadual do Amapá – INCRA/SR-21, cujo objeto é a *Execução de serviços para reparos e manutenção na unidade de beneficiamento de mandioca, montagem e instalação de uma empacotadeira de grãos no projeto de assentamento do Carnot* (quadro 34).

⁶³ **Inadimplência Suspensa:** o convênio é assim inscrito quando o conveniente requer, judicial ou administrativamente, a suspensão da inadimplência da transferência voluntária da qual é responsável. Trata-se de decisão de caráter liminar (Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/faleConosco/perguntas-tema-convencios.asp#3>>, acesso em: 08 fev. 2016).

⁶⁴ **Excluído:** *status* designado a um convênio quando for constatado que ocorreu erro no momento do cadastramento do mesmo. Não poderá ser efetivado caso tenha ocorrido liberação de recursos referentes a qualquer parcela existente. Após o registro desse tipo de execução os saldos serão zerados e o cadastro ficará inativo (Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/faleConosco/perguntas-tema-convencios.asp#3>>, acesso em: 08 fev. 2016).

⁶⁵ **Concluído:** indica que um convênio foi finalizado com o devido processo de prestação de contas (Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/faleConosco/perguntas-tema-convencios.asp#3>>, acesso em: 08 fev. 2016).

Quadro 34 – Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2005.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
554563	Concluído	Sistema de abastecimento de água.	Fundação Nacional de Saúde - DF	2005	2008
534733	Concluído	Convênio para execução de serviços para reparos e Manutenção na unidade de beneficiamento de mandioca, montagem e instalação de uma empacotadeira de grãos no projeto de assentamento Carnot.	Superintend. Estadual do Amapá - INCRA/SR-21	2005	2006

Fonte: Brasil (2016).

No ano de 2006, o número de convênios vigentes aumentou para nove, dos quais quatro foram concluídos: *Melhorias sanitárias domiciliares* e *Sistema de abastecimento de água*, pelo MS, através da FUNASA; *Realização de ações de cadastramento e atualização das bases de dados dos cidadãos dos municípios incluídas no cadastro Único (Bolsa Família)*, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da Secretaria nacional de renda e cidadania; e, por último, a *Construção do muro de arrimo* pelo MD através do Departamento do PCN (quadro 35).

Quadro 35 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2006.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
553703	Concluído	Objeto: Tem por objetivo a realização de ações de cadastramento e atualização das bases de dados dos cidadãos dos municípios incluídas no cadastro Único (Bolsa Família).	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania	2006	2006
576994	Concluído	Objeto: Custear a construção de muro de arrimo	Departamento do Programa Calha Norte	2006	2009
571485	Concluído	Melhorias Sanitárias Domiciliares	FUNASA-DF	2006	2010
571481	Concluído	Sistema de abastecimento de água	FUNASA-DF	2006	2009
571479	Adimplente	Sistema de abastecimento de água	FUNASA-DF	2006	2009
571478	Paralisado	Sistema de abastecimento de água	FUNASA-DF	2006	2009
571477	Paralisado	Sistema de Esgotamento Sanitário	FUNASA-DF	2006	2014
571476	Paralisado	Drenagem para controle da Malária	FUNASA-DF	2006	2013
560121	Adimplente	Este Convênio tem por objeto conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações com vistas a melhoria da qualidade do Ensino Ministrado nas Escolas do Campo destinando especial atenção as demandas específicas e as diferenças entre as populações que constituem o ambiente do campo	Fundo Nacional de Desenvol. da Educação	2006	2007

Fonte: Brasil (2016).

Em 2006, ainda, dois convênios estão com o status Adimplente⁶⁶, os quais foram, *Sistema de abastecimento de água*, realizados pelo MS através da FUNASA e apoio financeiro as escolas do campo, realizado pelo Ministério da Educação através

⁶⁶ **Adimplente:** cumprimento, em tempo hábil, das obrigações contratuais pelo contratante ou conveniente (Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/faleConosco/perguntas-tema-convenios.asp#3>>, acesso em: 08 fev. 2016).

do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os 3 convênios restantes (Sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e drenagem para o controle da malária), apesar de estarem com status diferente no portal da transparência, quando cruzadas com as informações com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública da FUNASA, foi nos informado que tais convênios estão paralisados.

No ano de 2007, Calçoene obteve cinco convênios, dos quais apenas dois foram concluídos: *Resíduos Sólidos* pelo Ministério da Saúde através da FUNASA e a *Aquisição de uma Patrulha Mecanizada composta por 2 tratores e 3 carretas*, pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, através da Caixa Econômica Federal/MA (quadro 36).

Quadro 36 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2007.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
629206	Concluído	Resíduos Sólidos	FUNASA - DF	2007	2012
612007	Excluído	Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	Caixa Econômica Federal/MA	2007	2013
611890	Concluído	Aquisição de uma patrulha mecanizada composta por 2 tratores e 3 carretas	Caixa Econômica Federal/MA	2007	2008
601941	Rescindido	Objeto: Construção de arena esportiva	Departamento do Programa Calha Norte	2007	2009
601921	Rescindido	Objeto: Pavimentação asfáltica em 03 Km nas ruas da sede do município.	Departamento do Programa Calha Norte	2007	2009

Fonte: Brasil (2016)

Dentre os demais convênios de 2007, dois foram rescindidos, *Construção de Arena Esportiva e a Pavimentação Asfáltica em 03 Km nas Ruas da Sede do Município*, ambos firmados com o MD através do Departamento do PCN. Um terceiro, *O Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário*, pelo Ministério da agricultura pecuária e abastecimento, através da Caixa econômica federal/MA, foi excluído⁶⁷.

⁶⁷ **Excluído:** status designado a um convênio quando for constatado que ocorreu erro no momento do cadastramento do mesmo. Não poderá ser efetivado caso tenha ocorrido liberação de recursos referentes a qualquer parcela existente. Após o registro desse tipo de execução os saldos serão zerados e o cadastro ficará inativo (BRASIL, 2016).

Em 2008, o número de convênios aumentou para seis. Entretanto, cinco foram rescindidos⁶⁸, quatro firmados com o MD através do Departamento do PCN, duas construções de muro de arrimo, a *Construção de Escola com 4 Salas de Aula* e a *Aquisição de 02 caminhões coletores compactadores de lixo*, e, por último, a *Construção de Centro de Convivência do Idoso*, pelo MDS, através do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). O único convênio que não foi rescindido teve como status adimplente, que é a *Construção do muro de arrimo*, pelo MD, através do Departamento do PCN (quadro 37).

Quadro 37 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2008.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
639601	Rescindido	Construção de Centro de Convivência do Idoso	Fundo Nacional de Assistência Social	2008	2012
628125	Rescindido	Construção de muro de arrimo em concreto armado com cinco módulos.	Departamento do Programa Calha Norte	2008	2010
628046	Rescindido	Construção de escola com 04 salas de aula.	Departamento do Programa Calha Norte	2008	2010
628045	Adimplente	Objeto: Construção de muro de arrimo.	Departamento do Programa Calha Norte	2008	2009
627854	Rescindido	Objeto: Construção de muro de arrimo.	Departamento do Programa Calha Norte	2008	2010
627850	Rescindido	Objeto: Aquisição de 02 caminhões coletores compactadores de lixo.	Departamento do Programa Calha Norte	2008	2010

Fonte: Brasil (2016).

O ano de 2009 foi recorde de convênio assinados para Calçoene, com o total de 10. Calçoene obteve quatro convênios com prestação de contas aprovadas, duas construções de creches, *Construção de arena de esportes e lazer de Calçoene* e a *Urbanização e pavimentação da central de abastecimento - Mercado municipal de Calçoene*, todos realizados pelo MD, através do departamento de Administração Interna. Houve, ainda, convênios com o referido concedente que estão com a prestação de contas sob análise, a *Construção da Central Abastecimento - Mercado Municipal*, e com a prestação de contas aprovadas com ressalva, a *Construção do Terminal Rodoviário de Calçoene* (quadro 38).

⁶⁸ **Rescindido:** o convênio é assim inscrito em virtude do inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações: a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; b) aplicação dos recursos no mercado financeiro; e c) falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos (BRASIL, 2016).

Quadro 38 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2009.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
656858	Adimplente	Aquisição de veículo automotor, zero quilometro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no âmbito do programa caminho da escola.	Fundo nacional de desenvolvimento da educação	2009	2010
731114	Prestação de Contas enviada para Análise	Construção da Quadra Poliesportiva de Calçoene.	Cef/ministério do esporte	2009	2013
729612	Anulado	Abertura de estradas vicinais	Cef-programa nac. De agricultura familiar/MA	2009	2013
722442	Anulado	Construção de Conjunto Habitacional no Município de Calçoene.	Caixa Econômica Federal - programas sociais	2009	2013
717295	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas	O Objetivo do presente convenio e a construção do TERMINAL RODOVIARIO DE CALCOENE a fim de oferecer infraestrutura básica para os usuários dos transportes rodoviários além de facilitar a operacionalização do mesmo, trazendo conforto, comodidade e segurança na utilização do mesmo.	Departamento de Administração interna - MD	2009	2012
717294	Prestação de Contas enviada para Análise	Construção da Central Abastecimento - Mercado Municipal de Calçoene.	Departamento de Administração Interna - MD	2009	2011
716456	Prestação de Contas Aprovada	Urbanização E Pavimentação Da Central De Abastecimento - Mercado Municipal De Calçoene.	Departamento de Administração Interna - MD	2009	2011
716455	Prestação de Contas Aprovada	Construção de Arena de Esporte e Lazer de Calçoene.	Departamento de Administração Interna - MD	2009	2011
716088	Prestação de Contas Aprovada	Construção de Creche Municipal de Calçoene	Departamento de Administração Interna - MD	2009	2011
716072	Prestação de Contas Aprovada	Construção de uma Creche a fim de dar apoio educacional além de suporte ao aumento de renda familiar com a geração de emprego de outros setores.	Departamento de Administração Interna - MD	2009	2011

Fonte: Brasil (2016).

Segundo informações obtidas na representação da prefeitura municipal de Calçoene em Macapá-AP, em 2015 e 2016, devido a questões administrativas, nos convênios da Construção do Terminal Rodoviário de Calçoene (Convênio nº 717295) e a Construção de uma creche (Convênio nº 716072) apenas 50% dos recursos foram disponibilizados, o que gerou a necessidade da celebração de outro convênio, no caso da conclusão do terminal rodoviário (Convênio nº 771404). Já em relação a creche, a situação foi resolvida num único convênio.

Foi informado também que no convênio Mercado Municipal de Calçoene (Convênio nº 717294), houve uma alteração⁶⁹ na execução do objeto para adequar o valor à obra. Entretanto, como estava previsto outra realidade na planilha orçamentária apresentada e aprovada, a PMC paga um parcelamento financeiro⁷⁰ à União (MD – PCN) desde dezembro de 2014, que irá se encerrar em dezembro de 2016.

Ainda em 2009, um convênio teve status de adimplente, *Aquisição de Transporte Escolar*, firmado com o MEC, através do FNDE, outro com a prestação de contas sob análise, *Construção da Quadra Poliesportiva De Calçoene*, pelo Ministério do Esporte através da CEF/Ministério do Esporte, e dois convênios foram anulados, *Abertura das Estradas Vicinais*, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do CEF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, e o último, a *Construção do Conjunto Habitacional*, pelo Ministério das Cidades através da CEF – programas sociais.

Em 2010, houve sete convênios firmados, dos quais um obteve o status adimplente, *Aquisição De Mobiliário Para Escolas De Educação Básica*, realizado pelo MEC através do FNDE. Quatro foram anulados, *Aquisição De Caminhão* pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da CEF/MA, aquisição de caminhão e implementos agrícolas, a aquisição de micro-ônibus, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da CEF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, e também a *Construção do Centro Comunitário de Lourenço*, pelo MD, através do Departamento de Administração Interna (MD). Por último, o *Apoio A Gestão Social do Território Extremo Norte Do Amapá*, firmado com o MDA, através da CEF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, está aguardando a prestação de contas (quadro 39).

⁶⁹ O projeto foi concebido e orçado com 1,75m a mais de altura de pé-direito, entretanto foi executado mais baixo.

⁷⁰ Valor total é de R\$ 109.141,69, dividido em parcelas que são reajustadas mensalmente de acordo com a inflação.

Quadro 39 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2010.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
665037	Adimplente	O objeto deste convenio e a aquisição de mobiliário para equipar escolas de educação básica, em atendimento ao plano de ações articuladas -par, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, instituído pelo decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.	Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação	2010	2012
741146	Anulado	Aquisição de caminhão	Caixa Econômica Federal/MA	2010	2012
733242	Aguardando prestação de contas	Apoio a gestão social do território extremo norte do Amapá.	CEF-Programa Nac. De Agricultura Familiar/MA	2010	2014
732356	Anulado	Aquisição caminhão e implementos agrícolas para fornecer mecanismos de apoio a comercialização, garantindo o escoamento da produção.	CEF-Programa Nac. De Agricultura Familiar/MA	2010	2012
732355	Anulado	Aquisição de micro-ônibus para apoio ao transporte de agricultores familiares	CEF-Programa Nac. De Agricultura Familiar/MA	2010	2012
751812	Em execução	Elaboração de plano municipal de saneamento básico	MS-Fundação Nacional de Saúde/DF	2010	2016
740399	Cancelado	Construção do Centro Comunitário do Lourenço	Departamento de Administração Interna - MD	2010	2012

Fonte: Brasil (2016).

Segundo informações obtidas na Representação da Prefeitura Municipal de Calçoene em Macapá-AP, o convênio de Apoio a gestão social do território extremo norte do Amapá (Convênio nº 733242), apesar de ter sido celebrado, não foi executado, devido a não ter tido participação de nenhum interessado na licitação (licitação deserta), o que implicou a devolução dos recursos.

Em 2011, apenas dois convênios foram firmados, dentre eles, um está com a prestação de contas sob análise, a *Aquisição de três caminhões para o Município de Calçoene*, pelo MIN através da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional, e o último está adimplente, *Sistema de Esgotamento Sanitário - Msd*, financiado pelo MS, através da FUNASA-DF (quadro 40).

Quadro 40 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2011.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
744404	Prestação de Contas enviada para Análise	Aquisição de três caminhões para o Município de Calçoene	SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional	2011	2012
669835	Adimplente	Sistema de Esgotamento Sanitário - Msd.	Fundação Nacional De Saúde - DF	2011	2015

Fonte: Brasil (2016)

Em 2012 houve quatro convênios, um possui a prestação de contas em análise, a Conclusão do Terminal Rodoviário de Calçoene/AP, realizado com PCN, os outros três foram realizados com o MS e foram concluídos, a Construção da unidade básica de saúde (UBS) Gilmar Mendes e a ampliação do posto municipal de saúde do Lourenço e da UBS José Rimar Cavalcante (quadro 41).

Quadro 41 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2012.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
771404	Prestação de Contas em Análise	Conclusão Do Terminal Rodoviário De Calçoene/AP.	Coordenação Geral Do Programa Calha Norte	2012	2014
59904 37000 112000	Concluído	Construção da Unidade Básica de Saúde Gilmar Ramos Vieira	Ministério da Saúde	2012	2015
1600205213118/9 854	Concluído	Ampliação do Posto Municipal de Saúde do Lourenço	Ministério da Saúde	2012	2013
1600205213053/8 685	Concluído	Ampliação da Unidade Básica de Saúde Dr. José Ribamar Cavalcante	Ministério da Saúde	2012	2013

Fonte: Brasil (2016)

Em 2013 o convênio da *Construção de uma Escola Pública de Ensino Pré-escolar*, realizado com o PCN foi anulado. Houve ainda mais dois convênios, a *Reforma no Posto Municipal de Saúde do Cunani* e a *Reforma no Posto Municipal de Cocal*, ambos realizados com o Ministério da Saúde e estão em andamento (Quadro 42).

Quadro 42 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2013.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
11694 812000 113000	Em andamento	Reforma no Posto Municipal de Saúde do Cunani	Ministério da Saúde	2013	-
11694 812000 113000	Em andamento	Reforma no Posto Municipal de Saúde do Cocal	Ministério da Saúde	2013	-
787526	Anulado	Construção de Escola Pública de Ensino Pré-escolar.	Coordenação Geral Do Programa Calha Norte	2013	2015

Fonte: Brasil (2016)

Em 2014 foram dois os convênios: *Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas para prevenção e controle de doenças e agravos no município de Calçoene - Amapá*, em execução, e a *Implantação do sistema de abastecimento de água no município em Calçoene/AP*, adimplente, ambos realizados pelo MS, através da FUNASA/DF (quadro 43).

Quadro 43 - Demonstrativo de Convênios Federais para Calçoene com início de vigência em 2014.

Nº Convênio	Situação	Objeto	Concedente	Ano de início	Ano de Fim
815917	Em Execução	Drenagem e Manejo de águas pluviais urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos no Município de Calçoene - Amapá.	MS-Fundação Nacional de Saúde/DF	2014	2016
679474	Adimplente	Implantação sistema de abastecimento de água no Município de Calçoene/AP.	Fundação Nacional De Saúde - DF	2014	2016

Fonte: Brasil (2016)

De 2013 a 2015, segundo a representação da PMC em Macapá-AP, a razão de poucos convênios celebrados se deu por motivo de inadimplência do Município junto ao Serviço Auxiliar de informações para Transferências voluntárias – CAUC⁷¹ (transferências que vêm através de emendas parlamentares, contratos de repasse e termos de compromisso). A Situação atual do município junto ao CAUC (15.03.2016) está inadimplente pela falta de entrega dos relatórios ao tribunal contas RGF (publicação do relatório de Gestão Fiscal) e RREO (publicação do relatório resumido de execução orçamentária)⁷². Isso inviabiliza qualquer tipo de celebração voluntária de convênio.

⁷¹ Saúde, Educação e Assistência social são transferências diretas de recursos que não precisam passar pela consulta ao CAUC.

⁷² Segundo a PMC, o sistema é atrasado com relação à entrega e período de vigência, pois, apesar de estarem dentro do prazo para a documentação, o sistema já conta como inadimplente aguardando a entrega dos relatórios.

Em síntese, é possível notar que do total de 138 ações governamentais no município de Calçoene, no período de 2001 a 2015, a cidade sede, quando comparada com outras localidades, foi o alvo principal, pois recebeu 69 ações, o que representa 50%. As que beneficiaram o município como um todo (33 ações) representam 23,91%, e as restantes ações (36) não foram na cidade sede e representam 26,09% do total.

Nas 19 ações da PMC executadas com recurso próprio, de 2009 a 2015, é possível perceber que todas foram direcionadas para atender o distrito do Goiabal, direta ou indiretamente, especialmente para o evento Goiabal Verão. Vale salientar que estas ações financiadas pela PMC são de menor envergadura financeira, se comparadas com as ações resultantes dos convênios federais e estaduais pois representaram o investimento de R\$ 50.616,77 no município⁷³.

Nas ações da PMC em parceria com o Estado, é possível perceber que todos os convênios realizados (27) se encontram em condição favorável para o município, e que os últimos três convênios (um em 2011 e dois em 2012) têm como objetivo financiar a contrapartida do município para a celebração de convênios federais. Tais ações representaram o valor de R\$ 5.264.652,52 (AMAPÁ, 2016b)

As ações financiadas e executadas pelo Estado em número de 16, apenas duas se encontram em situação desfavorável, uma rescindida em 2009 e outra em 2015; e uma na condição intermédia, paralisada em 2013. O valor das ações favoráveis foi no total de R\$ 6.534.837,66 (AMAPÁ, 2016a; 2016c). Das 12 ações em situação favorável, 1/3 foi no ano de 2002, fazendo deste ano um marco no aproveitamento

No que tange aos convênios federais, é notória a dificuldade que há na conclusão destes, seja com o município ou com o Estado, pois nessa relação o nível de exigência documental, bem como a própria relação entre essas esferas é bem mais rigorosa, o que exige maior capacidade técnica e articulação entre vários entes do poder público, desde a celebração dos convênios até à sua conclusão.

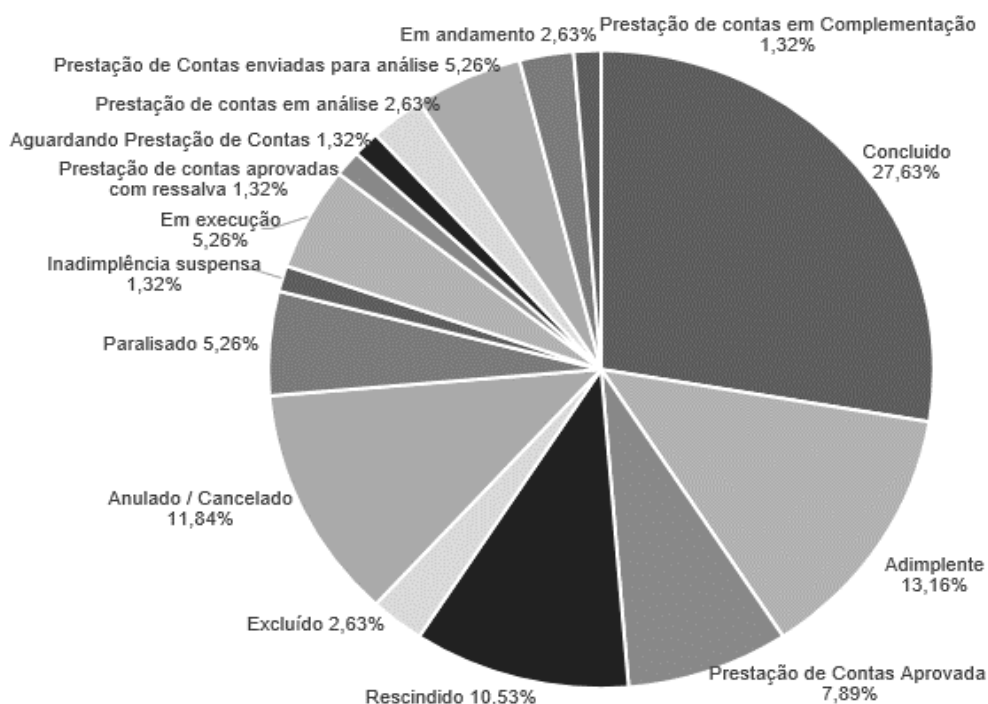
Outro ponto relevante é que a União, quando comparada com Estado e Município, é a esfera governamental que possui maior capacidade financeira para subsidiar projetos e é bastante atuante no Município, pois no total foram 76 convênios

⁷³ Este valor concerne à soma de todas as notas fiscais levantadas na Representação da PMC em Macapá referente aos anos de 2010-2014.

disponíveis para serem financiados pela União, 43 ações financiadas pelo Estado, e 19 pelo município. Entretanto, como já exposto, nem todos os convênios foram satisfatoriamente concluídos.

Em síntese, como se pode observar no gráfico 05, dentre os 76 convênios firmados com a união⁷⁴, que beneficiam Calçoene, 48,68% encontram-se em situação favorável, uma vez que 27,63% foram concluídos, 13,16% estão adequadas administrativamente e 7,89% tem sua prestação de contas aprovadas. Por outro lado, 26,5% dizem respeito a uma situação desfavorável, que inclui os convênios rescindidos (10,53%), os anulados / cancelados (11,84%) e os excluídos (2,63%). Os restantes 26,32% assinalam uma condição intermédia, já que se referem à situação de prestação de contas e aos convênios ainda em execução ou que podem ser retomados.

Gráfico 05 – Status dos Convênios Federais para Calçoene.



Fonte: Brasil, 2016.

Neste contexto, considerando os 48,68% que indicam uma situação favorável, e os 26,32% da condição intermédia (que pode tornar-se favorável), pode-se inferir

⁷⁴ Total dos convênios firmados entre União e o Estado do Amapá e entre União e o Município de Calçoene.

que, no que diz respeito às ações governamentais levadas a cabo pela União, através de convênios, a situação de Calçoene demonstra que no período em análise, pode alcançar cerca de 3/4 de êxito. Isso representa em valores R\$13.598.658,84 de investimentos aproveitados para o município (BRASIL, 2016).

No entanto, 1/4 já foi perdido, o que, no contexto de um município pequeno, como é Calçoene, denota uma considerável displicência. O fato de em 76 convênios 19 não terem tido aproveitamento (situação desfavorável), no intervalo de 15 anos, mostra a grande dificuldade que o município tem enfrentado ao longo deste período, informação que é corroborada por Tostes (2011).

3.2 Ações previstas pela Prefeitura Municipal de Calçoene (PMC) relatadas no PEMC.

A prefeitura municipal de Calçoene, à época em que foi elaborado o PEMC, tinha previstas algumas ações para serem realizadas (TOSTES, 2002). O quadro 44 mostra estas ações e seu status.

Quadro 44 – Status das Ações previstas pela PMC relatadas no PEMC

Tipologia de Ação		Efetuada	Não efetuada	Parcial
Natureza Urbanística	Pavimentação da sede do município	X		X
	Investimento em saneamento básico	X		X
	Iluminação pública.	X		X
	Colocação de lixeiras públicas	X		
	Abertura da alameda bacabeiras	X		
Natureza Arquitetônica	Construção do Estaleiro Naval	X		
	Criação da Escola Municipal Nelma Suely	X		
	Adaptação de Escolas Municipais (Sementinha e Pedacinho de Chão)	X		
	Criação e implementação da biblioteca ambiental		X	
	Construção das arquibancadas e cabine de rádio local	X		
Outros	Reativação da olaria.		X	
	Projetos de títulos definitivos para as empresas do polo pesqueiro	X		

Fonte: Tostes (2002). Adaptado pelo autor.

Para melhor entendimento das ações previstas, e porque é o mesmo tratamento que é dado a todas as ações, em itens subsequentes, estas foram

agrupadas em ações de natureza urbanística, arquitetônica e outros, para aqueles que não se enquadram nos dois primeiros.

Dentre as ações previstas pela PMC, relatadas no PEMC e que possuem natureza urbanística cinco foram as ações: *Pavimentação da sede do Município*⁷⁵, *Investimento em saneamento básico*, *Iluminação Pública*, *Colocação das lixeiras públicas* e a *Abertura da alameda Bacabeiras*. As três primeiras foram efetuadas parcialmente, as duas últimas foram concluídas, entretanto as lixeiras públicas não existem mais.

Já as de Natureza arquitetônica, *A construção do Estaleiro Naval* (convênio Estado e PMC 032/01 de 2001), *Criação da Escola Municipal Nelma Suely* (convênio Estado e PMC 030/01 de 2001), *adaptação das Escolas Municipais - Sementinha e Pedacinho de Chão* (houve adaptações antes de 2009 com recurso municipal) e a *Construção das arquibancadas e cabine de rádio local* (convênio Estado e PMC 028/05 de 2005) foram concluídas. Vale ressaltar que, apesar da *Criação e Implementação da biblioteca ambiental* não ter sido efetuada, houve dois convênios entre Estado e PMC (008/02 de 2002 e 003/009 de 2009) um para a construção e outro para a conclusão da construção da biblioteca pública do Município de Calçoene, que só foi entregue em junho de 2012 (Foto 01 e 02).

Foto 01 – Perspectiva da Biblioteca Pública do Município de Calçoene



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

⁷⁵ Como a pavimentação da sede do município também consta nas propostas do PEMC (na Urbanização de vias) ela será abordada mais detalhadamente no ítem 3.3.1.

Foto 02 – Placa de Entrega da Biblioteca Pública do Município de Calçoene



Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Ainda houve duas ações relatadas que não são de natureza urbanística nem arquitetônica, a *Reativação da Olaria* e *Projetos de títulos definitivos para as empresas do polo pesqueiro*. Somente a segunda foi efetuada. Entretanto, segundo informações da PMC, devido ao não cumprimento do proposto, para a aquisição dos títulos, a mesma, por determinação do Ministério Público Estadual (MPE), terá de reaver tais títulos.

3.3 A Relação do PEMC com as ações Governamentais na cidade de Calçoene.

Como já mencionado, o PEMC (TOSTES, 2002) teve duas naturezas distintas de propostas, urbanística e arquitetônica. Tais propostas foram concebidas para o município como um todo, entretanto com ênfase no núcleo urbano. Baseando-se nisso, abordaremos somente os projetos propostos para a cidade sede, relacionando-os com as ações governamentais e o seu reflexo na cidade de Calçoene.

A representação gráfica das ações de natureza urbanística e arquitetônica do PEMC é efetuada a partir da imagem aerofotogramétrica, disponibilizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) (figura 06).

Figura 06. Imagem aerofotogramétrica da Cidade sede de Calçoene



Fonte: Secretaria (2015 b).

3.3.1 Projetos de Natureza Urbanística sugeridas no PEMC e as ações governamentais na cidade de Calçoene.

De acordo com o PEMC (TOSTES, 2002) são de natureza urbanística os seguintes projetos:

Projeto de Urbanização das vias públicas.

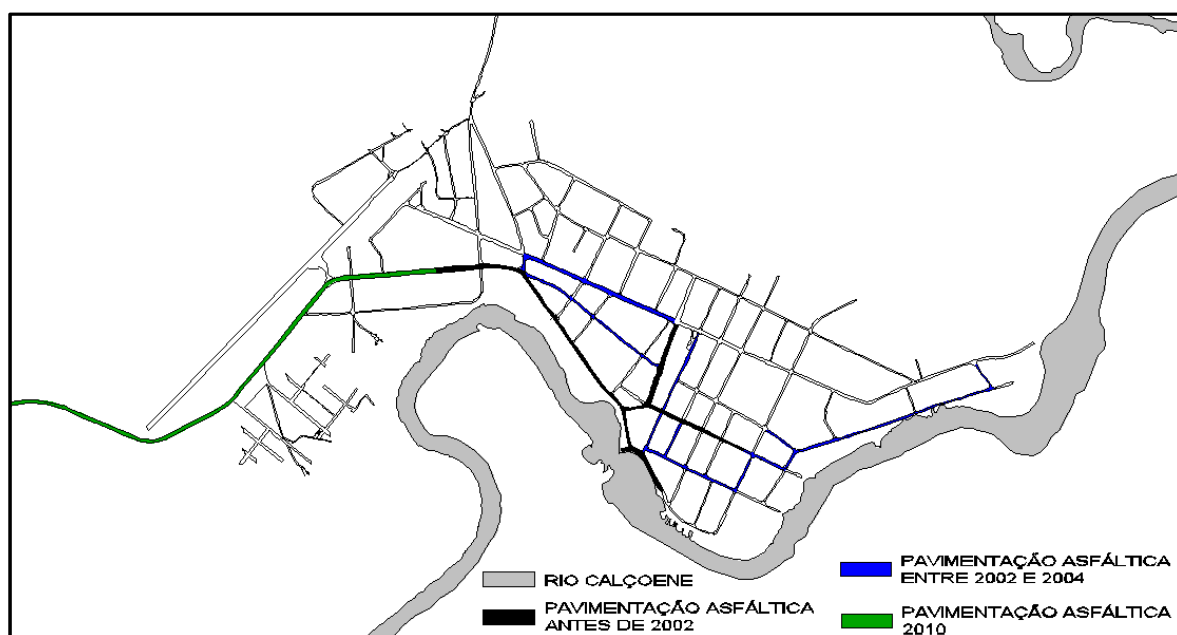
A pavimentação asfáltica existente em Calçoene foi realizada no período de 2000 a 2004, exceto o trecho que liga a BR 156 à cidade (cerca de 1,7 km), sendo este pavimentado em 2010, ano que houve melhorias tanto no acesso à cidade, como na avenida Manoel Sarmiento (principal) com recapeamento e melhora nas condições dos canteiros centrais. Entretanto, tais melhorias não se estenderam por toda a avenida, limitando-se até a Escola Estadual Silvio Elito (aferido no local).

De acordo com o PEMC, a qualidade da pavimentação era irregular sem base adequada, não havia nenhum tipo de sinalização horizontal nas vias, deterioração com elevado número de buracos e depressões e não havia drenagem pluvial. Em 2007 e 2014, os convênios federais de pavimentação asfáltica em 3km e o de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas mostram uma intencionalidade de seguir as recomendações do plano, embora de forma tardia. Vale lembrar que o primeiro foi cancelado, devido ao Programa que foi submetido, *Calha Norte*, não financiar tal tipo de pavimentação e o segundo está em execução.

De forma geral, as ruas pavimentadas, quase em sua totalidade atualmente, não apresentam meio fio e calçada, a sinalização horizontal e vertical é quase inexistente. O melhor trecho é o que foi recapeado em 2010. Desde então, a cidade não recebeu nenhum tipo de pavimentação. A visita *in loco* permitiu verificar que a condição de tráfego dentro da cidade é muito precária, pois as vias pavimentadas estão desgastadas e a presença de buracos é constante, tanto nas que têm asfalto quanto nas que não têm, situação não muito diferente da relatada no PEMC.

Através da figura 07, é possível perceber que a pavimentação asfáltica se concentrou nas avenidas principais da cidade, próximas ao rio Calçoene, e, de forma estimada, em menos de 50% do traçado urbano da cidade.

Figura 07 – Representação gráfica atual da pavimentação asfáltica da cidade de Calçoene



Fonte: Secretaria (2015 b). Adaptado pelo autor.

Como foi possível constatar, do que foi previsto para a urbanização das vias públicas, como dimensões de vias com canteiros, calçadas e meio fio, arborização e paisagismo, drenagem pluvial e canaletas e a indicação de placas de sinalização, o pouco que foi atendido deixa muito a desejar, e, devido à falta de manutenção, se apresenta de forma insatisfatória.

Vale ressaltar que a pavimentação asfáltica não foi a melhor solução adotada para Calçoene, pois cidades pequenas, com dificuldades de arrecadação e sem tráfego intenso de carros, poderiam adotar outras medidas para melhorar a trafegabilidade da área urbana de maneira menos onerosa na execução e manutenção. Como exemplo, aponta-se a utilização de blocos intertravados de concreto, vulgarmente conhecidos como “bloquetes”, mais viáveis em cidades pequenas, tanto para a pavimentação das vias quanto para a sua manutenção.

Projeto de urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico de Entrada.

O acesso à cidade de Calçoene, atualmente, está em boas condições de tráfego, pois a via não possui buracos e apresenta acostamento. Entretanto, a sinalização horizontal já está desgastada, a vertical é quase inexistente e a iluminação pública é precária. Quanto ao pórtico de entrada, a cidade continua desprovida.

Projeto de urbanização da frente da cidade – às margens do Rio Calçoene.

A cidade de Calçoene está às margens do Rio Calçoene. A leitura do PEMC sugere que o projeto de urbanização da frente da cidade perpassa por diversos elementos: a construção de muros de arrimos, pavimentação, calçadas, sinalização vertical e horizontal, arborização, acessibilidade, ciclovia entre outras.

Nesse sentido, é possível elencar somente cinco convênios dentro da perspectiva da proposta de projeto. Todos tiveram como objeto a construção do muro de arrimo, um concluído (2006), dois rescindidos (2008), um adimplente (2008) e um excluído (2001). Tal situação demonstra o descaso em relação à área nobre da cidade.

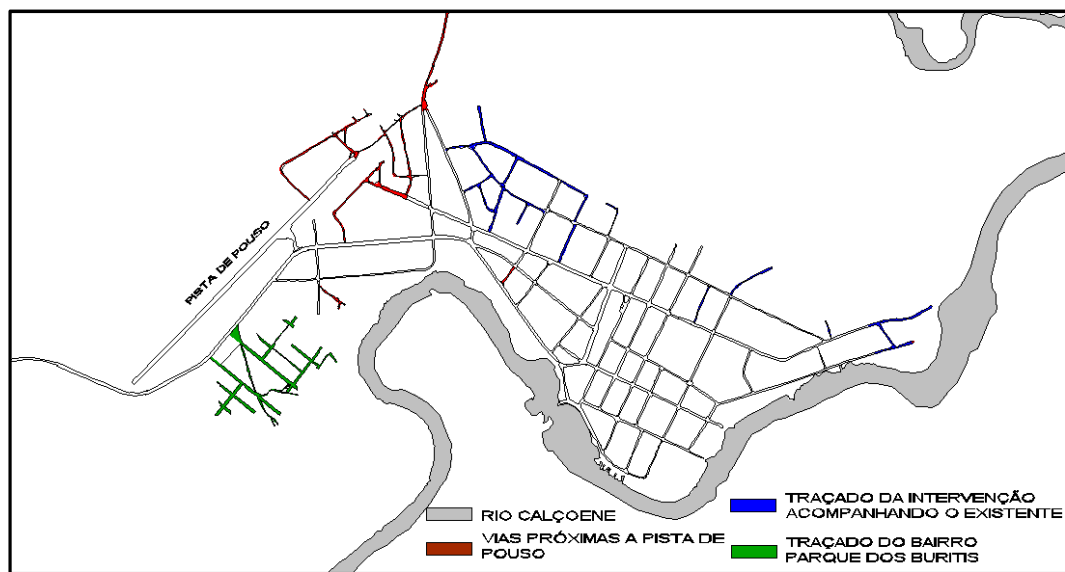
Projeto Urbanístico para novos loteamentos

As áreas previstas como *Sujeitas a Intervenção* no PEMC (TOSTES, 2002, p. 64) sofreram intervenção para abertura de novas ruas e ou vias de acesso para lotes

urbanos. Na figura 08, pode-se observar que, próximo à pista de pouso, as vias se constituíram como caminhos que estão ligados a residências (em vermelho). Na parte hachurada, na cor azul, houve abertura de ruas acompanhando o traçado existente. O traçado urbano, representado na cor verde, diz respeito ao Bairro “Parque dos Buritis” criado pelo projeto de Lei nº 018/2013 de 04 de dezembro de 2013, e até à visita *in loco*, apresentava-se com aberturas no terreno, com projeção das ruas, do que de fato um bairro consolidado (figura 09).

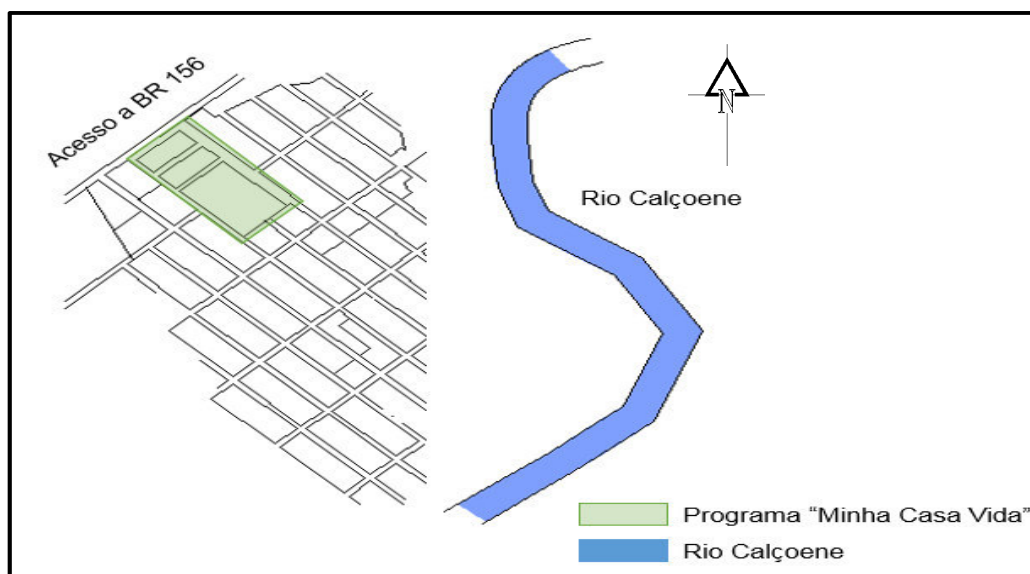
O bairro, no final de 2015, foi contemplado com uma pequena praça, a Pracinha da Amizade. Ele é limitado ao norte pela avenida Roberto Paulo de Jesus e parte da cidade já consolidada, ao sul, o rio Calçoene, sr. Geraldo e Júlio, a Leste, rio Calçoene, e a Oeste, BR 156.

Figura 08 – Traçado urbano atual de Calçoene



Fonte: Secretaria (2015 b). Adaptado pelo autor.

Figura 09 – Traçado urbano Bairro “Parque dos Buritis” no projeto



Fonte: Calçoene (2015). Adaptado pelo autor.

Projetos de urbanização para a praça pública da cidade

A praça de N^a. S^a. da Conceição na cidade de Calçoene foi alvo de intervenção do governo, sete anos após o PEMC, que realizou a obra de reforma. Em 2011, iria ser revitalizada e receber equipamentos de ginástica, entretanto, tal intenção não foi concretizada, pois o convênio foi anulado.

Em 2014, houve a revitalização da Praça Cívica que incluiu novos aparelhos, como a quadra poliesportiva, a relocação do playground para espaço próprio, ao lado da quadra, e acréscimo de dois brinquedos grandes em forma de casa/labirinto de madeira (casa de Tarzan e Casa com Escorregador) e implantação de academia ao ar livre.

A obra é resultado de um acordo judicial e um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da Promotoria de Justiça de Calçoene, em parceria com o Juizado da Comarca de Calçoene para a recuperação do espaço público pela empresa CR Almeida S/A – Engenharia e Construções⁷⁶, com apoio do município e da Igreja Católica. Assessoria (2014).

⁷⁶ Empresa causadora do dano ambiental que assumiu o compromisso de recuperar integralmente a área degradada e a Praça Cívica da sede municipal.

Em resumo, do total de 28⁷⁷ ações governamentais e convênios para a cidade de Calçoene de natureza urbanística, 10 (35.71%) estão coerentes com os projetos sugeridos pelo PEMC. No entanto, 50% destes últimos se encontram em situação desfavorável, isto é, dois foram excluídos, dois rescindidos e um anulado.

3.3.2 Projetos de Natureza Arquitetônica e as ações governamentais na cidade de Calçoene.

De acordo com o PEMC (TOSTES, 2002) são de natureza arquitetônica os seguintes projetos:

Readequação da unidade hospitalar.

A unidade hospitalar referida no PEMC é a Unidade Mista de Saúde (UMS), localizada na sede do município, atende média e alta complexidade, bem como os serviços de emergência, e é de responsabilidade do Estado. Ela recebeu uma ampliação (2014) para o funcionamento dos serviços do SAMU, entretanto, apesar de concluído, a população ainda não desfruta desse atendimento.

A cidade sede através do Governo Federal por Emenda Parlamentar, no ano de 2012, conseguiu recursos para a ampliação da UBS José Ribamar, que foi finalizada em 2013, e para a construção da Unidade Básica de Saúde Gilmar Ramos Vieira, que foi finalizada em 2015.

A sede da prefeitura de Calçoene.

Embora o PEMC tenha sugerido a construção de uma sede, foi realizado uma reforma no prédio da PMC em 2006, pelo Governo do Estado do Amapá.

⁷⁷ 26 frutos de convênios e ações do estado, 1 TAC e 1 criação do parque buritis com a pracinha realizadas pela PMC.

Urbanização e construção dos equipamentos urbanos da praça da cidade⁷⁸.

Como já mencionado, a urbanização e a construção dos equipamentos da praça foram atendidas através do acordo judicial com o TAC firmado MP-AP.

Construção e adequação do campo de futebol.

No ano de 2001, a construção do campo de futebol da sede do município de Calçoene, foi realizada pela ação governamental do Estado do Amapá. No entanto, segundo o PEMC (TOSTES, 2002) os três campos de futebol existente em Calçoene não apresentavam condições satisfatórias para o lazer, pois eram tipo área de várzea sem nenhum tratamento existente.

Ao comparar as plantas do PEMC e a aerocarta, percebe-se que o campo de futebol Pirirão não existe mais, embora tenha sido construído um novo, Estádio Municipal, as obras não foram concluídas. No âmbito do esporte, existiram convênios firmados entre União e o município, ambos referentes à construção de Arena de Esporte e Lazer. Entretanto, somente o de 2009 foi realizado e está com prestação de contas aprovadas. O de 2007 foi rescindido.

Construção de uma nova praça pública para a cidade.

A cidade de Calçoene, até a pesquisa de Campo, contava apenas com uma única praça. No final de 2015, foi inaugurado uma nova praça localizada no bairro parque dos buritis, a Pracinha da Amizade. (Foto 03 e 04)

⁷⁸ Apesar de ser de natureza urbanística, o PEMC considerou essa intervenção como de natureza arquitetônica.

Foto 03 – Pracinha da Amizade



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Foto 04 – Pracinha da Amizade e a rodovia



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Construção de unidades habitacionais

A construção do Conjunto Habitacional no Município de Calçoene foi objeto de convênio, em 2009, pelo Ministério das Cidades, através da CEF. A localização da obra seria na cidade de Calçoene, na área de expansão prevista no PEMC, entretanto

o convênio foi anulado. Em visita *in loco*, é possível observar a obra abandonada (Foto 05 e 06)

Foto 05 – Local de implantação do projeto *Minha Casa Minha Vida*.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Foto 06 – Local de implantação do projeto *Minha Casa Minha Vida* abandonado.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Construção de um centro de convivência (turismo)

O governo do Estado do Amapá, em parceria com o Ministério do Turismo, (governo federal) através da CEF, realizou um convênio cujo objeto era a *Construção de Um Centro Multiuso em Turismo no Município de Calçoene – AP*. A obra foi iniciada em 06/12/2011 e seu término foi previsto para 27/08/2013. Entretanto, tal obra não foi entregue e apesar de estar com status *Em andamento*, de acordo com informações obtidas na SEINF, o convênio em questão foi rescindido. (Foto 07).

Foto 07 – Centro Multiuso em Turismo no Município de Calçoene – AP.



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Construção de um mercado e de uma feira comunitária.

O Mercado Central de Calçoene, localizado na sede, foi alvo de dois convênios federais com o município. O primeiro consistiu na *construção da Central de Abastecimento – Mercado Municipal de Calçoene* (2009) e possui o status de *prestação de contas enviada para análise*. O segundo consistiu na urbanização e pavimentação, no mesmo ano, e está com a prestação de contas aprovada. O Mercado municipal foi concluído em fevereiro de 2014 (Foto 08, 09 e 10). Em pleno funcionamento, possuía, *até a visita in loco*, espaços disponíveis para comerciantes. A feira comunitária não foi construída.

Foto 08 – Perspectiva externa do Mercado Central



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Foto 09 – Ala esquerda interna



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Foto 10 – Ala direita interna



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Terminal fluvial (para as embarcações com posto de serviço de cobrança).

Não foi construído e nem alvo de convênios realizados com o governo federal.

Construção de uma unidade para idosos.

Houve um convênio, em 2008, que tinha como objeto a *Construção do Centro de Convivência do Idoso*, realizado pelo MDS, através do FNAS com o Município de Calçoene, entretanto foi rescindido.

Unidade para o Corpo de Bombeiros.

Não foi construído nem alvo de convênios realizados com o governo federal.

Em síntese, obteve-se o quadro 45, que mostra o *status* das propostas sugeridas no PEMC para a sede municipal

Quadro 45 – Status das propostas do PEMC

Propostas do Plano Emergencial para o Município de Calçoene (TOSTES, 2002) que se referem a sede municipal		Efetuada	Não efetuada	Parcial	
Projetos de Natureza Urbanística	1) Projeto de Urbanização das vias públicas	Dimensões de vias com canteiros	X		X
		Calçadas e meio fio	X		X
		Arborização e paisagismo	X		X
		Drenagem pluvial e canaletas	X		
		Indicação de placas de sinalização		X	
	2) Projeto de urbanização de acesso à cidade com definição de Pórtico de entrada.	X		X	
	3) Projeto de Urbanização da frente da cidade – às margens do Rio Calçoene.	X		X	
	4) Projeto de urbanização das áreas turísticas (Balneários)*	X			
Projetos de Natureza Arquitetônica	5) Projeto urbanístico para novos loteamentos	X			
	6) Projetos de Urbanização da Praça pública da cidade	X			
	1) Readequação da unidade hospitalar;	X			
	2) A sede da prefeitura de Calçoene;		X		
	3) Urbanização e construção dos equipamentos urbanos da praça da cidade;	X			
	4) Construção e adequação do Campo de futebol;	X		X	
	5) Construção de uma nova praça pública para a cidade;	X		X	
	6) Construção de unidades habitacionais;		X		
	7) Construção de um centro de convivência (turismo);	X		X	
	8) Construção de um mercado e de uma feira comunitária.	X			
	9) Terminal fluvial (para as embarcações com posto de serviço de cobrança);		X		
10) Construção de uma unidade para idosos;			X		
11) Unidade para o Corpo de Bombeiros.			X		

Fonte: Tostes (2002). * As áreas turísticas especificadas (balneários) não são no núcleo urbano da cidade sede.

Do total de 43 ações governamentais e convênios para a cidade de Calçoene, de natureza arquitetônica, 14 ações (32.55%) estão coerentes com os 11 projetos de natureza arquitetônica sugeridos pelo PEMC. No entanto, quatro dessas ações encontram-se em situação desfavorável (três rescindido e um anulado), dois apesar de serem concluídas não o foram de forma satisfatória (projeto um e cinco) e um atende, mas de forma paliativa (projeto dois).

3.4 Análise das ações governamentais quanto à grandes áreas de classificação

Neste item, para melhor compreensão, os objetos das ações foram classificados nas categorias de planejamento e nas de equipamento urbano: circulação e transporte, cultura e religião, esporte e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abastecimento, administração pública, assistência social, educação e saúde (ASSOCIAÇÃO, 1986). Com isso, serão classificadas as ações (relatadas e sugeridas) no PEMC, bem como aquelas que estão na condição favorável, intermédia e não favorável para a cidade sede municipal de Calçoene. Nesse sentido, busca-se relacionar ação, categoria e status, em cada esfera governamental, para verificar a atuação do poder público nas categorias mencionadas, ao longo do período de análise.

Do total de ações (relatadas e sugeridas) do PEMC (TOSTES, 2002), a classificação nas categorias, já mencionadas, se dá conforme o quadro 46.

Quadro 46 – Classificação das ações previstas e relatadas no PEMC em categorias.

Categorias	Ações previstas e relatadas no PEMC
Planejamento	Lei do uso do solo, código de edificações e código de postura, elaboração de plantas e mapas com a definição de vetores de crescimento, planta de valores, cadastro técnico e delimitação para o processo de Expansão urbana; e a Setorização de bens e de projetos específicos.
Circulação e Transporte	Terminal fluvial e construção do estaleiro naval, abertura da alameda Bacabeiras, pavimentação da sede do município, urbanização de vias, urbanização de acesso a cidade com definição de pórtico de entrada.
Cultura e Religião	Criação e implementação da biblioteca ambiental.
Esporte e Lazer	Construção das arquibancadas e cabine de rádio local, urbanização da Praça pública da cidade, equipamentos urbanos da praça, construção e adequação do campo de futebol, construção de uma nova praça pública para a cidade e a construção do centro de convivência (turismo).
Infraestrutura	investimento em saneamento básico, iluminação pública, colocação das lixeiras públicas, urbanização da frente da cidade - as margens do rio Calçoene, projeto urbanístico para novos loteamentos.
Segurança Pública e Proteção	Unidade de Corpo de Bombeiro
Abastecimento	Construção de um mercado e de uma feira comunitária e reativação da olaria.
Administração pública	Títulos definitivos para as empresas do polo pesqueiro, sede da prefeitura de Calçoene,
Assistência social	Construção de uma unidade para idosos e construção de unidades habitacionais.
Educação	Criação da escola Municipal Nelma Suely, adaptação de escolas municipais (sementinha e Pedacinho de Chão).
Saúde	Readequação da unidade hospitalar.

Fonte: Tostes (2002); Associação (1986).

Na categoria Planejamento, de forma geral, as ações nesse sentido foram para todo o município, entretanto, não deixam de beneficiar a cidade e são de extrema relevância, apesar de não estarem discriminados no PEMC. As ações nesse sentido totalizaram seis, todas em condições favoráveis, das quais uma financiada e executada pelo estado, uma através de convênio entre estado e PMC, duas entre União e PMC, e duas através de convênio entre União e Estado.

Uma análise mais acurada desta categoria permite perceber que as ações propostas no PEMC (quadro 45) se enquadram no conteúdo do Plano Diretor. Neste sentido a lógica seria ter um Plano Diretor que contemplasse todas essas áreas e constituísse o guia do Planejamento do município. Ora, não foi o que aconteceu, pois o Plano Diretor não parece ser prioridade para o município, uma vez que ele ainda não existe.

A título de exemplo, em 2002 foi elaborado o PEMC, em 2005 o levantamento topográfico cadastral do núcleo urbano, em 2004 o cadastro técnico dos imóveis

rurais, demarcação topográfica e regularização fundiária, em 2009 o ZEE costeiro do setor atlântico do estado do Amapá, em 2010 o plano municipal de saneamento básico, mas em nenhum momento a elaboração do plano diretor, de importância crucial para a gestão do território municipal, como assinalado no segundo capítulo.

A tabela 10 apresenta as ações governamentais consideradas como favorável e intermédia, disposto pelas categorias assinaladas em forma de Ranking, para perceber a maior ou menor incidência dessas categorias na sede do município de Calçoene no período de 2001 a 2015.

Tabela 10 – Ranking das ações governamentais em Calçoene por categoria – 2001/2015

Clas.	Categorias	Total de Ações	%	Valor em R\$
1º	Infraestrutura	20	33,90	R\$ 8.120.406,97
2º	Educação	8	13,56	R\$ 8.805.321,84
3º	Esporte e Lazer	7	11,86	R\$ 2.675.017,37
4º	Administração pública	6	10,17	R\$ 1.361.120,87
5º	Cultura e Religião	4	6,78	R\$ 609.003,93
6º	Saúde	4	6,78	R\$ 617.119,81
7º	Circulação e Transporte	3	5,08	R\$ 2.515.352,17
8º	Abastecimento	3	5,08	R\$ 2.684.033,95
9º	Segurança Pública e Proteção	2	3,39	R\$ 358.774,66
10º	Assistência social	2	3,39	R\$ 550.000,00
TOTAL		59	100,00	R\$ 28.296.151,57

Fonte: Brasil (2016); Amapá (2016 b); Associação (1986).

A categoria que mais recebeu ações governamentais em Calçoene no período de 2001 a 2015 foi a Infraestrutura, representando 33,90%. Sendo uma necessidade premente no município na atualidade, o PEMC, em 2002, já a elencava como prioridade para os futuros investimentos na cidade. Neste encaixo, a atuação das diversas esferas governamentais incidiu sobre esta categoria, o que se mostra coerente com a priorização da mesma. Vale ressaltar que a partir de 2010, o município contou com melhorias no serviço de telefonia celular e o centro de acesso à internet gratuito.

Logo após a Infraestrutura, a Educação assume a segunda posição com oito ações, representando 13,56% do total. As ações relatadas no PEMC assinalam investimentos na estrutura física (edifícios) da educação. As ações governamentais incidiram, igualmente, na melhoria na estrutura física. Vale destacar que o município foi condecorado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o selo UNICEF Município Aprovado, na edição 2009-2012 (ASSESSORIA, 2012). Este

reconhecimento de uma instituição internacional, pelos serviços e avanços no setor educacional que o município vem desenvolvendo na rede municipal de ensino, mostra que o esforço das instituições governamentais tem sortido um efeito positivo na educação do município.

A terceira categoria mais pontuada é a do Esporte e Lazer com sete ações governamentais, representando 11,86%. O destaque nesta categoria vai a reforma de praças e quadras. Apesar de não ter status favorável, por ser encontrar rescindido, o centro Multiuso em Turismo já está concluído, mas por motivos administrativos não está em funcionamento, o que mostra a fragilidade institucional do Estado em concluir o convênio que beneficiaria diretamente o município. Vale salientar que esta ação foi direcionada pelo PEMC.

Ocupa a quarta posição a Administração pública, com 6 ações (10,17%), uma construção e quatro reformas. A *Cultura e religião*, com 4 ações, ocupou a 5ª posição. Estas cinco categorias representam 76,27% das ações governamentais levadas a cabo na sede do município de Calçoene.

Das ações restantes, apesar de não representarem o maior número, elas são importantes pelo montante envolvido e pelo impacto esperado. Na categoria Circulação e transporte destaca-se o Terminal Rodoviário; na categoria Abastecimento, o Mercado Municipal; na saúde, duas unidades básicas concluídas e readequação da Unidade Mista de Saúde para o serviço de SAMU.

Quando analisada a classificação das categorias em função do valor investido, o cenário muda, pois, a *Educação* assume a liderança, seguido da *Infraestrutura*, *Abastecimento*, *Esporte e Lazer*, *Circulação e Transporte*, *Administração Pública*, *Saúde*, *Cultura e Religião*, *Assistência Social e Segurança Pública e Proteção*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar as propostas do plano e as ações governamentais chegou-se ao entendimento de que houve a intenção de atender o planejamento voltado para Calçoene e existe uma grande fragilidade institucional para a execução de ações governamentais, contradizendo assim a hipótese. A intencionalidade do poder público municipal foi observada na busca de parceria com o governo federal e estadual, através de convênios, que, embora muitos não tenham obtido êxito, tiveram como objeto ações que estavam de acordo com o PEMC.

A fragilidade institucional abrange o Município e o Estado no que diz respeito à insuficiência de orçamento para a execução de ações por conta própria, e, também, na celebração de convênios com a União, levando-nos a crer que a capacitação técnica, no que tange ao aproveitamento de recursos federais, é indispensável para o fortalecimento das instituições públicas.

Outra consideração importante são as ações que não tiveram caráter imediatista nem pontual, que fizeram parte das propostas do PEMC, e outras que não foram sugeridas no Plano, como exemplo o *Centro de Convivência do Turismo* e o *Terminal Rodoviário de Calçoene*, respectivamente; pois vislumbra-se sua necessidade no futuro. Foi possível constatar também que existe um vínculo muito forte do município com a cidade de Calçoene, e que esta possui um papel fundamental para o desenvolvimento do mesmo. Embora tenha outras localidades e distritos, a pesquisa mostrou que a cidade sede é o alvo principal das ações governamentais.

Para exemplificar a importância da cidade de Calçoene, dentro do município, apontamos o Plano Emergencial realizado em 2002, pois nota-se nele que as propostas se direcionaram quase exclusivamente para o núcleo urbano, apesar do plano ter sido elaborado para todo o município.

Pensar o planejamento de Calçoene perpassa pelo contexto local, regional e internacional. No primeiro, destaca-se o papel da cidade com as localidades do município; no segundo, a relação com o seu entorno, ou seja, com os municípios vizinhos, que fazem parte da mesorregião norte do Estado do Amapá e com o Estado, na sua relação com a fronteira.

No âmbito internacional, com a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, embora esta ainda não seja efetiva no caso do município de Calçoene, se cria uma expectativa num futuro próximo, que deve ser pensado de forma estratégica, pois, caso contrário, não passará de uma expectativa.

Foi possível identificar que Calçoene não está desassociado do planejamento regional brasileiro, desde sua gênese como município (estratégia de controle do território através da geopolítica) até a atualidade. Tal influência está diretamente ligada às ações governamentais na gestão do território (áreas protegidas) e no financiamento, através de programas nos quais Calçoene está inserido.

No âmbito do planejamento urbano local, se percebe, porém, que o município, no período analisado, teve somente um instrumento para nortear as ações governamentais. Tal plano, tinha o caráter emergencial, foi financiado pelo Estado, elaborado a partir do levantamento das potencialidades do município e voltado para solução de problemas urbanos de infraestrutura e organização municipal, quanto ao seu território, especialmente no núcleo urbano.

É importante salientar que a parceria entre Município, Estado e União, foi a forma administrativa adotada, destacando a União como o principal financiador das ações, e que houve convênios entre Município e Estado, com o objetivo de financiar a contrapartida do poder público municipal em convênios federais. Isso nos mostra a fragilidade orçamentária do município e, em simultâneo, a articulação política em prol do município para o aproveitamento do convênio.

A parceria entre as esferas governamentais é extremamente importante no contexto de Calçoene. As ações da prefeitura desdobraram-se na manutenção da cidade e do município; as do Estado foram além, investindo no planejamento, já as da União foram as que possuíram maior envergadura financeira.

Ressalta-se o papel articulador para o aproveitamento de recursos, que o poder público municipal deve estar ciente de sua responsabilidade, seja no financiamento de contrapartida, no auxílio e elaboração de peças técnicas para aprovação de projetos como no planejamento municipal.

Considerando as oportunidades que estão disponíveis para o financiamento de obras através de convênios com a União, seja com o município ou com Estado, o

planejamento urbano está diretamente ligado à organização e à capacidade institucional de criar condições para a execução e/ou articulação dos projetos que estejam previstos nos convênios para que o local seja beneficiado.

Por outro lado, a organização e a capacidade institucional devem criar condições para que os objetos dos convênios sigam uma lógica de ações que estejam dentro do contexto de um planejamento macro, definido pelas necessidades e potencialidades locais, com vista a atenderem uma estratégia para o desenvolvimento local. Esta estratégia não pode ser apartada da participação social, pois é de extrema relevância, devendo ser inserida e prática constante do planejamento.

Calçoene, apesar de possuir potencialidades naturais como recursos hídricos, importância histórica na formação do território brasileiro, importância arqueológica, recurso pesqueiro e mineral, dentre outras, ainda não conseguiu, de forma satisfatória, fazer usufruto dessas potencialidades.

Existe um apelo natural ao turismo, e como foi possível verificar nas ações municipais, a atividade turística é incentivada na praia do Goiabal. Entretanto, o turismo acaba sendo explorado predominantemente na época de julho, período das férias. De outro lado, a carência de infraestrutura e oferta de serviço na cidade restringe o potencial do município.

As necessidades emergenciais do município de Calçoene já foram elencadas em 2002, entretanto muitas perduram até hoje, bem como novas já surgiram. O tempo resposta do poder público é longo, especialmente em Calçoene. Logo, existe a necessidade de revisar o planejamento no sentido de buscar estratégias para o município criar alternativas que visem o seu desenvolvimento.

O levantamento das ações governamentais nas três esferas indica o planejamento real, que foi posto em prática. Este é, aliás, o mérito desta pesquisa, uma vez que até o momento não existe qualquer pesquisa nessa abordagem em Calçoene. Neste sentido, poderia ser relevante fazer o mesmo para os outros municípios, sobretudo o de menor dimensão, onde o planejamento formal e documentado é inexistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, M. J. N. P. **O processo do planejamento urbano sustentável**. 2002. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia do Ambiente na especialidade de Planeamento e Ordenamento do Território) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

AMAPÁ. **Demonstrativo de Convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de Calçoene entre anos de 2001 a 2015**. Macapá: Secretaria de Estado da Infraestrutura, 2016a.

_____. **Relação Geral de Obras**. Macapá: Secretaria de Estado da Infraestrutura, 2016b.

_____. **Folha de informações referente a (o): C.T.007/2008 – SEINF**. Macapá: Secretaria de Estado da Infraestrutura, 2016c.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei nº. 0166/11, de 31 de outubro de 2011. Autoriza o governo do Estado do Amapá, através de sua administração a organização de empreendedores fomentando o associativismo, cooperativismo e consórcios, em busca da competitividade e de desenvolvimento sustentável na forma que especifica e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto.php?iddocumento=32172. Acesso em: 15 fev. 2016. Texto original.

_____. Lei nº. 1.028, de 12 de julho de 2006. Fica criada a Floresta Estadual do Amapá. **Diário oficial do estado nº 3804**. Macapá-AP, 28 de junho de 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9284**: Equipamento Urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. **População de Calçoene recebe Praça Cívica recuperada como resultado de TAC do MP-AP**. Macapá: MPE-AP, 2014. Disponível em: <<http://www.mpap.mp.br/24-geral/3207-popula%C3%A7%C3%A3o-de-cal%C3%A7oene-recebe-pra%C3%A7a-c%C3%ADvica-recuperada-como-resultado-de-tac-do-mp-ap>> Acesso em: 04 de mar. 2016.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO UNICEF. **Amapá realiza cerimônia da entrega do selo UNICEF**. Belém: UNICEF, ed. 2009-2012, 2012. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_24667.htm> Acesso em: 04 de mar. 2016.

AZEVEDO, André N. A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, n 10, maio-agosto, 39-79, 2003.

BARCELLOS, P. F.; BARCELLOS, L. F. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Revista FAE**, vol. 7, n. 1, 2004, p. 129-137.

BECKER, Bertha k. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, nº 12, p. 135-159, 2001.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- _____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v.19, n.53, p. 71-86, 2005.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.634, de 03 de maio de 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1979.
- _____. Decreto nº 84.913, de 15 de julho 1980. **Diário oficial da união**. Brasília 15 de julho de 1980.
- _____. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Decreto-lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.
- _____. **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 de julho de 2001.
- _____. Decreto nº 9.985, de 22 de agosto de 2002. **Diário oficial da União**. Brasília-DF, 23 de agosto de 2002.
- _____. **Conselho das cidades - Concidades**. Decreto-lei nº 5.790, de 25 de maio de 2006.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira – PDFF**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.
- _____. Ministério da Defesa. **Diretrizes Estratégicas para o programa Calha Norte**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.
- _____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013a.
- _____. Ministério de Estado de Turismo. **Plano Nacional de Turismo: o Turismo fazendo mais pelo Brasil 2013-2016**. Brasília: Ministério de Estado de Turismo, 2013b.
- _____. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 12 de janeiro de 2015.
- _____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Arranjos Produtivos Locais no Brasil**. Disponível em: <<http://portalapl.ibict.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- _____. Programa de Regionalização do Turismo. **Categorização**. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- _____. **Convênios por estado/município**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=AP&CodMunicipio=603&CodOrgao=&TipoConsulta=0&Periodo=>>>. Acesso em: 20.02.2016
- BRITO, Daguiete M. C. Unidades de Conservação: política, gestão e conflitos socioambientais. In: GAIO, Daniel; RIBEIRO, Adalberto C.; CHELALA, Cláudia (org.). **Direito Ambiental e Políticas Públicas na Amazônia**. Macapá: editora da Universidade Federal do Amapá, 2015.

CABRAL, Mariana P.; SALDANHA, João D. M. Paisagens Megalíticas da Costa do Norte. **Revista de arqueologia**. Vol. 21, nº 01, p. 09-26, 2008.

CÂMARA, Jacinto A. Municípios obrigados a editar plano diretor. In: DISSINGER, Marisa R. T. (coord.). **Temas de Direito Urbanístico 5**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007.

CALÇOENE. Bairro parque dos Buritis. Macapá: Representação da Prefeitura Municipal de Calçoene, 2013.

CASTRO, Cléia R. A. e NASCIMENTO JÚNIOR, Antonio F. O processo de planejamento urbano e sua busca pelo resgate da qualidade ambiental da cidade. **Revista Hórus**, Ourinhos, v.1, n.1.2003, p.1-20.

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. **Recursos minerais e comunidades – Impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

CHAGAS, Marco A. **AMAPÁ: A mineração e o discurso da sustentabilidade – de Augusto Antunes a Eike Batista**. Rio de Janeiro: Garamound, 2013.

_____. Gestão Ambiental: Correntes e Práticas na terra do Tumucumaque. In: GAIO, Daniel; RIBEIRO, Adalberto C.; CHELALA, Cláudia (org.). **Direito Ambiental e Políticas Públicas na Amazônia**. Macapá: editora da Universidade Federal do Amapá, 2015.

CHELALA, Charles A. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. Rio de Janeiro: PUBLIT soluções editoriais, 2008.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma analogia**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COLE, Harry James (coord.). **Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo – 1977/1978**. Documento Síntese. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1979.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. **Carta de Atenas**. 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES. **Cartilha da 6ª Conferência Nacional das Cidades**. Brasília: Ministério das cidades, 2016. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/6conferencia/galerias/publica%C3%A7%C3%B5es.html>. Última consulta em: 28.05.2016.

CONSEJO SURAMERICANO DE INFRAESTRUCTURA Y PLANEAMIENTO - COSIPLAN. **IIRSA 2000-2010**. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=28>>. Acesso em: 13 fev. 2016a.

_____. **Sobre el COSIPLAN/Misión**. Disponível em: <<http://iirsa.org/Page/Detail?menuItem=119&menuItem=134>>. Acesso em: 13 fev. 2016b.

_____. **Ficha del Grupo/ G04: G4 – Interconexión Guyana – Suriname – Guayana Francesa - Brasil**. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/proyectos/FichaGrupo.aspx?h=6>>. Acesso em: 13 fev. 2016c.

_____. **Escudo Guyanés**. Disponível em: <<http://iirsa.org/infographic#guy>>. Acesso em: 13 fev. 2016d.

CORRÊA, Roberto L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia** – RGB, Rio de Janeiro, ano 49, n.03, p. 39-68, 1987.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática 1989.

_____. Roberto L. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 11/13, set./out. 2003.

COULY, Claire et al. **Síntese Missão Cunani 2010**. Traduction: Verena Lombardi. 2010.

CRUZ, Dayana A. M de O. As faces do planejamento, **Revista Pegada**, v. 12, nº 02, p. 81-94, Dezembro/2011.

DAVIDOFF, Paul. Advocay and pluralism in planning. In: STEIN, Jay. **Classic readings in urban planning**. Chicago: Planners Press, 2004. p. 41 – 52. (Artigo publicado originalmente em 1965).

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. 3. ed. São Paulo: Pini, 1997.

DROR, Yehezkel. The planning process: a facet design. In: FALUDI, Andreas (org.). **A reader in planning theory**. Oxford: Pergamon Press, 1973, p. 323–343.

DUARTE, Fabio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ibpex, 2007.

EULER, Ana M. C.; ALMEIDA, Marcos R. D. (Coord.). **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Amapá. Resumo Executivo da FLOTA/AP**. Macapá: Instituto Estadual de Floresta, 2014.

FERRARI JR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização especial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, ano 02, vol. 01, jun. 2004, p. 15-28.

FONSECA, Jean S. **Dinâmica territorial da fronteira Amapá: Guiana Francesa sob a influência da integração: 1995 a 2007**. 2008. 78f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

FREITAG, Barbara. **Teoria da Cidade**. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012

FUNDAÇÃO PROZEE. **Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil**. Relatório Técnico Final. Convênio SEAP/PROZEE/IBAMA: 109/2004: Brasília, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2008.

GONDIM, Abnor (coord.). **O desenvolvimento do seu município passa pelas suas mãos**. Vencedores do VII Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor 2011-2012. Categoria – Médios e Grandes Municípios Município de Calçoene – AP. Brasília: SEBRAE, 2012.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**. Ed. 17 p. 21-39, julho/dezembro. 2012.

HAIG, Robert M. Major Economic factors in Metropolitan Growth and arrangement. In: **Regional Plan of New York and its Environs**. Regional Survey of New York and Its Environs. New York. v.1, 1927.

HALL, Peter. **Urban and regional planning**. 4th ed. New York: Routledge, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1970**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t1_ro_rr_ap.p>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Censo demográfico 1980**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd_1980_v1_t5_n5_rr_ap.pd>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Censo demográfico 1991**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Cidades»Amapá»Calçoene»estimativa da população 2015**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=160020&idtema=130&search=amapa|calcoene|estimativa-da-populacao-2015->>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais. Perfil dos municípios brasileiros 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA-AP. **Sistema de informação e projetos de reforma agrária**. Macapá, 2011.

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ - IEUFRJ. **Arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ – IEPA. **Projetos de assentamentos no Estado do Amapá**. Divisão de Geoprocessamento, Macapá, Amapá, 2012.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAPÁ – IMAP (Macapá-AP). **Diagnóstico Fundiário de Calçoene**. Macapá, 2009. Mapa.

KAISER, Edward J.; GODSCHALK, David R.; CHAPIN, F Stuart. **Urban land use planning**. Urbana: University of Illinois Press, 1995.

KAMPEL, Silvana A.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio M. V. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico. São Paulo: DPI/INPE, 2001.

KOHLSDORF, M. E. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, R. L. et al. (Orgs.). **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, p. 15 - 72, 1985.

LACAZE, Jean-Paul. **Os métodos do urbanismo**. Campinas: Papyrus, 1993

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo. Atlas: 2003.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LEME, Maria C. S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria C. S.; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A. F. (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LOPES, Diva M. F. e HENRIQUE, Wendel (orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MACHADO, L.O. Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**. (1), p. 109-138, 1999.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (eds.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p. 121-192. 2000.

_____. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Territórios**, n. 18-19, enero-diciembre, 2008, p. 183-205.

MARQUES, E. N. **Desenho urbano: análise morfológica e funcional para a regulamentação urbanística**. São Paulo: Mimeo, 1994. 255p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura da USP, São Paulo.

MARTINS. José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do Humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MELO, Gustavo M.; IRVING, Marta de A. Parques nacionais na fronteira amazônica: uma leitura da percepção local sobre a gestão dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange (AP-Brasil). **Geografias ARTIGOS CIENTÍFICOS**, Belo Horizonte 08(2) 76-91 julho-dezembro de 2012.

MENDES, José F. G. **O futuro das cidades**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

MILLER JR, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. **Ecologia e Sustentabilidade**. Tradução da 6ª Edição Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselho das Cidades**. s/d. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades>>. Acesso em: 28 maio 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MIN. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Convenção da diversidade biológica. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em: 10 fev. 2016. s/d b.

_____. **Download de dados geográficos.** Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2016. s/d a

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Programa de Regionalização do Turismo.** Brasília, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (MPE-AP), Promotoria de Justiça do Meio Ambiente Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo. **Relatório Técnico Ambiental** – Relatório técnico sobre a avaliação de atividade garimpeira potencialmente poluidora – Distrito do Lourenço no Município de Calçoene – AP. Empresa Amapá Mineração. Macapá 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO AMAPÁ. **Termo de Ajustamento de Conduta nº 03/2009.** Disponível em: <www.prap.mpf.gov.br/tac/pdf/mpf-ap-tac-2010-001.pdf>. Acesso em: 11.02.2015.

MONTEIRO, Maurílio A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p.187-207, Abril, 2005

MONTE-MÓR, Roberto L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

NEDEL, José. Ecologia e ética ambiental, **Revista Cultura e Fé**, n. 75, out./dez., 1996.

NETO II, Ulysses de O. C. **O novo Estatuto da Metrópole:** comentários sobre a Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Artigo eletrônico. Sexta, 29 de Maio de 2015 04h45. Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-novo-estatuto-da-metropole-comentarios-sobre-a-lei-13089-de-12-de-janeiro-de-2015,53571.html>. Acesso em 21.05.2016.

OLIVEIRA, J. A. A cultura nas (das) pequenas cidades sustentáveis da Amazônia Brasileira. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004. Coimbra. **Anais eletrônicos...** Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Leidiane L. et al. **Análise da precipitação pluviométrica e do número de dias com chuvas em Calçoene localizado no setor costeiro do Amapá.** Macapá-AP: IEPA, 2005

OLIVEIRA, Marcelo J. **Mineração e desenvolvimento local:** benefícios e desafios aos municípios amapaenses. 2010. 293f.Tese (Doutorado em Ciências), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PANTOJA, Anderson G. **Diagnóstico e potencialidade do setor pesqueiro em Calçoene, Amapá:** A Pesca Artesanal como Setor de Promoção de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental. 2016. 44f Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Agronegócio), Universidade Norte do Paraná, Macapá, 2016.

PASSOS, Priscilla N. C. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente, **Revista Direitos Fundamentais & Democracia.** Curitiba, v. 06, p.1-25, 2009.

PAZ, Adalberto J. F. Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895). In: **Anais do XXVII**

Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH, 22 a 26 de julho de 2013.

PEROTE, Suelen M. O. **Estrutura Populacional da Floresta de Mangue e do Caranguejo-Uçá, *Ucides Cordatus* (Linnaeus, 1763), na Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande” de Curuçá, Curuçá-PA.** 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Recursos Biológicos da Zona Costeira Amazônica), Instituto de Estudos Costeiros Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2010

PORTO, Jadson L. R.; SILVA, G. V. De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteiriça amapense. In: **7º WORKSHOP APDR FRONTIERS AND REGIONAL DEVELOPMENT.** ANAIS DA XXXVI REUNIÃO DE ESTUDIOS REGIONALES, BadajozElvas, v. 1, 2010.

POSSAS, Ana R. C.; GEMAQUE, Irani S. F. C. História da Defesa do Meio Ambiente. In: Marco Antonio Chagas. (Org.). **Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Amapá: saberes tucujus.** 1ed.Macapá: SEMA, 2002, v. 01, p. 56-67.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

RELPH, E. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, 1990.

REVISTA DIÁRIO. **Quem é quem no papel de concluir a construção da BR 156.** Macapá: ano 1, n. 09, 2015, p. 18-19.

ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, Luís; JÚNIOR, Orlando. (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - O futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROMANI, Carlo. Um eldorado fora de época: a exploração dos recursos naturais no Amapá. **Revista Trajetos**, v. 7, n. 13, 2009.

REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE CALÇOENE. **Notas fiscais.** Macapá. 2010.

REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE CALÇOENE. **Notas fiscais.** Macapá. 2011.

REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE CALÇOENE. **Notas fiscais.** Macapá. 2012.

REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE CALÇOENE. **Notas fiscais.** Macapá. 2013.

REPRESENTAÇÃO DA PREFEITURA DE CALÇOENE. **Notas fiscais.** Macapá. 2014.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Editora Brasiliense, p. 29-56, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo. Best Seller .1999.

SANTANA, Antônio C. **Identificação e Caracterização de arranjos produtivos locais nos estados do Pará e Amapá** – Período de 2000 a 2005 orientação para políticas de desenvolvimento. UNAMA. Belém-PA, 2010.

SANTOS, Daniel et al. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014** – Belém, PA: Imazon; Imazon Social Progress Imperative, 2014.

SANTOS, Emmanuel R. C. _Grandes Projetos Amazônicos e configuração geográfica do Amapá. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. (Org.). **Interações fronteiriças no platô das guianas: novas construções, novas territorialidades**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2010, p. 45-72.

SANTOS, Julieta M. (coord.). **Plano de Desenvolvimento Integrado – AMAPÁ PRODUTIVO**. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 2005.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **AMAPÁ: a terra onde o Brasil começa**. v. 35. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (Macapá-AP). **Áreas de uso restrito em Calçoene**. Macapá, 2015 a.

_____. **Carta aerofotogramétrica**. Macapá, 2015 b.

SILVA, Geovany J. A.; WERLE, Hugo J. S. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Revista Paisagens em debate**. FAU, n05. Dez. 2007, p. 1-24, 2007.

SILVA, Gutemberg V. **Oiapoque: Potencialidades e Caminhos neste século XXI**. Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, Gutemberg V.; RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). **Revista Confins**, Nº 7, p. 1-21, 2009.

SILVA, Irenildo C.; FILOCREÃO, Antônio S. M.; LOMBA, Roni M. Assentamentos rurais no Estado do Amapá: uma visão da realidade. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. **Anais...** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia: UFU, 2012.

SILVA, Moacir M. F. Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras, **Revista Brasileira de Geografia**, nº03, p. 283-316, Julho-Setembro/1946.

SILVA, Wanderley P. **Levantamento das potencialidades vocações e vantagens comparativas do município Calçoene**. Macapá: SEBRAE-AP, 2001.

SOARES, B. R.; MELO, N.A. de. Revisando o tema de pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In: SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. (Org). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EdUFRN, 2009. p. 13-41.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUPERTEI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a

condição fronteiriça amapaense. **Revista Intellector**, v. XI, n. 22, p. 129-147, janeiro/junho, 2015.

TAVARES, Maria G. C. A Amazônia Brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP – Espaço e tempo, São Paulo**, n. 29 – Especial, p. 107-121, 2011.

TOSTES, José A. (coord.). **Plano Emergencial para o município de Calçoene**. Macapá: TCA arquitetura, 2002.

_____. A. Práticas urbanas intervencionistas no Amapá. **Cadernos de Estudos Municipais**, v. 12, p. 170-188, 2007.

_____. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

_____. Transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nas cidades do Estado do Amapá no período de 1950 a 2010. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. (Org.). **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013. p. 63-92.

_____. FERREIRA, José F. C. O corredor transfronteiriço entre o Amapá (BR) e a Guiana Francesa (FR). **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, n1, p. 152 - 170, jan./jun. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n.2 / novembro 2011, p. 135-151.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999 Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PROPUR – UFRGS, 1999.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 170-243.

ANEXO A



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
UNIDADE DE CONVÊNIOS

ESTADO

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE ENTRE ANOS DE 2001 A 2015

CONV.	OBJETIVO	EXECUTOR	CONCEDENTE	CONVENIENTE	ADITIVO	VALOR PAGO (R\$)	SALDOS A PAGAR (R\$)	OBSERVAÇÃO
030/01	Const. da Escola Municipal Prof. Nelma Sueli no Município de Calçoene	P.M.CALÇOENE	382.407,65	0,00	0,00	382.407,65	0,00	Concluído
032/01	Const. de um Galpão medindo 10x20m p/ funcionar o Estaleiro Naval do Município de Calçoene	P.M.CALÇOENE	15.352,17	0,00	0,00	15.352,17	0,00	Concluído
SUB-TOTAL - (2001)			397.759,82	0,00	0,00	397.759,82	0,00	
008/02	Construção da Biblioteca Pública do Município de Calçoene	P.M. CALÇOENE	202.181,67	0,00	0,00	202.181,67	0,00	Concluído
009/02	Construção da Câmara de Vereadores do Município de Calçoene	P.M. CALÇOENE	380.327,50	0,00	0,00	380.327,50	0,00	Concluído
SUB-TOTAL (2002)			582.509,17	0,00	0,00	582.509,17	0,00	
026/05	Contratação de serviços técnicos de levantamento topográfico cadastral, composto de levantamento planialtimétrico completo da área urbana do Município de Calçoene-AP.	P.M. CALÇOENE	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	Concluído
027/05	Reforma geral na residência oficial do Prefeito do Município de Calçoene-AP.	P.M. CALÇOENE	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	Concluído



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
UNIDADE DE CONVÊNIOS

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE ENTRE ANOS DE 2001 À 2015									
CONV.	OBJETIVO	EXECUTOR	CONCEDENTE	CONVENIENTE	ADITIVO	VALOR PAGO (R\$)	SALDOS A PAGAR (R\$)	OBSERVAÇÃO	
028/05	Reforma da arquibancada, da iluminação elétrica, e serviços de nivelamento do campo, visando a revitalização do estádio de futebol, do Município de Calçoene-AP.	P.M. CALÇOENE	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	Concluído	
029/05	Limpeza urbana na sede municipal, na Vila do Carmo, e na Vila do Lourenço.	P.M. CALÇOENE	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	Concluído	
045/05	Apoio a serviços de Infra-estrutura no Município de Calçoene-AP.	P.M. CALÇOENE	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	Concluído	
058/05	Aquisição de 01(um) veículo a diesel, tipo Pick-up, tracionado, cabine dupla, para ser usado pela administração municipal em ações de interesse da população.	P.M. CALÇOENE	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	Concluído	
SUB-TOTAL - (2005)			445.000,00	0,00	0,00	445.000,00	0,00		
004/06	Recuperação de 02(dois) veículos médios(carminhões basculante), de propriedade da Prefeitura Municipal de Calçoene.	P.M. CALÇOENE	81.058,00	0,00	0,00	81.058,00	0,00	Concluído	
011/06	Construção de 13(treze) Quiosques (2,50x4,00m) e 01(um) Palco na Cidade de Calçoene, Município de Calçoene-AP.	P.M. CALÇOENE	12.200,00	0,00	0,00	12.200,00	0,00	Concluído	



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
UNIDADE DE CONVÊNIOS

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇÓENE ENTRE ANOS DE 2001 A 2015

CONV.	OBJETIVO	EXECUTOR	CONCEDENTE	CONVENIENTE	ADITIVO	VALOR PAGO (R\$)	SALDOS A PAGAR (R\$)	OBSERVAÇÃO
021/06	Serviços de Limpeza com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene - Sede, Carnot, Goiabal e Lourenço.	P.M. CALÇÓENE	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	Concluído
028/06	Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal de Calçoene	P.M. CALÇÓENE	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	Concluído
029/06	Reforma do Matadouro Municipal de Calçoene	P.M. CALÇÓENE	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	Concluído
073/06	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água, no Distrito de Lourenço, Município de Calçoene (Convênio FUNASA/GEA)	CAESA	1.371.379,92	0,00	0,00	1.371.379,92	0,00	Concluído
SUB-TOTAL (2006)			1.754.637,92	0,00	0,00	1.754.637,92	0,00	
007/07	Revitalização do Centro Comunitário e do Campo de Futebol do Distrito do Carnot, no Município de Calçoene	P.M. CALÇÓENE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	Concluído
019/07	Reforma e Manutenção de veículos da Prefeitura Municipal de Calçoene	P.M. CALÇÓENE	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	Concluído
025/07	Construção de Quiosques e um palco para os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Calçoene	P.M. CALÇÓENE	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	Concluído



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
UNIDADE DE CONVÊNIOS

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE ENTRE ANOS DE 2001 Á 2015									
CONV.	OBJETIVO	EXECUTOR	CONCEDENTE	CONVENIENTE	ADITIVO	VALOR PAGO (R\$)	SALDOS A PAGAR (R\$)	OBSERVAÇÃO	
029/07	Reforma parcial em 03 (tres) Residências na sede no Município de Calçoene, pertencentes ao Governo do Estado do Amapá	P. M. CALÇOENE	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	Concluído	
SUB-TOTAL - (2007)			185.000,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00		
009/08	Serviços de Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene - Sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Golabal.	P. M. CALÇOENE	181.220,00	0,00	0,00	181.220,00	0,00	Concluído	
SUB-TOTAL (2008)			181.220,00	0,00	-	181.220,00	-		
003/09	Conclusão da Construção da Biblioteca Pública, do Município de Calçoene	P. M. CALÇOENE	312.952,45	0,00	0,00	312.952,45	-	Concluído	
004/09	Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos Logradouros do Município de Calçoene- Sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Golabal.	P. M. CALÇOENE	219.686,00	0,00	0,00	219.686,00	-	Concluído	
022/09	Conclusão das Obras da Câmara Municipal de Calçoene	P. M. CALÇOENE	497.793,37	0,00	0,00	497.793,37	-	Concluído	
SUB-TOTAL (2009)			1.030.431,82	0,00	0,00	1.030.431,82	-		



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
NÚCLEO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
UNIDADE DE CONVÊNIOS

DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇÓENE ENTRE ANOS DE 2001 À 2015									
CONV.	OBJETIVO	EXECUTOR	CONCEDENTE	CONVENIENTE	ADITIVO	VALOR PAGO (R\$)	SALDOS A PAGAR (R\$)	OBSERVAÇÃO	
003/11	Contrapartida de Convênios Federais	P.M.CALÇÓENE	580.218,42	0,00	0,00	580.218,42	-	Concluído	
SUB-TOTAL(2011)									
016/12	Contrapartida de Convênios Federais	P.M.CALÇÓENE	17.875,37	0,00	0,00	17.875,37	-	Concluído	
025/12	Contrapartida de Convênios Federais	P.M.CALÇÓENE	90.000,00	0,00	0,00	66.666,68	23.333,32	Andamento	
SUB-TOTAL(2012)									
TOTAL GERAL.....(2001 à 2015)									
			5.264.652,52	0,00	-	5.241.319,20	23.333,32		

ANEXO B

Relação Geral de Obras: status - Obras da Educação

14-jun-16
Data de emissão:

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	Valor Aditado	Valor Global	Valor Medido	% Medido	Saldo (r\$)	Vigência
1 Amapá											
1	Reforma e Adaptação de 01 (uma) Residência.	Construtora Padrão Ltda.	O.E.S.144/99/ DOP/SEINF	Jornivaldo	R\$ 14.660,00	R\$ 0,00	R\$ 14.660,00	R\$ 14.660,00	0,00%	R\$ 14.660,00	09/01/2000
2	Serviços Complementares da Ampliação do Matadouro do Município de Amapá - AP.	J.M. Pinto Ramos & Cia. Ltda.	O.E.S.173/06 - UCCNSP/SEI NF	Tec. Heleno	R\$ 145.789,95	R\$ 0,00	R\$ 145.789,95	R\$ 140.843,74	96,61%	R\$ 0,00	09/07/2007
3	Chave sem Movimento	Secretaria de Estado da Infra - Estrutura - SEINF	xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#Unid	R\$ 0,00	01/01/2001
4	Serviços de Reforma de Palco, Maloca e Construção de Sanitários, na Localidade.	Comercial Acre Ltda	O.E.S.103/00/ DOP/SEINF	Ruth	R\$ 14.897,09	R\$ 0,00	R\$ 14.897,09	R\$ 14.897,08	100,00%	R\$ 0,01	20/09/2000
5	Construção de 730,00 m de passarela em estêo com 1,50 m de largura na Localidade de Vila Sucurijú, no Município de Amapá - AP.	Parceria Construções Ltda.	O.E.S.175/07 - UCONT/NAF/SEINF	Tec. Ediel	R\$ 142.759,12	R\$ 94.677,20	R\$ 177.436,32	R\$ 177.436,32	100,00%	R\$ 0,00	17/02/2008
6	Reforma, Adaptação e Ampliação da Unidade.	Pardal Construções Ltda.	O.E.S.012/98 - NSP/SEINF	André	R\$ 31.814,02	R\$ 15.896,60	R\$ 47.710,62	R\$ 47.710,62	100,00%	R\$ 0,00	03/04/1999
7	Serviços de uma área de Manobra na Unidade Mista de Saúde	Altenir Castelo Santos - Comércio e Representações	O.E.S.077/00/ DOP/SEINF	Juvenal	R\$ 14.512,08	R\$ 0,00	R\$ 14.512,08	R\$ 14.512,08	100,00%	R\$ 0,00	16/07/2000
8	Reforma Geral, Ampliação e Adaptações na Escola Estadual Vidal de Negreiros, no Município de Amapá - AP.	Elos Engenharia Ltda.	C.T.037/2007 - SEINF	Engº José Roberto	R\$ 655.705,31	R\$ 321.753,90	R\$ 977.459,21	R\$ 977.459,21	100,00%	R\$ 0,00	29/11/2008
9	Transformação da Base Aérea do Município de Amapá	Pardal Construções Ltda.	O.E.S.020/98 - NSP/SEINF	Daniel	R\$ 46.537,44	R\$ 20.202,45	R\$ 66.739,89	R\$ 66.739,89	100,00%	R\$ 0,00	03/04/1999

obras para inaugurações / fiscal3

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	Valor Adilado	Valor Global	Valor Medido	% Medido	Saldo (R\$)	Vigência
2 Calçoene											
1	Reforma da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene - AP.	A. D. Rego - ME	O.E.S. 097/02 - NSP/SEINF	Tec. André Barroso	R\$ 148.866,13	R\$ 74.418,78	R\$ 223.284,91	R\$ 223.284,91	100,00%	R\$ 0,00	16/11/2003
2	Elaboração de um Plano Emergencial para o Município de Calçoene	Tostes & Cia. Ltda.	O.E.S.121/02/ DOP/SEINF	Arqº Alcir Matos	R\$ 7.950,00	R\$ 0,00	R\$ 7.950,00	R\$ 7.950,00	100,00%	R\$ 0,00	15/10/2002
3	Reforma Geral da Escola Estadual Lobo D'Almada, no Município de Calçoene - AP.	CONSTERPLAN - Construções e Terraplenagem Ltda.	C.T.031/ 2007 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 769.244,65	R\$ 330.413,21	R\$ 1.099.657,86	R\$ 1.099.657,86	100,00%	R\$ 0,00	19/08/2008
4	Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal de Calçoene.	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 028/2006 - SEINF	Tec. Heleno	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	100,00%	R\$ 0,00	13/01/2007
5	Chave sem Movimento	Secretaria de Estado da Infra - Estrutura - SEINF	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#Núm!	R\$ 0,00	01/01/2001
6	Reforma do Hotel de Calçoene	Cleuber F. Pontes - ME	O.E.S.106/02/ DOP/SEINF	Tec. Gilmar	R\$ 14.862,47	R\$ 0,00	R\$ 14.862,47	R\$ 14.862,47	100,00%	R\$ 0,00	04/10/2002
7	Reforma Geral, Construção de uma sala de aula e 01 (um) depósito, em alvenaria na E.E. Juvenal Guimarães Teixeira	Igarapé - Construções e Serviços Ltda.	O.E.S.002/00 - NSP/SEINF	Hernani Vitor	R\$ 101.000,00	R\$ 32.186,86	R\$ 133.186,86	R\$ 133.186,86	100,00%	R\$ 0,00	29/08/2000
8	Revitalização do Centro Comunitário e do Campo de Futebol do Distrito do CARNOT, no Município de Calçoene	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 007/2007 - SEINF	Tec. Rozildo	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	100,00%	R\$ 0,00	15/12/2007
9	Serviços de reforma do Prédio da Associação.	Pereira Construções e Serviços Ltda.	O.E.S.022/00/ DOP/SEINF	Hernani Vitor	R\$ 14.904,29	R\$ 0,00	R\$ 14.904,29	R\$ 14.904,29	100,00%	R\$ 0,00	13/04/2000
10	Construção do Quartel da Polícia Militar, no Município de Calçoene - AP.	Atlas - Construções e Serviços Ltda.	C.T.014/2006 - SEINF	Engº Heleilson Ribeiro	R\$ 241.156,71	R\$ 0,00	R\$ 241.156,71	R\$ 241.156,71	100,00%	R\$ 0,00	15/10/2006

obras para inaugurar ações / fiscal3

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	Valor Aditado	Valor Global	Valor Medido	% Medido	Saldo (r\$)	Vigência
11	Constituição do Complexo de Beneficiamento e Comercialização de Pescado, no Município de Calçoene - AP.	E.G. Comércio e Construções Ltda.	C.T. - 034/06 - SEINF	Engº José Roberto	R\$ 349.602,02	R\$ 0,00	R\$ 349.602,02	R\$ 122.333,14	34,99%	R\$ 227.268,88	28/08/2007
12	Constituição de Alojamento do Sítio Arqueológico, no município de Calçoene-AP.	CONSTERPLAN - Construções e Terraplenagem Ltda.	O.E.S. 049/2007 - UCONT/NAF/SEINF	Engº José Roberto	R\$ 143.128,40	R\$ 0,00	R\$ 143.128,40	R\$ 143.128,40	100,00%	R\$ 0,00	18/09/2007
13	Reforma Geral e Adaptações na Escola Estadual Amaro Brasilino de Farias Filho, no Município de Calçoene - AP.	Equatorial Construções Ltda.	C.T.003/2007 - SEINF	Engº José Roberto	R\$ 1.272.322,77	R\$ 394.733,82	R\$ 1.667.056,59	R\$ 1.667.056,59	100,00%	R\$ 0,00	09/05/2008
14	Constituição do Quartel da Polícia Militar, no Município de Calçoene, com 315,00 m2 de área.	Secretaria de Estado da Infra - Estrutura - SEINF	Conv - nº 127/PCN/2005	Engº Helielson Ribeiro	R\$ 254.887,72	R\$ 0,00	R\$ 254.887,72	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 254.887,72	26/08/2006
15	Serviços de Reforma do Centro.	Marques Ltda.	O.E.S.154/00/ DOP/SEINF	Juvenal Blencourt	R\$ 14.943,67	R\$ 0,00	R\$ 14.943,67	R\$ 14.943,67	100,00%	R\$ 0,00	10/11/2000
16	Elaboração dos Projetos Arquitetônicos e Complementares para a Prefeitura.	Leal Empreendimentos Ltda.	O.E.S.100/00/ DOP/SEINF	Ana Izabel	R\$ 14.888,25	R\$ 0,00	R\$ 14.888,25	R\$ 14.888,25	100,00%	R\$ 0,00	31/07/2000
17	Reforma Parcial	Marques Ltda.	O.E.S.127/00/ DOP/SEINF	Washington	R\$ 14.817,98	R\$ 0,00	R\$ 14.817,98	R\$ 14.817,98	100,00%	R\$ 0,00	10/09/2000
18	Reforma Geral na Residência Oficial do Prefeito do Município de Calçoene - AP.	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 027/05 - SEINF	Tec. Rozildo	R\$ 50.000,00	R\$ 24.882,77	R\$ 74.882,77	R\$ 50.000,00	66,77%	R\$ 24.882,77	25/08/2006
19	Aquisição de (01) um Veículo a Diesel tipo Pick-up, Tracionado, Cabine dupla, para ser usado pela Administração em ações de interesse da população.	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 059/05 - SEINF / PMC	Engº Rosinaldo	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	100,00%	R\$ 0,00	29/03/2006
20	Reforma e Ampliação da Delegacia de Polícia do Município de Calçoene	Bessa Engenharia	O.E.S. 067/02 - NSP/SEINF	Tec. André Barroso	R\$ 129.375,71	R\$ 0,00	R\$ 129.375,71	R\$ 129.375,71	100,00%	R\$ 0,00	15/11/2002

Item	Serviço	Empresa	Contrato Nº	Fiscal	Valor da Obra	Valor Adquirido	Valor Global	Valor Medido	% Medido	Saldo (r\$)	Vigência
21	Construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Ivanildo Fortes da Silva, medindo 19,00 x 32,00 m na Comunidade de CARNOT, em Calçoene - AP.	Construtora Tropical Ltda.	C.T.007/2008 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 314.739,37	R\$ 78.471,89	R\$ 393.211,26	R\$ 393.211,26	100,00%	R\$ 0,00	02/06/2008
22	Construção do Prédio da Agência Transfusional de Calçoene	Edifica Engenharia Ltda.	O.E.S.017/98 - NSP/SEINF	Haroldo	R\$ 78.460,26	R\$ 14.159,45	R\$ 92.619,71	R\$ 92.619,71	100,00%	R\$ 0,00	03/06/1999
23	Recuperação da Quadra Coberta ESAP - Estruturas Metálicas do Amapá - Ltda.		C.T.009/98-SEINF	Fração	R\$ 109.760,31	R\$ 31.342,40	R\$ 141.102,71	R\$ 141.101,44	100,00%	R\$ 1,27	04/08/1998
24	Reforma parcial em 03 (três) Residências localizadas no Município de Calçoene, pertencente ao Governo do Estado do Amapá.	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 029/2007 - SEINF	Tec. Rozildo	R\$ 60.000,00	R\$ 28.880,61	R\$ 88.880,61	R\$ 60.000,00	67,51%	R\$ 28.880,61	21/02/2009
25	Conclusão da Construção da Biblioteca Pública, do Município de Calçoene - AP. Calçoene	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 003/2009 - SEINF	Engº Ricardo Otero	R\$ 312.952,45	R\$ 75.274,43	R\$ 388.226,88	R\$ 62.590,49	16,12%	R\$ 325.636,39	08/08/2012
26	Construção de Quiosques e um Palco para os festejos da Padroeira de Calçoene, Nossa Senhora da Conceição	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 025/07 - SEINF	xxxxxxxxxx	R\$ 35.000,00	R\$ 0,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	100,00%	R\$ 0,00	28/03/2008
27	Construção de um Centro Multiuso em Turismo no Município de Calçoene - AP.	CONSTRUFLEX - Const. Comércio Serv. e Ind. Ltda.	C.T.137/2011 - SEINF	Engº Marcos Coutinho	R\$ 301.524,18	R\$ 16.533,93	R\$ 318.058,11	R\$ 259.186,30	81,49%	R\$ 58.869,81	30/03/2016
28	Reforma e Manutenção de Veículos da Prefeitura Municipal de Calçoene	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 019/2007 - SEINF	Tec. Rozildo	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	75,00%	R\$ 20.000,00	24/09/2008
29	Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos Logradouros do Município de Calçoene - sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Golisbal	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 004/2009 - SEINF	Engº Ricardo Otero	R\$ 219.686,00	R\$ 0,00	R\$ 219.686,00	R\$ 62.767,44	28,57%	R\$ 156.918,56	01/04/2010

obras para inaugurações /fiscal3

Item	Serviço	Empresa	Contrato N.º	Fiscal	Valor da Obra	Valor Aditado	Valor Global	Valor Medido	% Medido	Saldo (r\$)	Vigência
30	Serviços de Limpeza Urbana com remoção de entulhos dos logradouros do Município de Calçoene - Sede, Distrito do Carnot, Distrito do Lourenço e Goiabal.	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv. - nº 009/2008 - SEINF	Tec. Souza	R\$ 181.220,00	R\$ 0,00	R\$ 181.220,00	R\$ 90.610,00	50,00%	R\$ 90.610,00	14/10/2009
31	Reforma e Ampliação da Escola Estadual Ivanildo Fortes da Silva, na localidade de CARNOT, no Município de Calçoene - AP.	E.K. Construções Ltda.	C. T. 083 / 2013 - SEINF	Engº Helton Modesto	R\$ 732.056,73	R\$ 471.243,38	R\$ 1.203.300,11	R\$ 856.154,59	71,15%	R\$ 347.145,52	06/01/2015
32	Cercamento do Sítio Arqueológico localizado no Campus do IEPA, EPP no Município de Calçoene-AP.	Gerardo A. Pontes - EPP	C. T. 14/2013 - SEINF	Engº Dalano Guedes	R\$ 27.083,65	R\$ 0,00	R\$ 27.083,65	R\$ 27.083,65	100,00%	R\$ 0,00	15/02/2014
33	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água, no Distrito de Lourenço, Município de Calçoene (Convênio FUNASA / GEA)	Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA	Conv. - nº 073/06 - SEINF	XXXXXXXXXXXX	R\$ 1.371.379,92	R\$ 0,00	R\$ 1.371.379,92	R\$ 1.144.299,67	83,44%	R\$ 227.080,25	24/06/2009
34	Construção do Centro Multi-Use em Turismo no Município de Calçoene-AP.	CONSTRUFLEX - Const. Comércio Serv. e Ind. Ltda.	C. T. 039/2010 - SEINF	Engº Isaltino Junior	R\$ 321.581,02	R\$ 0,00	R\$ 321.581,02	R\$ 321.581,02	0,00%	R\$ 321.581,02	28/09/2011
35	Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração de Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia, visando a Reforma, Adaptação e Ampliação da Unidade Mista de Saúde de Calçoene-AP.	DAVAR Construções Ltda.	C. T. 128/2014 - SEINF	Eng. Luziel Santos	R\$ 167.250,00	R\$ 0,00	R\$ 167.250,00	R\$ 167.250,00	0,00%	R\$ 167.250,00	11/02/2015
36	Construção do Centro Comunitário do Distrito de CARNOT, no Município de Calçoene-AP.	Construtora Universal Ltda.	C. T. 069/2014 - SEINF	Engº Helton Modesto	R\$ 448.944,68	R\$ 0,00	R\$ 448.944,68	R\$ 448.944,68	100,00%	R\$ 0,00	17/06/2015
37	Construção da Escola Estadual do Caiarié, com 04 (quatro) salas de aula, Administração e Alojamento para professores na localidade de Caiarié, no Município de Calçoene - AP.	COMARC - Construções e Serviços Ltda.	C. T. 031/2009 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 795.574,48	R\$ 197.441,21	R\$ 993.015,69	R\$ 992.115,69	99,91%	R\$ 0,00	14/04/2011

obras para inaugurações / fiscal.3

Item	Serviço	Empresa	Contrato N°	Fiscal	Valor da Obra	Valor Aditado	Valor Global	Valor Médio	% Médio	Saldo (R\$)	Vigência
38	Reforma geral e ampliação da Escola Estadual Silvio Eito de Lima Santos, no Município de Calçoene-AP.	F.N. Cavalcante Construções Ltda.	C.T.055/2009 - SEINF	Engº Miguel Viana	R\$ 1.904.328,95	R\$ 948.343,15	R\$ 2.852.672,10	R\$ 2.852.672,10	100,00%	R\$ 0,00	28/08/2012
39	Serviços Complementares à Obra de Reforma da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene-AP.	MACPLAN - Construções e Comércio Ltda.	C.T.040/2010 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 299.450,93	R\$ 72.080,54	R\$ 371.531,47	R\$ 371.531,47	100,00%	R\$ 0,00	30/08/2011
40	Reforma Geral da Escola Estadual José Rodrigues Cordeiro, no Município de Calçoene - AP.	MACPLAN - Construções e Comércio Ltda.	C.T.016/2009 - SEINF	Engº José Roberto	R\$ 1.239.127,74	R\$ 598.052,05	R\$ 1.837.179,79	R\$ 1.837.179,79	100,00%	R\$ 0,00	23/12/2009
41	Reforma, Ampliação e Adequação do Estádio do Município de Calçoene, localizado na Sede do Município - AP.	Versátil Construção, Comércio e Serviços Ltda	C.T.063/2014 - SEINF	Engº Cláudio Vogado	R\$ 1.975.455,56	R\$ 0,00	R\$ 1.975.455,56	R\$ 371.062,09	18,78%	R\$ 1.604.393,47	28/05/2015
42	Contrapartida de Convênios Federais	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - nº 003/2011 - SEINF	Engº Ricardo Otero	R\$ 580.218,42	R\$ 0,00	R\$ 580.218,42	R\$ 467.218,42	80,52%	R\$ 113.000,00	04/04/2012
43	Construção de Aquecimento da Polícia Militar, na Localidade de Lourenço, no Município de Calçoene - AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	C.T.043/2009 - SEINF	Engº Paulo Nery	R\$ 326.862,89	R\$ 77.653,32	R\$ 404.516,21	R\$ 404.516,21	100,00%	R\$ 0,00	09/08/2010
44	Construção do novo prédio da Escola Estadual Ivenildo Fortes da Silva, com 04 (quatro) salas de aula, Administração e Alojamento para professores, na localidade do Carnot, em Calçoene - AP	Construtora Tropical Ltda.	C.T.014/2009 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 688.121,57	R\$ 171.188,44	R\$ 859.310,01	R\$ 858.634,01	99,92%	R\$ 0,00	30/05/2013
45	Conclusão das Obras da Câmara Municipal de Calçoene - AP.	Prefeitura Municipal de Calçoene - AP.	Conv - 022/2009 - SEINF	Engº Ricardo Otero	R\$ 497.793,37	R\$ 124.351,41	R\$ 622.144,78	R\$ 622.144,78	0,00%	R\$ 0,00	01/08/2012
46	Instalação de Rede Elétrica de Iluminação na Praça Pública do Município de Calçoene - AP.	Eletro Grupo Ltda.	O.E.S.075/09 - UCONT/NAF/ SEINF	Engº Antônio Tieni	R\$ 144.913,61	R\$ 0,00	R\$ 144.913,61	R\$ 144.913,61	0,00%	R\$ 144.913,61	27/03/2010

Item	Serviço	Empresa	Contrato Nº	Fiscal	Valor da Obra	Valor Aditado	Valor Global	Valor Medido	% Medido	Saldo (R\$)	Vigência
47	Conclusão do Prédio da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Calçoene-AP.	Eco SERVICE Ltda - EPP	C.T. N°104/2014 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 146.330,81	R\$ 0,00	R\$ 146.330,81	R\$ 146.330,81	100,00%	R\$ 0,00	20/09/2014
48	Reforma da praça de esporte e lazer e canteiro da Av. Manoel Sargento, em Calçoene - AP.	Construtora Tropical Ltda.	O.E.S.020/09 - SEINF	Engº Paulo Nery	R\$ 144.187,51	R\$ 71.811,83	R\$ 215.999,34	R\$ 215.999,34	100,00%	R\$ 0,00	24/05/2009
49	Construção da Unidade de Suporte Básico do SAMU, no Município de Calçoene - AP.	Eco SERVICE Ltda - EPP	C.T.033/2012 - SEINF	Engº Edilson Pena	R\$ 304.848,48	R\$ 70.934,45	R\$ 375.782,93	R\$ 372.431,95	99,11%	R\$ 0,00	04/10/2013
50	Construção da Escola Estadual de Laurencço, com 08 salas de aula, no Município de Calçoene-AP.	B.M.R. Empreendimentos Ltda.	C.T. 095/2008 - SEINF	Engº Paulo Nery	R\$ 2.434.069,83	R\$ 572.095,58	R\$ 3.006.165,41	R\$ 3.006.165,41	100,00%	R\$ 0,00	08/07/2011

Total de Obras executadas no Período : 50

Total dos Investimentos no Período : R\$ 24.431.367,00

Total de Medição no Período : R\$ 19.690.975,36

Saldo das Obras | R\$ 4.735.464,66

50

ANEXO C

G.E.A. - Governo do Estado do Amapá
 SEINF - Secretaria de Estado da Infra - Estrutura.
 COAF - Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização de Obras.
 NUC - Núcleo de Controle

FOLHA DE INFORMAÇÕES REFERENTE A(O) : C.T.007/ 2008 - SEINF

C.N.P.J.:
04.331.668/0001-72

Empresa: Construtora Tropical Ltda.
 Nome da Obra: Escola Estadual Ivanildo Fortes da Silva
 Serviço: Construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Ivanildo Fortes da Silva, medindo 19,00 x 32,00 m na Comunidade de CARNOT, em Calçoene - AP.
 Data Inicio: 04/03/2008
 Data Término: 02/06/2008
 Prazo Contratado: 90 Dias

Controle	Ordem/Tipo do Aditiv	Prazo	Prazo Acumulado	Valor Aditad	Vigência (data)	% Aditad	Aprovação (Sim / Não)
2473	1º Aditivo (Serviços)	0	0	R\$ 78.471,89	segunda-feira, 2 de junho de 2008	24,93%	Sim

Justificativa: Justificado conforme fl (s) #009 do Processo nº 2008 / 22951

Preço da Obra: R\$314.739,37
 Soma dos Valores Aditados inclusive este: R\$78.471,89 Percentual de Serviços Aditados : 24,93%
 Desconto de Serviços : R\$0,00
 Preço Atual da Obra Após o último aditivo : R\$393.211,26
 Prazo Atual da Obra Incluindo o último aditivo: Dias OBS: A Obra ficou paralisada por : Dias
 Este Documento conterá Rubrica e Carimbo de Engº Edilson Pena Fiscal(is) da Obra